

MESTRADO EM ENGENHARIA DO AMBIENTE 2023/2024

O RELATO DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE EM ESCOLAS DE NEGÓCIOS

SARA ISABEL MARTINS ALVES

Dissertação submetida para obtenção do grau de
MESTRE EM ENGENHARIA DO AMBIENTE

Presidente do Júri:

Professor Adrián Manuel Tavares da Silva
Professor Associado do Departamento de Engenharia Química da Faculdade de Engenharia
da Universidade do Porto

Orientador Académico:

Doutor José Carlos Magalhães Pires
Investigador Auxiliar da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

Orientador na Empresa:

Patrícia Teixeira Lopes
Vice-Dean da Porto Business School

setembro, 2024

Agradecimentos

Em primeiro lugar, quero agradecer a todos aqueles que estiveram presentes no decorrer destes meses de realização da minha dissertação e a todos os que me acompanharam durante os últimos cinco anos em todo o meu percurso académico na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

Dirijo o meu primeiro agradecimento particular ao meu orientador, Professor Doutor José Carlos Pires por todo o suporte científico dado ao longo destes meses, mas sobretudo pela paciência, acompanhamento e apoio neste caminho que se mostrou desafiante.

Quero agradecer aos meus pais, Rui e Isabel, por serem o meu porto de abrigo, o meu suporte e a minha principal fonte de apoio. Por nunca me terem faltado com nada, especialmente com amor. Por acreditarem em mim sempre, muitas vezes mais do que eu própria. Por nunca me terem deixado desistir quando o caminho parecia impossível. Por me apoiarem incondicionalmente e me deixarem ser livres nas minhas decisões. Por serem a minha principal fonte de orgulho, inspiração e constante exemplo. Termino o meu percurso académico com a certeza que não o teria feito sem eles.

Aos meus irmãos – Joni, Miné e Vasco – por serem os meus melhores amigos, por estarem sempre presentes nos bons e maus momentos, pelo amor incondicional, pelas palavras certas no momento certo e pela certeza de que vos terei sempre a meu lado. Obrigado por tornarem esta jornada mais bonita.

Aos meus avós, os da terra e os do céu, pela presença, pelo amor, pelo apoio constante e incondicional, pelas palavras sábias, de afeto e de carinho, por acreditarem sempre em mim e pelo colo recheado de amor.

Aos meus padrinhos, João Pedro e Margarida, por me mostrarem o que é ser engenheira, pelo amor e por serem muitas vezes um refúgio. Por me fazerem sentir em casa. Aos meus primos – Mafalda, Francisca e Zé Pedro – pelo carinho, pela admiração, pelos risos, pelo apoio e pelo amor. Por serem casa.

Aos meus amigos de Macedo, com especial carinho à Andrea, ao André, ao Pedro S., ao Pedro T. e ao Óscar, que mesmo longe estiveram sempre perto. Que acompanharam e apoiaram o meu percurso até entrar na FEUP e o percurso até sair da FEUP.

Aos amigos que a FEUP me deu, obrigado por estes cinco anos de memórias, vivências, risos e algum choro. O caminho foi mais bonito com vocês. À Catarina, ao Gonçalo e à Inês, obrigado pela presença, apoio e amizade constante e para a vida.

Agradecimentos Institucionais

Este trabalho foi financeiramente suportado por UIDB/00511/2020 (DOI: 10.54499/UIDB/00511/2020) e por UIDP/00511/2020 (DOI:10.54499/UIDP/00511/2020) - LEPABE, e LA/P/0045/2020 (DOI: 10.54499/LA/P/0045/2020) - ALiCE, financiado por fundos nacionais através da FCT/MCTES (PIDDAC).

Resumo

O conceito do Desenvolvimento Sustentável e o seu estudo veio alertar e consciencializar a sociedade para a necessidade de alteração dos hábitos que a mesma foi adquirindo ao longo dos últimos séculos. A revolução industrial, o crescimento populacional, a descoberta do plástico, a industrialização dos processos e o aumento constante do consumismo mundial vêm subtraindo os recursos naturais a uma velocidade mais elevada que aquela que o planeta consegue sustentar e alterando o normal equilíbrio do planeta Terra. Com a evolução científica e tecnológica veio também o conhecimento sobre os impactos nefastos que todos estes fatores estão a ter no nosso planeta, bem como a consciencialização de que as consequências destes impactos serão devastadoras. Assim, surgiu a urgência de uma mudança de hábitos intrínsecos na sociedade. Estas mudanças estão finalmente a acontecer, mas é preciso monitorizar, controlar e guiar a sociedade neste sentido, para que os objetivos sejam alcançados eficientemente. As organizações começaram a reportar as medidas que implementaram internamente em matéria de sustentabilidade e quais as consequências das mesmas.

O presente estudo tem como principal objetivo determinar o desempenho da *Porto Business School* (PBS) na evolução e implementação da política de sustentabilidade em todas as áreas de atividade da escola. Em termos de relato de sustentabilidade, a PBS é considerada uma entidade empregadora, uma instituição de ensino superior e, de forma mais específica, uma escola de negócios. O presente trabalho teve como principal foco a análise de desempenho da escola em termos de sustentabilidade, por um lado como uma organização empresarial (entidade empregadora e com funcionamento administrativo) e por outro, como instituição de ensino superior. Para analisar este desempenho, em cada um destes dois âmbitos, foram utilizados dois conjuntos de indicadores de sustentabilidade: (i) o conjunto de indicadores criado pelo *Global Reporting Initiative*, que avalia a escola como sendo uma organização; (ii) e os indicadores formulados pela *Times Higher Education*, que avaliam a escola no seu papel de instituição de ensino superior. Foram definidos os indicadores de cada conjunto que se ajustavam à realidade da escola, sendo posteriormente recolhidos os dados necessários para responder a esses indicadores, obtendo-se assim os resultados para análise. As respostas obtidas foram analisadas e avaliadas individualmente e, posteriormente, no conjunto do pilar que representavam, o que permitiu retirar conclusões sobre o estado de sustentabilidade nos três pilares: ambiental, social e económico.

As principais conclusões são: (i) a PBS já tem em prática várias medidas em matéria de sustentabilidade e que estas já registam impacto positivo na sua sustentabilidade; e (ii) a escola já definiu o caminho a percorrer, estabelecendo objetivos, a curto e longo prazo, desafiantes e suficientemente ambiciosos. Contudo, será necessário concretizar objetivos intermédios associando-lhes metas mais concretas. Para cada uma dessas metas tem que ser associado um plano de atuação para a sua persecução. No âmbito da conclusão deste trabalho, foram apresentadas sugestões de ações futuras

nos pilares ambiental e social. No pilar ambiental, por exemplo, sugeriu-se a criação de um Sistema de Gestão Ambiental e a criação de um plano de monitorização das emissões de Gases de Efeito de Estufa (GEE) provenientes de todas as atividades associadas à PBS, diretas e indiretas, a análise destes resultados e a minimização dos mesmos. Estas ações permitirão à PBS atingir o objetivo interno de neutralidade carbónica. No pilar social, referiu-se a importância da criação de atividades de voluntariado na comunidade local que incluam todas as partes interessadas da PBS e a criação de programas formativos em áreas como as finanças pessoais e a sustentabilidade disponibilizando-os de forma gratuita à comunidade envolvente.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável; Escola de Negócios; *Global Reporting Initiative*; Objetivos do Desenvolvimento Sustentável; Relatório de Sustentabilidade; *Times Higher Education*.

Abstract

The concept of Sustainable Development and its study has raised society's awareness of the need to change the habits it has adopted over the last few centuries. The Industrial Revolution, population growth, the discovery of plastic, the industrialisation of processes, and the constant rise in global consumerism have been depleting natural resources at a faster rate than the planet can sustain, disrupting the natural balance of the Earth. With scientific and technological progress came knowledge of the harmful impacts that all these factors are having on our planet, as well as an awareness that the consequences of these impacts will be devastating. Thus, the urgency for a change in society's intrinsic habits emerged. These changes are finally taking place, but it is necessary to monitor, control, and guide society in this direction to ensure that objectives are efficiently achieved. Organisations have started to report on the measures they have implemented internally in terms of sustainability, along with the consequences of these measures.

The main objective of this study is to determine the performance of Porto Business School (PBS) in the development and implementation of its sustainability policy across all areas of the school's activities. In terms of sustainability reporting, PBS is considered an employer, a higher education institution, and, more specifically, a business school. The primary focus of this work was to analyse the school's performance in terms of sustainability, both as a business organisation (an employer with administrative operations) and as a higher education institution. To assess this performance in each of these two areas, two sets of sustainability indicators were used: (i) the set of indicators created by the Global Reporting Initiative, which evaluates the school as an organisation, and (ii) the indicators formulated by Times Higher Education, which evaluate the school in its role as a higher education institution. The indicators from each set that were relevant to the school's context were selected, and the necessary data was subsequently gathered to address these indicators, thereby providing results for analysis. The responses obtained were analysed and evaluated individually, and later within the context of the pillar they represented. This allowed conclusions to be drawn regarding the state of sustainability across the three pillars: environmental, social, and economic.

The main conclusions are: (i) PBS has already implemented several sustainability measures, and these are already having a positive impact on its sustainability; and (ii) the school has already defined the path it should take, setting short- and long-term goals that are challenging and sufficiently ambitious. However, it will be necessary to define intermediate objectives, linking them to more concrete targets. For each of these targets, an action plan must be created to ensure their achievement. As part of the conclusion of this work, suggestions for future actions were presented within the environmental and social pillars. In the environmental pillar, for instance, it was suggested to create an Environmental

Management System and a plan to monitor Greenhouse Gas (GHG) emissions from all activities associated with PBS, both direct and indirect, to analyse these results and reduce them. These actions will enable PBS to reach its internal goal of carbon neutrality. In the social pillar, the importance of creating volunteer activities in the local community that include all PBS stakeholders was highlighted, as well as the creation of training programmes in areas such as personal finance and sustainability, offering them free of charge to the surrounding community.

Keywords: Business School; Global Reporting Initiative; Sustainable Development; Sustainable Development Goals; Sustainable Report; Times Higher Education.

ÍNDICE

Agradecimentos	i
Resumo	iii
Abstract.....	v
Índice de Figuras.....	x
Índice de Tabelas	xi
Acrónimos.....	xii
1. Introdução	1
1.1. Enquadramento do Tema	1
1.2. Objetivos da Dissertação.....	2
1.3. Descrição da Empresa.....	3
1.4. Contribuição do Autor para o Trabalho	6
1.5. Estrutura e Organização da Dissertação.....	6
2. Estado de Arte.....	8
2.1. O Desenvolvimento Sustentável	8
2.1.1. Conceito e a sua evolução	8
2.1.2. A Agenda de 2030 e os 17 ODS.....	10
2.1.3. Desenvolvimento Sustentável na Europa	12
2.1.4. Desenvolvimentos Sustentável em Portugal.....	14
2.1.5. Indicadores de Sustentabilidade – Quantificação da Sustentabilidade.....	16
2.2. Desenvolvimento Sustentável nas Instituições de Ensino Superior.....	21
2.2.1. Instituições de Ensino Superior Sustentáveis.....	22
O papel das IES no Desenvolvimento Sustentável.....	23
2.2.2. Rankings.....	26
3. Metodologia	28
4. Resultados e Discussão	30
4.1. <i>Global Reporting Initiative</i>	30
GRI 2.....	30

GRI 3.....	37
GRI 201.....	39
GRI 203.....	41
GRI 205.....	44
GRI 302.....	46
GRI 303.....	47
GRI 306.....	48
GRI 413.....	53
GRI 417.....	56
4.2. <i>Times Higher Education</i>	56
THE 1.....	56
THE 4.....	59
THE 5.....	61
THE 6.....	64
THE 10	65
THE 11	68
THE 12	71
THE 13	74
THE 16	76
THE 17	80
5. Conclusão.....	85
6. Avaliação do Trabalho Realizado	87
6.1. Cumprimento dos Objetivos	87
6.2. Limitações do Trabalho.....	87
6.3. Desenvolvimentos Futuros – Plano de Ação.....	88
7. Contribuição para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.....	90
8. Referências Bibliográficas	94
ANEXOS	96
Anexo A – Lista dos Indicadores GRI selecionados para avaliação.....	97

Anexo B – Lista de Indicadores THE selecionados para avaliação.....	100
Anexo C – Lista de Temas Materiais considerados para a Análise de Materialidade	105

Índice de Figuras

<i>FIGURA 1 - ESTRUTURA DA PORTO BUSINESS SCHOOL.</i>	5
<i>FIGURA 2 - NORMAS GRI: UNIVERSAIS, SETORIAIS E ESPECÍFICAS (GRI, 2024).</i>	20
<i>FIGURA 3 - OS 17 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (NAÇÕES UNIDAS, 2015).</i>	90

Índice de Tabelas

TABELA 1 - RESPOSTAS AOS INDICADORES GRI 2	31
TABELA 2 - RESPOSTAS AOS INDICADORES GRI 3	38
TABELA 3 - RESPOSTAS AOS INDICADORES GRI 201	39
TABELA 4 - RESPOSTAS AOS INDICADORES GRI 203	41
TABELA 5 - RESPOSTAS AOS INDICADORES GRI 205	44
TABELA 6 - RESPOSTAS AOS INDICADORES GRI 302	46
TABELA 7 - RESPOSTAS AOS INDICADORES GRI 303	47
TABELA 8 - RESPOSTAS AOS INDICADORES GRI 306	49
TABELA 9 - RESPOSTAS AOS INDICADORES GRI 413	53
TABELA 10 - RESPOSTAS AOS INDICADORES GRI 417	56
TABELA 11 - RESPOSTAS AOS INDICADORES THE 1	57
TABELA 12 - RESPOSTAS AOS INDICADORES THE 4	60
TABELA 13 - RESPOSTAS AOS INDICADORES THE 5	61
TABELA 14 - RESPOSTAS AOS INDICADORES THE 6	64
TABELA 15 - RESPOSTAS AOS INDICADORES THE 10	65
TABELA 16 - RESPOSTAS AOS INDICADORES THE 11	68
TABELA 17 - RESPOSTAS AOS INDICADORES THE 12	72
TABELA 18 - RESPOSTAS AOS INDICADORES THE 13	74
TABELA 19 - RESPOSTAS AOS INDICADORES THE 16	76
TABELA 20 - RESPOSTAS AOS INDICADORES THE 17	80
TABELA 21 - OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, AS RESPECTIVAS METAS, CONTRIBUIÇÕES E INDICADORES DE DESEMPENHO ABORDADAS NA PRESENTE DISSERTAÇÃO	91
TABELA A. 1- LISTA DE INDICADORES GRI SELECIONADOS PARA AVALIAÇÃO (NOMES ORIGINAIS DOS INDICADORES)	977
TABELA B. 1- LISTA DE INDICADORES THE SELECIONADOS PARA AVALIAÇÃO	100
TABELA C.1 - LISTA DE TEMAS MATERIAIS CONSIDERADOS PARA ANÁLISE.....	105

Acrónimos

AMBA – *Association of Masters of Business Administration*

APA – Agência Portuguesa do Ambiente

BCSD – *Business Council for Sustainable Development*

BGA – *Brave Generation Academy*

CDS – Comissão das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável

CNADS – Conselho Nacional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

COPERNICUS – *COoperation Programme in Europe for Research on Nature and Industry through Coordinated University Studies*

CSDR – *Corporate Sustainability Reporting Directive*

DS – Desenvolvimento Sustentável

EDS – Educação para o Desenvolvimento Sustentável

ENDS – Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável

EU SDS – *European Union Sustainable Development Strategy* (Estratégia Europeia de Desenvolvimento Sustentável)

GEE – Gases de Efeito de Estufa

GHG – *Greenhouse Gas*

GRI – *Global Reporting Initiative*

IES – Instituições de Ensino Superior

INA – Instituto Nacional de Administração Pública

MBA – *Master of Business Administration*

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PBS – *Porto Business School*

PRME – *Principles for Responsible Management for Education*

PSR – *Pressure-State-Response* (Pressão-Estado-Resposta)

REA – Relatório do Estado do Ambiente

RNDS – Roteiro Nacional para o Desenvolvimento Sustentável

RS – Relatórios de Sustentabilidade

RSE – Responsabilidade Social Empresarial

RVN – Relatório Voluntário Nacional

SFDR – *Sustainable Finance Disclosure Regulation*

SGA – Sistema de Gestão Ambiental

SIDS – Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável

THE – *Times Higher Education*

UE – União Europeia

UNESCO – *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)

UNFCCC – *United Nations Framework Convention on Climate Change* (Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas)

1. Introdução

1.1. Enquadramento do Tema

O conceito do Desenvolvimento Sustentável (DS) está cada vez mais intrínseco no pensamento da nossa sociedade e é urgente que as organizações tomem as rédeas da sua gestão no sentido de responder positivamente ao esperado pelo Desenvolvimento Sustentável. Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) apenas serão cumpridos na sua plenitude se todos nós, enquanto sociedade, fizermos o nosso papel. As organizações, independentemente da sua dimensão, localização ou área de atuação, têm um papel fulcral para o alcance do DS.

Ao longo dos anos concluiu-se que o DS é um conceito dinâmico e perçível, não existindo uma definição tangível deste conceito. A explicação mais abrangente deste conceito assume que o DS procura garantir que a sociedade atual tem capacidade de dar resposta às suas necessidades sem comprometer as necessidades das gerações futuras.

A Agenda 2030 para o DS vem apresentar um novo plano que visa promover a paz e a prosperidade das pessoas e do meio ambiente, nos anos de atuação e futuros. Este plano assenta nos três pilares fundamentais para a sustentabilidade: ambiente, social e económico. É na Agenda 2030 que surgem os 17 ODS. Estes objetivos focam-se nas áreas de crítica importância para a humanidade e para o meio ambiente.

Nos últimos anos, com a crescente preocupação nesta temática, e com a urgente necessidade de mudança por parte da sociedade, têm sido estabelecidos objetivos, metas e princípios que abrangem os três pilares da sustentabilidade: ambiental, social e económico. Para avaliar o desempenho individual de cada organização no cumprimento destes ambiciosos objetivos, surgiu a prática do relato de sustentabilidade e, como ela, surgiram diversos conjuntos de indicadores que se dedicam a analisar atividades em específico, ou tipo de organizações com determinadas características, ou avaliar o grau de sustentabilidade num determinado pilar, etc.

A *Porto Business School* (PBS) é uma escola de negócios, e por isso uma instituição de ensino superior e é uma entidade empregadora, pelo que pode ser considerada uma organização nos termos definidos pelo *Global Reporting Initiative* (GRI). A GRI é uma organização internacional, sem fins lucrativos e independente, cujo principal objetivo é orientar empresas e organizações de diversas dimensões, setores e países, públicas ou privadas, no relato não financeiro, nos seus Relatórios de Sustentabilidade (RS), dos seus impactes no meio ambiente, no âmbito social e económico, e na responsabilização pelos mesmos. Atualmente, o relato de sustentabilidade adotado pela PBS, e

Introdução

realizado a cada 3 anos, é o relatório *Principles for Responsible Management for Education* (PRME). O PRME é uma subestrutura do Pacto Global das Nações Unidas especificamente dedicada às escolas de negócios e ao ensino da gestão que assenta num conjunto de seis princípios - propósito, valores, método, investigação, parceria e diálogo. Estes princípios fundamentam a análise e o relatório periódico das atividades das escolas de gestão, integrando também os contributos específicos para os ODS até 2030. Portanto, a PBS já realiza relatórios sobre sustentabilidade no contexto de uma escola de negócios. Contudo, a escola sentiu a necessidade de aprofundar o seu relato de sustentabilidade e aumentar a frequência do mesmo. Desta forma surgiu a oportunidade de relatar a sustentabilidade de forma mais abrangente, posicionando-se como uma instituição de ensino superior (independentemente da área de atuação) e enquanto organização. Foram selecionados os indicadores GRI para avaliar o desempenho em sustentabilidade da PBS como uma organização e os indicadores desenvolvidos pela *Times Higher Education* (THE) para avaliar esse desempenho, mas caracterizando a escola como uma instituição de ensino superior. Os indicadores THE foram desenvolvidos pela revista britânica *Times Higher Education* e tem como principal objetivo avaliar o desempenho das instituições de ensino no cumprimento dos 17 ODS.

Para preparar o relato de sustentabilidade nos novos formatos que a PBS pretende adotar, tornou-se necessário diagnosticar o estado atual da sustentabilidade da escola nestes dois novos âmbitos. O resultado deste trabalho – o diagnóstico de sustentabilidade – permitirá à PBS situar-se no seu percurso para a sustentabilidade, identificar o que tem funcionado bem e o que pode ser melhorado, e iniciar a preparação do futuro relato (incluindo a recolha de dados, organização do relatório e uma prévia perceção dos resultados que se espera obter). Este trabalho surge da necessidade expressa pela PBS.

1.2. Objetivos da Dissertação

O principal objetivo do trabalho proposto é avaliar o desempenho da PBS na evolução e implementação da sustentabilidade em todas as áreas de atividade da escola, tendo como base a análise das diversas atividades da escola, dos processos realizados na mesma e das tomadas de decisão diárias por parte da direção da PBS, através da utilização de indicadores de sustentabilidade.

Para alcançar o principal objetivo do trabalho foram definidos vários objetivos específicos que ajudaram a alavancar o processo de análise e avaliação. Esses objetivos específicos foram os seguintes:

1. Definir o conjunto de indicadores capazes de caracterizar o estado atual da escola, em matéria de sustentabilidade, e avaliar a evolução da mesma;
2. Avaliar as respostas obtidas pelos indicadores, caracterizando as como positivas ou negativas, e analisando o resultado no contexto atual da escola;

Introdução

3. Relacionar os dados recolhidos através das respostas aos indicadores com os ODS, determinando assim o nível de proximidade da escola com as metas dos ODS;
4. Definir metas e objetivos futuros para a PBS que permitam melhorar a sua performance em todas as dimensões da sustentabilidade.

O trabalho proposto visa auxiliar a direção da escola no diagnóstico da sustentabilidade da PBS, ou seja, avaliar se o estado atual das várias dimensões da escola está alinhado com os objetivos internacionais para o desenvolvimento sustentável da sociedade. Os resultados obtidos, a análise dos mesmos e as conclusões obtidas irão auxiliar a PBS nas tomadas de decisão futuras, para que estas contribuam para o alcance de uma escola mais sustentável. Será possível determinar que decisões e ações estão a ser bem executadas e que contribuem para a sustentabilidade do negócio e determinar também quais as atividades que não estão alinhadas com os objetivos de sustentabilidade. A obtenção destas informações permitirá tomadas de decisão conscientes e informadas, no âmbito da sustentabilidade.

1.3. Descrição da Empresa

A PBS é a escola de negócios da Universidade do Porto e é uma associação de direito privado sem fins lucrativos. Localizada no concelho de Matosinhos, a escola foi criada em 1988 por um conjunto de 36 organizações, nacionais e internacionais, em parceria com a Universidade do Porto. O principal objetivo da criação da escola foi a formação de indivíduos e empresas com o fim de estes se tornarem agentes de mudança do seu setor de atividade. A singularidade do processo de criação da PBS permite que a escola esteja munida de ferramentas do âmbito académico e empresarial, isto é, que combine no seu modelo de gestão a experiência real das empresas parceiras, com a experiência e o rigor académico associado à Universidade do Porto.

A PBS é liderada por uma Direção (*Executive Board*), constituído por um Diretor (*Dean*) e dois Vice-Diretores (*Vice-deans*), e emprega cerca de 89 colaboradores. A escola está organizada e dividida em 18 unidades (departamentos), estando estes divididos em dois setores diferentes: unidades de suporte (12 unidades) e as unidades de negócio (6 unidades), tal como é possível observar no organograma da escola na Figura 1.

As unidades de suporte suportam as operações de gestão da escola como organização, do edifício, dos colaboradores, dos estudantes e dos *alumni* (antigos estudantes). Estas unidades são:

- *Facilities Management*;
- *Financial & Administrative Management*;
- *People Management*;
- *Content & Communication*;

Introdução

- *Information Systems & Technology;*
- *Systems Development;*
- *Career Services;*
- *Alumni & Business Improvement;*
- *Learning Innovation Unit;*
- *Product Management;*
- *Legal & Institutional Affairs;*
- *Quality Control & Improvement.*

Por sua vez, as unidades de negócio gerem os focos de negócio da PBS, desde os produtos académicos (*Master of Business Administration* - MBA - e pós-graduações), a projetos de consultadoria para o setor corporativo e outros negócios. As unidades de negócio são:

- *MBA Programmes;*
- *Open Executive Education;*
- *Corporate Solutions;*
- *Innovation X Hub;*
- *International Development;*
- *Other Business.*

Introdução

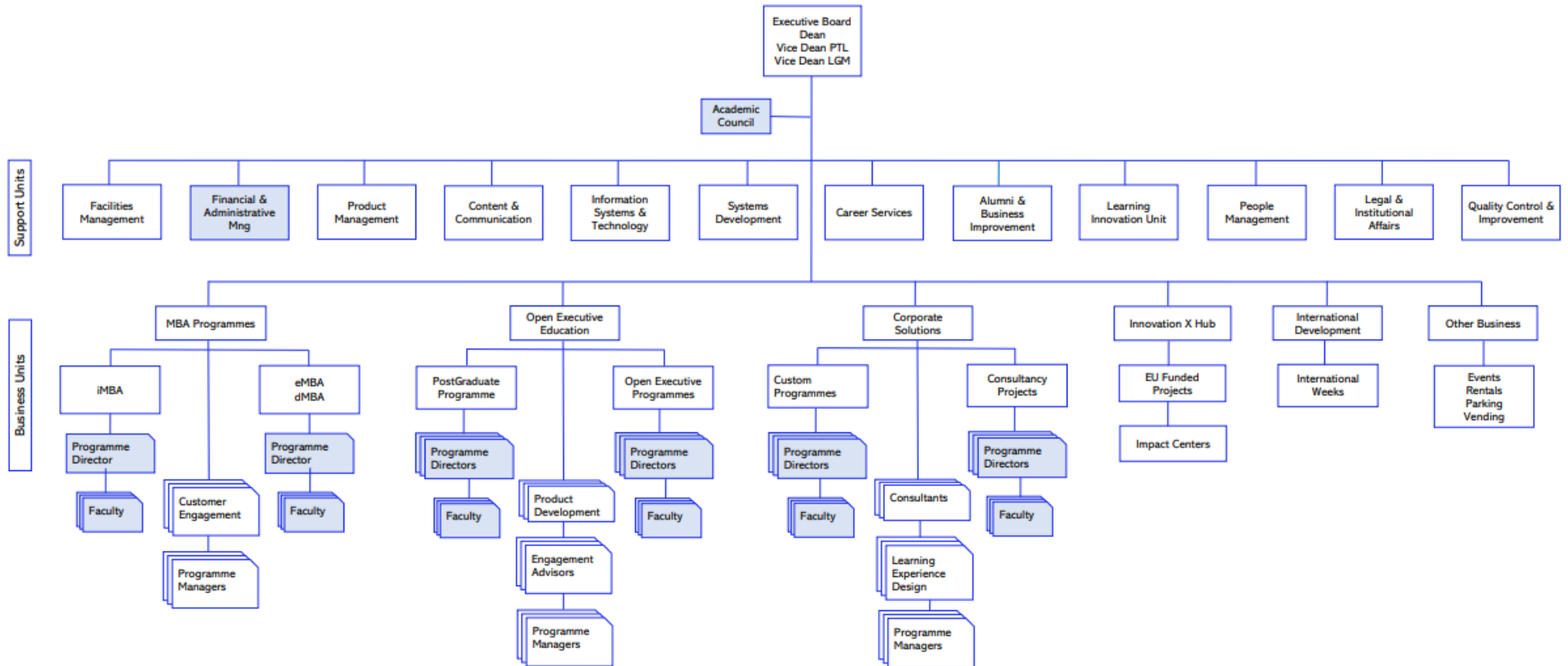


Figura 1 - Estrutura da Porto Business School.

1.4. Contribuição do Autor para o Trabalho

O presente trabalho pretende determinar e analisar o estado atual da implementação da sustentabilidade na PBS e pretende definir quais os passos a seguir para levar a escola a atingir os seus objetivos de sustentabilidade.

Um dos objetivos a curto prazo da PBS é a realização de um relato de sustentabilidade anual, que irá complementar o relato do relatório PRME. A PBS pretende o desenvolvimento de um relatório de sustentabilidade mais estruturado, com informação mais detalhada e mais abrangente no que toca às áreas de ação da escola, pelo que será necessário olhar para os vários contextos da PBS – escola de negócio, instituição de ensino superior e organização. Através da análise do estado da sustentabilidade da escola com recursos aos conjuntos de indicadores de sustentabilidade da GRI e da THE é possível diagnosticar a sustentabilidade da escola como uma organização e como uma instituição de ensino superior, respetivamente.

As conclusões obtidas deste trabalho permitem à PBS perceber o seu estado atual no âmbito da sustentabilidade, da escola em todos os seus âmbitos e começar a implementar medidas que tentem colmatar as falhas existentes, ou parte delas, antes de se iniciar o processo de relato anual. Para além disso, o trabalho realizado permitiu que a escola comesse o processo de recolha de dados e informação e os organizasse, facilitando os futuros processos de relato.

Como única engenheira do ambiente na empresa durante o período em que decorreu a dissertação, os conteúdos teóricos e práticos da temática ficaram à responsabilidade do autor e a maior dificuldade surgiu aquando da recolha de dados, uma vez que englobou um enorme número de colaboradores e nem sempre a informação estava disponível ou acessível.

1.5. Estrutura e Organização da Dissertação

O presente trabalho está organizado em sete capítulos.

O primeiro capítulo (Introdução) pretende apresentar uma visão global do trabalho desenvolvido, a relevância do mesmo, os objetivos estabelecidos e empresa alvo de análise.

O segundo capítulo (Estado de Arte) contém a informação recolhida relativamente ao DS, área de base do trabalho desenvolvido, bem como toda a evolução que aconteceu baseada neste conceito.

O terceiro capítulo (Metodologia) apresenta a metodologia adotada para desenvolver o trabalho e obter os resultados finais.

No quarto capítulo (Resultados e Discussão) foram apresentadas as respostas aos indicadores, os resultados finais, e a discussão sobre os mesmos, para cada um dos conjuntos tendo-se realizado uma análise individual de cada indicador.

O quinto capítulo (Conclusões) resume as conclusões finais do trabalho tendo como base os objetivos estabelecidos e os resultados que se obtiveram.

Introdução

O sexto capítulo (Avaliação do Trabalho Realizado) foi analisado o cumprimento dos objetivos estabelecidos inicialmente, as limitações que surgiram ao longo do trabalho e sugestões de trabalho futuro.

Por fim, o sétimo capítulo (Contribuição para os ODS) compila em si os ODS para os quais o trabalho contribuiu com maior relevância, as metas de cada um desses ODS e os indicadores associados a essas metas.

2. Estado de Arte

Este capítulo apresenta o conceito de DS, toda a evolução à volta do mesmo e o crescente impacto que tem vindo a criar na sociedade atual. São também apresentados os conjuntos de indicadores adotados para a realização deste trabalho.

2.1. O Desenvolvimento Sustentável

2.1.1. Conceito e a sua evolução

O criação e evolução do conceito de DS remonta à década 70 quando, em 1972, ocorre em Estocolmo, na Suécia, a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano. Nesta conferência, a Assembleia Geral das Nações Unidas cria o Programa das Nações Unidas para o Ambiente, define o Plano de Ação para o Ambiente Humano e é redigida e assinada a Declaração de Estocolmo. Consagrando 26 princípios, a Declaração de Estocolmo eleva, pela primeira vez a nível mundial, as problemáticas ambientais no primeiro plano das preocupações internacionais. Esta declaração tornou-se o ponto de partida para o diálogo entre os países em diferentes fases de industrialização sobre a relação entre o crescimento económico, a poluição ambiental e a saúde pública (A. Rodrigues 2022; Nações Unidas 1973).

O Plano de Ação para o Meio Ambiente Humano é composto por três ações gerais – avaliação ambiental, gestão ambiental e criação de medidas de suporte – e por 109 recomendações que visam auxiliar o cumprimento das ações gerais supracitadas. A distribuição das recomendações por cada ação compõe o Plano de Ação para o Ambiente Humano (Nações-Unidas, 1973).

Em 1980, foi publicada a Estratégia para a Conservação Mundial que pretendia definir o rumo para o alcance do DS recorrendo à conservação dos recursos disponíveis. No ano de 1983, a Comissão Mundial sobre o Ambiente e Desenvolvimento foi incumbida, pela Nações Unidas, de formular a “Agenda Global para a Mudança”. Em 1987, a mesma entidade publica o relatório “*Our Common Future*” onde defini, oficialmente, o conceito de Desenvolvimento Sustentável. Segundo o relatório, o DS define-se como o desenvolvimento que tem a capacidade de satisfazer as necessidades das gerações atuais, sem comprometer as necessidades das gerações futuras e que está integrado nos três pilares – social, económico e ambiental (Abad-Segura & González-Zamar, 2021).

Em 1992, no Rio de Janeiro, ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento (Cimeira da Terra). Participaram cerca de 180 países e concluiu-se que apenas as mudanças de comportamentos a nível mundial iriam permitir as alterações necessárias para a proteção do meio ambiente e para o desenvolvimento económico e social, pilares do DS. Na cimeira foram

criadas as convenções sobre as Alterações Climáticas e a Biodiversidade, a Declaração sobre os princípios da Floresta, a Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento (contém 27 princípios) e a Agenda 21. A Agenda 21 visava planear o rumo da sustentabilidade no século XXI e continha soluções para a preservação dos habitats e da biodiversidade, bem como, para o combate à deterioração dos solos e conservação da qualidade do ar e da água.

Mais tarde, em 1997, a Assembleia Geral das Nações Unidas realiza a “*Earth +5*”, uma sessão especial que tinha como objetivo avaliar os resultados obtidos no cumprimento dos compromissos assumidos na Cimeira da Terra que iriam permitir a implementação da Agenda 21. Conclui-se que os resultados objetivos estavam longe dos pretendidos para que se tornasse possível começar a implementar a Agenda 21 no início do século. Em dezembro desse ano, é assinado e adotado o Protocolo de Quioto à Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (UNFCCC), considerado o primeiro tratado jurídico internacional cujo foco principal era a limitação das emissões quantificadas dos gases de efeito de estufa (GEE), nos países desenvolvidos. O tratado entra em vigor apenas em 2005. De acordo com o Protocolo, entre 2008 e 2012 (primeiro período de compromisso), os países que participaram na conferência e assinaram o documento, comprometiam-se a reduzir em 5%, em média, as suas emissões de gases de efeito de estufa, face aos níveis de 1990 (União-Europeia, s.d.).

Em 2000 é publicada a Carta da Terra, composta por quatro princípios gerais: respeitar e cuidar a comunidade da vida; integridade ecológica; justiça social e económica; e a democracia, a não violência e a paz (Earth Charter Commission, 2000). Nesse mesmo ano, os países envolvidos adotam a Declaração do Milénio e assumem assim os oito objetivos que a constituem e as várias metas que objetivavam inverter a tendência de degradação do meio ambiente (Nações Unidas, Declaração do Milénio das Nações Unidas, 2000).

A Cimeira Mundial do Desenvolvimento Sustentável realizou-se em Joanesburgo, em 2002, na qual os estados membros reafirmam o seu compromisso para com a Declaração do Rio e a Agenda 21. É assinada a Declaração de Joanesburgo sobre o Desenvolvimento Sustentável e um novo plano de ação, o Plano de Implementação de Joanesburgo.

No Rio de Janeiro, em junho de 2012, é realizada a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). Nesta conferência, a Assembleia das Nações Unidas para o Meio Ambiente é instituída e torna-se o órgão mundial responsável pelas decisões de alto calibre relacionadas com o meio ambiente. É nesta conferência que se iniciam os trabalhos para a criação de um conjunto de objetivos para o Desenvolvimento Sustentável que iriam ser implementados após o prazo estabelecido para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio – os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Em 2015, a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável é tida como uma Cimeira de Alto Nível e nela é criada a Agenda de 2030 e os 17 ODS (Nações Unidas, 2015). Ainda nesse ano ocorre a Conferência de Paris para as Alterações Climáticas e este mostrou ser o primeiro teste de vontade política, por parte dos estados membros, para implementar a Agenda 2030. Na conferência foi assinado o Acordo de Paris no qual os estados membros se comprometiam a trabalhar para manter o aquecimento global abaixo dos 2 °C (Rodrigues, 2022). Ao longo dos anos, várias entidades e documentos tentaram definir o conceito de DS concluindo-se que este é um conceito dinâmico e perceptível de acordo com diversas perspetivas. Assim, não existe uma definição tangível de DS.

2.1.2. A Agenda de 2030 e os 17 ODS

A Agenda 2030, desenvolvida em setembro de 2015, consistiu num novo plano criado na Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável – *Transforming Our World: The 2030 Agenda for Sustainable Development by 2030* – constituído por uma declaração, pelos 17 ODS e as 169 metas que os complementam e que se apresentam como integrados e indivisíveis. Os ODS foram definidos sob os alicerces dos Objetivos de Desenvolvimento de Milénio que foram postos em ação entre 2000 e 2015 e pretendiam (Nações Unidas, 2015):

OBJETIVO 1: Erradicar a pobreza extrema e a fome;

OBJETIVO 2: Assegurar uma educação básica de qualidade para todos;

OBJETIVO 3: Promover a igualdade entre géneros e a capacitação das mulheres;

OBJETIVO 4: Reduzir a taxa de mortalidade infantil;

OBJETIVO 5: Melhorar a saúde materna;

OBJETIVO 6: Combater o VIH/SIDA, a malária e outras doenças;

OBJETIVO 7: Assegurar a sustentabilidade ambiental;

OBJETIVO 8: Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

De acordo com o *The Millennium Development Goals Report* (relatório desenvolvido pelas Nações Unidas em 2015 que pretendia avaliar o desempenho dos Objetivos de Desenvolvimento de Milénio), apesar destes objetivos terem alcançado um grande sucesso, concluiu-se que a população mais vulnerável e com maior índice de pobreza foi sendo esquecida e abandonada. Concluiu-se que a desigualdade de género persistiu, continuou a existir grandes diferenças em relação às condições de vida entre pessoas com menor e maior índices de pobreza e entre as regiões rurais e urbanas, as alterações climáticas e a degradação ambiental influenciaram negativamente o progresso esperado e as populações mais pobres foram as que mais sofreram destes impactos negativos e que os conflitos bélicos continuam a ser a maior ameaça ao desenvolvimento humano (Nações Unidas, 2015).

Assim, tornou-se necessária a criação de novos objetivos mundiais que, entre outros efeitos, permitissem a proteção das populações mais vulneráveis. A criação dos 17 ODS pretendeu satisfazer esta necessidade mundial. Segundo Ban Ki-moon, antigo Secretário-Geral das Nações Unidas, *“Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são a nossa visão comum para a Humanidade e um contrato social entre os líderes mundiais e os povos. São uma lista das coisas a fazer em nome dos povos e do planeta e um plano para o sucesso”* (BCSD, 2022).

A Agenda 2030 para o DS apresentou um novo plano, que entrou em vigor em 2016 e vigorará até 2030, que visa promover a paz e a prosperidade das pessoas e do meio ambiente, nos anos de atuação e futuros. Este plano assenta nos três pilares fundamentais para a sustentabilidade: ambiente, social e económico. Os 17 ODS apresentados nesta agenda, e as 169 metas inerentes aos mesmos, demonstram a escala de ambição das Nações Unidas que pretende alcançar o que os Objetivos de Desenvolvimento de Milénio não alcançaram, promover os direitos humanos de todos, alcançar a igualdade de género e o empoderamento de todas as mulheres, erradicar a pobreza e a fome e proteger o meio ambiente das ações antropogénicas (Nações Unidas, 2015). Deste modo, os ODS focam-se nas áreas de crítica importância para a humanidade e para o meio ambiente estruturando-se em 5 princípios (BCSD, 2022):

PESSOAS: erradicar a pobreza e a fome de todas as maneiras e garantir a dignidade e a igualdade (ODS 1, ODS 2, ODS 3, ODS 4 e ODS 5).

PLANETA: proteger os recursos naturais e o clima do nosso planeta para as gerações futuras (ODS 6, ODS 12, ODS 13, ODS 14 e ODS 15).

PROSPERIDADE: Garantir vidas prósperas e em harmonia com a natureza (ODS 7, ODS 8, ODS 9, ODS 10 e ODS 11).

PAZ: promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas (ODS 16).

PARCERIA: implementar o plano mundial (a Agenda 2030) por meio de uma parceria global sólida (ODS 17).

Os ODS não são juridicamente vinculativos, contudo é esperável por parte dos estados membros que estes os adotem a nível governamental e estabeleçam medidas e políticas a nível nacional que permitam a sua implementação. Para além dos governos, espera-se que todos os setores (público e privado) e toda a sociedade implementem os ODS nas suas políticas de gestão.

A edição de 2023 do *“Sustainable Development in the European Union – Statistical annex to the EU voluntary review”* – relatório desenvolvido pela União Europeia que avalia o progresso do alcance das metas estabelecidas pelos ODS no contexto europeu – avaliou os dados obtidos por 100 indicadores, divididos pelos 17 ODS e relativos às dimensões sociais, económicas e ambientais, desde 2015 até 2021 ou 2022, dependendo dos indicadores. Esta avaliação permitiu concluir que a tendência de progressão positiva varia entre os ODS e que alguns têm apresentado uma tendência de evolução

negativa, face ao desejável, desde 2020 devido à diversas crises que o mundo tem enfrentado (crises de saúde pública, bélicas e económicas) (Eurostat, 2023).

Analisando a evolução de alguns dos ODS conclui-se que os índices de pobreza em todas as suas formas e lugares (ODS 1) tem vindo a diminuir, quando comparados com os valores de 2015, contudo apresentaram alterações na evolução desde 2020, tendo sofrido aumentos indesejados, mas que não atingiram os valores de 2015. Estes aumentos podem ser justificados pelo aumento da inflação a nível internacional que se tem sentido nos últimos anos pelas diversas crises pandémicas e sociais que se tem vivido desde 2020, tal como a pandemia de COVID-19, o conflito bélico na Ucrânia ou a guerra no Médio Oriente. Os ODS 2, 3 e 4 apresentaram tendências de evoluções positivas, mas com diversos ritmos de crescimentos. A evolução do ODS 5 apresentou uma tendência positiva de evolução, contudo lenta em alguns indicadores (por exemplo, meta 5.2). Os indicadores que analisaram a evolução do ODS 7 demonstraram que o consumo, per capita, de energia aumentou, que o acesso à energia para aquecimento das habitações aumentou, que o consumo de energias renováveis aumentou e que a dependência da importação de energia diminuiu. A evolução dos ODS 8 foi positiva tendo sofrido, em alguns casos, desvios durante o período de COVID. O ODS 12 demonstra resultados aquém do espetável. O consumo de matérias primas e de químicos perigosos apresentaram uma tendência de crescimentos. A média de emissões de CO_{2,eq} no transporte em veículos particulares apresentou uma tendência de diminuição muito lenta. Também o ODS 13 apresentou diminuições a um ritmo muito lento da emissão de gases de efeito de estufa e um grande impacto nos consumos económicos devido às consequências da crise climática (Eurostat, 2023; Nações Unidas, 2015).

Apesar da adesão da sociedade aos ODS, o estudo e análise destes levantarem a hipótese de que poderão existir conflitos entre ODS da dimensão ambiental e ODS da dimensão económica. Um estudo desenvolvido em 2023 pela Stockholm Environment Institute (*“Sustainable Development Goal interactions through a climate lens: a global analysis”*) explora algumas interações entre os ODS ambientais e os ODS económicos, concluindo que os esforços para o desenvolvimento económico causam, muitas vezes, uma pressão ecológica insustentável, intensificando a degradação da fauna e da flora, promovendo a evolução das alterações climáticas e a perda de biodiversidade. Assim, os autores recomendam que exista um foco mais centrado nas económicas verdes, promovendo o crescimento económico através de políticas sustentáveis e de mitigação de impactes (SEI, 2023).

2.1.3. Desenvolvimento Sustentável na Europa

A União Europeia (UE) consagra os assuntos relacionados com o DS no Tratado da União Europeia que reconhece as dimensões económicas, sociais e ambientais, integrando assim o DS nos principais projetos transversais e nas políticas e iniciativas setoriais desenvolvidas pela UE (Rodrigues A., 2022).

Em 2001, a UE publicou o Livro Verde, documento estratégico que pretendia promover a responsabilidade social das empresas, que serviu como base para o incentivo de práticas empresariais e corporativas que vão além dos interesses financeiros, isto é, que abordem desafios como a sustentabilidade, os direitos humanos, investimento no capital humano e impactos ambientais. O Livro Verde procura orientar e incentivar as empresas na adoção de práticas mais éticas e responsáveis (CCE, 2001).

Desde a criação da Agenda 2030, a UE mostrou um enorme compromisso com a mesma e uma vontade resiliente de assumir uma posição de liderança na sua implementação e da implementação dos ODS, juntamente com todos os estados membros e em sintonia com o princípio da subsidiariedade. O plano de implementação da Agenda 2030 na realidade do universo europeu está dividido em duas vertentes. A primeira vertente consiste na projeção do futuro da UE através da identificação e criação das políticas setoriais após 2020. A segunda vertente visa integrar os ODS no quadro das medidas políticas europeias e nas 10 prioridades políticas estabelecidas pela Comissão Europeia para a Agenda de 2030 (Rodrigues A., 2022):

1. Um novo impulso para o emprego, o crescimento e o investimento;
2. Um Mercado Único Digital Conectado;
3. Uma União mais resiliente ao nível da energia, dotada de uma política visionária em matéria de alterações climáticas;
4. Um mercado interno mais aprofundado e mais equitativo, dotado de uma base industrial reforçada;
5. Uma União Económica e Monetária mais aprofundada e mais equitativa;
6. Um Acordo de Comércio Livre razoável e equilibrado com os EUA;
7. Um espaço de justiça e de direitos fundamentais baseados na confiança mútua;
8. Rumo a uma nova política migratória;
9. Uma Europa mais forte na cena mundial;
10. Uma União de mudanças democrática.

Um dos instrumentos criados pela Comissão Europeia para executar com sucesso os propósitos da Agenda 2030 e concretizar os ODS foi a criação do Pacto Ecológico Europeu. Este pacto elabora uma estratégia de crescimento que pretende criar na UE, até 2050, uma sociedade justa e próspera, com otimização da economia de modo que esta possa ser competitiva e eficiente em matéria de gestão de recursos e sem emissões líquidas de GEE. O Pacto Ecológico Europeu incorpora em si medidas, acompanhadas por princípios políticos e soluções, que servem de guia para esta transição, promovendo o investimento em tecnologias verdes e quadros políticos e legislativos em matéria de clima que reforcem os esforços efetuados pelos estados membros nesta matéria (Rodrigues A., 2022).

No seguimento do Pacto Ecológico Europeu, a UE desenvolveu, em 2019, o Regulamento de Divulgação de Finanças Sustentáveis (*Sustainable Finance Disclosure Regulation* - SFDR) e, em 2021, Diretiva para a Comunicação de Informação sobre a Sustentabilidade das Empresas (*Corporate Sustainability Reporting Directive* - CSDR). Estas diretivas apresentaram como objetivo principal garantir e aumentar a transparência no relato das informações de sustentabilidade e aumentar a responsabilidade social e ambiental das empresas. A SFDR é focada no setor financeiro e exige que os gestores de ativos e investidores forneçam e relatem os seus dados sobre a sustentabilidade dos seus produtos e serviços. A CSDR exige que as empresas relatem as informações, de forma muito detalhada, relacionadas com os seus impactos e riscos ambientais, sociais e económicos. Estas novas diretivas vem promover a padronização nos relatórios de sustentabilidade e promover investimentos sustentáveis no espaço europeu.

2.1.4. Desenvolvimento Sustentável em Portugal

O caminho de cada país para alcançar o DS não é igual, uma vez que as necessidades e os problemas de cada país são diferentes. Assim, cada um terá que adaptar, face à sua realidade, as suas medidas regulatórias e esforços para mitigar os seus principais problemas. Em Portugal, o caminho para o DS teve grande influência externa, nomeadamente do comportamento da UE.

O primeiro passo para o alcance do DS em Portugal ocorreu em 1987 com a aprovação da primeira Lei de Base do Ambiente (Lei n.º 11/87, de 7 de abril da Assembleia da República, 1987). Esta lei introduzia o conceito de DS, à data, designado como “*desenvolvimento auto-sustentado*” e mostrou-se essencial e inovadora em matéria de ambiente, tendo definido as bases da política ambiental em Portugal. A Lei de Base do Ambiente estabeleceu ainda a obrigatoriedade de o Governo Português apresentar, anualmente, o “Relatório do Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território” que divulgava o estado do ambiente no ano referente. Este documento foi renomeado, em 1993, “Relatório do Estado do Ambiente” (REA), denominação atual do mesmo. O REA passou assim a ser um documento de referência nacional para a avaliação do estado do ambiente em território nacional (Cravo, 2018).

Em 1991, surge a publicação do primeiro Livro Branco sobre o Estado do Ambiente. Este documento visava avaliar o estado ambiental nacional a médio prazo, complementando assim a avaliação e a comunicação sobre o mesmo já realizada pelo REA. Contudo, o Livro Branco publicado em 1991 viria a ser a única versão deste documento divulgado até à data (Cravo, 2018).

O Conselho Nacional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CNADS) é criado em 1997, no âmbito do Princípio 10 da Declaração do Rio e no capítulo 8.7 da Agenda 21 (CNADS, 2010). Em 2000, é apresentada a primeira proposta para a criação de uma Sistema de Indicadores de

Desenvolvimento Sustentável (SIDS) para Portugal que pressupunha ser uma ferramenta básica que avaliaria o progresso do país em direção aos objetivos estabelecidos para o alcance do DS.

Na Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento em 1992, os Estados foram incentivados a elaborar e adotarem estratégia, no plano nacional de desenvolvimento sustentável que permitissem equilibrar e harmonizar, internamente, as políticas nacionais com o ambiente, a economia e a dimensão social, e, externamente, as políticas nacionais no panorama internacional. Em 2001 foi aprovada, pelo Conselho Europeu, a primeira Estratégia Europeia de Desenvolvimento Sustentável (EU SDS), acontecimento que influenciou o Estado Português a elaborar e adotar a “Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável – ENDS 2015”. A versão final da ENDS 2015 foi publicada em 2006 e aprovada em 2007. A ENDS 2015 era um instrumento de orientação política da estratégia de desenvolvimento de Portugal em direção à sustentabilidade, servindo como referência para a elaboração de políticas setoriais e para a construção de estratégias para o processo de desenvolvimento sustentável nacional a longo prazo, entre 2005 e 2015. De modo a alcançar o que se propunha, a ENDS estabelecia 7 principais objetivos que abrangiam as 3 dimensões do DS (ambiental, económico e social):

1. Preparar Portugal para a “sociedade do conhecimento”;
2. Crescimento sustentado, competitividade à escala global e eficiência energética;
3. Melhor ambiente e valorização do património;
4. Mais equidade, igualdade de oportunidades e coesão social;
5. Melhor conectividade internacional do país e valorização equilibrada do território;
6. Um papel ativo de Portugal na construção europeia e na cooperação internacional;
7. Uma administração pública mais eficiente e modernizada.

Estes objetivos continham neles metas específicas que visavam identificar, qualitativamente e quantitativamente, os progressos obtidos e os resultados pretendidos. Apesar da ENDS ser acompanhada por relatórios de acompanhamento e monitorização bienais, a elaboração e publicação destes ficou aquém do acordado. Foram elaborados dois Relatórios Bienais (2009 e 2011), contudo apenas o relatório de 2009 foi aprovado em Conselho de Ministros e publicado. Deste modo, desde o ano de 2009 que não ocorreu qualquer avaliação dos progressos da ENDS e esta nunca foi revista. A vigência da ENDS terminou em 2015.

Em 2007, ocorre a fusão entre o Instituto do Ambiente e o Instituto dos Resíduos dando origem à Agência Portuguesa do Ambiente (APA) apresentava como missão o *“Propor, desenvolver e acompanhar a gestão integrada e participada das políticas de ambiente e de desenvolvimento sustentável...”* (APA, 2021). Ainda nesse ano, a APA anuncia uma ferramenta de gestão e avaliação da

sustentabilidade no âmbito nacional, publicando o “Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável – Portugal”.

Em 2017, Portugal apresenta, no Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável de 2017, o primeiro Relatório Voluntário Nacional (RVN). Este documento respondia ao pedido solicitado pela Agenda 2030 para que os países monitorizassem e reportassem, voluntariamente, os progressos efetuados para a concretização da Agenda 2030. O relatório deve apresentar as ações e a evolução das medidas e políticas levadas a cabo pelos diferentes países, em matéria de DS, e deve ser rigoroso, aberto, inclusivo e transparente. O RVN 2017 concluiu que os ODS 4, 5, 9, 10, 13 e 14 deveriam ter um carácter prioritário nos avanços a adotar nos anos seguintes (República Portuguesa, 2017). Em 2023, Portugal divulga um novo RVN no qual divulga que 61% das metas evoluem no sentido desejado e apenas 11% das metas se dirigem no sentido oposto ao desejado (República Portuguesa, 2023).

Ainda em 2023, o governo português anuncia o desenvolvimento do Roteiro Nacional para o Desenvolvimento Sustentável 2023 (RNDS 2023). O desenvolvimento do documento é baseado nos dados e na experiência obtida com o RVN 2023 e pretende ser um acelerador para a implementação da Agenda 2030 e para o progresso dos ODS, apresentando medidas e atividades, complementadas com metas concretas e bem definidas. Desde o ENDS 2015 que não se desenvolvia um documento com metas e atividades específicas com o propósito de alcançar o DS (República Portuguesa, 2024).

2.1.5. Indicadores de Sustentabilidade – Quantificação da Sustentabilidade

Nos dias atuais, a preocupação dos líderes mundiais em matéria de sustentabilidade assenta na, outrora abstrata, ideia de “como se poderá medir o progresso das nações relativamente aos esforços feitos para atingir o DS?”. A evolução desta temática levou ao desenvolvimento inevitável de um processo que responda a esta questão. Assim, a Comissão das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (CDS) desenvolveu um conjunto de indicadores de sustentabilidade que permitissem avaliar o progresso feito para se atingir o DS (Madeira, 2008). De acordo com a Comissão Europeia, um indicador é um instrumento que mede, quantitativa ou qualitativamente, a proximidade a que se encontra um certo parâmetro de atingir o objetivo estipulado, permitindo analisar e comparar os parâmetros entre si (Madeira, 2008).

No universo do DS, a informação pode ser obtida e analisada para diferentes níveis – local, regional, nacional e global. Esta informação é, inicialmente, obtida a partir de dados brutos de informação que identificam informação específica, útil no espectro local e nacional para deteção de

problemas e implementação de medidas. Contudo, a densidade, o detalhe e a complexidade da informação leva a que, para que possa ser efetuada uma análise mais global das problemáticas, seja necessário agregar e processar a informação. O processamento desta resulta na obtenção de dados analisados que fornecem a informação de forma mais acessível. Devido à complexidade do fenómeno do DS, e à semelhança de outros temas, tornou-se essencial condensar ainda mais a informação obtida e preparada para análise em indicadores. Os indicadores podem ser indicadores de desempenho que são compostos por um indicador descritivo e por um valor de referência. São estes indicadores que permitem medir o progresso dos esforços e das medidas implementadas, tornando-se um bom instrumento de apoio à decisão (Madeira, 2008).

A importância do papel dos indicadores nas tomadas de decisão sobre o DS foi reconhecida pela primeira vez em 1992, na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Esta relevância dada à importância dos indicadores de sustentabilidade expôs e promoveu o desenvolvimento de vários trabalhos relacionados com esta matéria, por parte de diversas entidades. A primeira entidade a desenvolver indicadores ambientais a uma escala internacional foi a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). Estes indicadores apresentavam o impacto das políticas nas principais problemáticas e temas relevantes do início do século XXI – poluição e recursos naturais e ativos. A OCDE recorreu ao modelo Pressão-Estado-Resposta (PSR) para elaborar os indicadores ambientes, sistematizando-os nos seguintes grupos (Cravo, 2018):

Indicadores de Pressão – avaliam o nível de pressão dos fatores (por atividade humana) no sistema ambiental.

Indicadores de Estado – percecionam o estado do ambiente refletindo sobre as consequências das pressões exercidas sobre este.

Indicadores de Resposta – dimensionam e avaliam o impacto que as respostas dadas pela sociedade têm na minimização dos danos causados pelas pressões no estado do ambiente, bem como a adesão aos programas e políticas criadas para este fim (Santos, 2016).

O modelo PSR apenas analisa o estado do ambiente, pelo que a incapacidade que o modelo apresentou em avaliar as dimensões económica e social, levou a Agência Europeia do Ambiente a desenvolver outro modelo, mais complexo, designado por Forças Condutoras-Pressão-Estado-Impacto-Resposta. Este modelo tem como base o pensamento de que as atividades humanas podem degradar o meio ambiente e que a alteração do estado do ambiente pode impactar a saúde humana e os ecossistemas. Estas consequências exigem respostas pela implementação de políticas relacionadas (Santos, 2016). A par do desenvolvimento destes modelos, a Organização das Nações Unidas (ONU)

dedicou-se ao desenvolvimento de um SIDS que servisse como referência para todos os países e que pudesse ser aplicável nas suas medições de progresso.

Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável

No ano 2000, Portugal divulgou a primeira edição de um SIDS a nível nacional, a “Proposta para um Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável”. Esta edição contou com 132 indicadores, dos quais 72 ambientais, 29 económicos, 22 sociais e 9 institucionais (Cravo, 2018). Sete anos mais tarde, e ainda em vigor nos dias atuais, é divulgado o “Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável – Portugal”. Os indicadores foram desenvolvidos de forma a darem respostas aos aspetos ambientais, económicos, sociais e institucionais. Com um total de 118 indicadores, estes compõem os “indicadores-base” e dentro destes, os indicadores estão divididos em 3 grupos: os “indicadores-chave”, desenvolvidos para comunicar com decisores e público em geral; os “indicadores-regionalizáveis” que são o mínimo comum a utilizar em SIDS regionais; e os “indicadores-setorializáveis” que são o mínimo comum a utilizar em SIDS setoriais ou temáticos (Cravo, 2018).

O SIDS Portugal e o REA são instrumentos cruciais no que respeita à avaliação e monitorização do desempenho nacional para atingir o DS e cumprir com os ODS, bem como para as tomadas de decisão relacionadas com o mesmo objetivo (Cravo, 2018).

GRI

A *Global Reporting Initiative* é uma organização internacional, sem fins lucrativos e independente fundada em 1997, na cidade de Boston nos Estados Unidos da América, em conjunto pela organização, sem fins lucrativos, *Coalition for Environmentally Responsible Economies* e pelo Instituto Tellus, com o envolvimento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Desde 2002, está sediada na Holanda.

O principal objetivo da criação da GRI foi orientar empresas e organizações de diversas dimensões, setores e países, públicas ou privadas, no relato não financeiro, nos seus Relatórios de Sustentabilidade (RS), dos seus impactes no meio ambiente, no âmbito social e económico, e na responsabilização pelos mesmos. A adoção destas diretrizes permite ajudar as organizações e as empresas a contabilizar e monitorizar os seus desempenhos e a estabelecer metas realistas na área da sustentabilidade, tendo como principal objetivo alcançar um futuro sustentável (GRI, 2024).

Em 2000, foi publicada a primeira Diretrizes GRI (G1) disponibilizando a primeira estrutura global para relato de sustentabilidade. A criação e divulgação desta diretriz permitiu impulsionar a qualidade, a transparência e o rigor na elaboração dos RS, bem como, aumentar o número de entidades

a reportarem sobre o seu desempenho de carácter sustentável (Batista, 2022). O aumento da procura por relatórios baseados nas GRI, por parte de novas empresas, e o crescente aumento da exigência e do rigor do relato nos RS provocou, ao longo dos anos, diversas atualizações das Diretrizes GRI. Em 2013, as Diretrizes GRI apresentavam já a sua quarta versão (G4). Desde 2016, a GRI fornece as primeiras normas globais criados para RS, deixando de fornecer diretrizes – Normas GRI.

Atualmente, as Normas GRI estão organizadas em três series: as Normas Universais, as Normas Setoriais e as Normas Específicas.

As Normas Universais são compostas por três normas – GRI 1, GRI 2 e GRI 3 – e são de uso obrigatório para todas as organizações que pretendam relatar em conformidade com as Normas GRI. A Norma GRI 1 (Fundamentos 2021) expõe e explica os requisitos e os princípios que as organizações devem seguir para relatarem em conformidade com as Normas GRI, introduz o objetivo das Normas GRI e o objetivo destas e apresenta os conceitos centrais para o relato de sustentabilidade. A Norma GRI 2 (Conteúdos Gerais 2021) expõe os requisitos e as orientações que as organizações devem seguir para fornecerem informações que esclareçam o seu perfil e contexto organizacional para contextualizar o entendimento dos seus impactes. Esses requisitos são, por exemplo, as atividades praticadas, a governação e estratégias adotadas, as políticas e práticas da organização, bem como o comportamento das partes interessadas. A Norma GRI 3 (Temas Materiais 2021) introduz o passo a passo das orientações que as organizações devem seguir para definir os seus temas materiais, fornece conteúdo usado pelas organizações para o relato do processo de definição dos temas materiais e para a gestão desses mesmos temas (GRI, 2024).

As Normas Setoriais são usadas pelas organizações de acordo com o seu setor de atividade. Estas normas informam as organizações sobre os seus prováveis temas materiais de acordo com o setor onde estão inseridas, apresentam, de forma geral, as características do setor e as suas atividades, de modo a contextualizar os seus eventuais impactes. As Normas Setoriais estão divididas, atualmente, em oito normas (GRI 11 a GRI 18), cada uma dedicada a seu setor, como por exemplo, o setor de petróleo e gás (GRI 11), setor do carvão (GRI 12), setor da agricultura, aquacultura e pesca (GRI 13), ou o setor mineiro (GRI 14). Se a atividade de uma organização se aplicar a alguma das Normas Setoriais disponíveis, esta é obrigada a seguir as indicações da norma em causa para relatar em conformidade com as Normas GRI (GRI, 2024).

As Normas Temáticas fornecem à organização o conteúdo necessário para que estas relatem os impactes associados a cada tema específico definido previamente com recurso à Norma Universal GRI 3. Estas normas alcançam um elevado número de temas materiais (GRI, 2024).

A Figura 2 apresenta a distribuição dos diversos capítulos que compõe as Normas GRI pelas três divisões das normas – universais, setoriais e específicas.

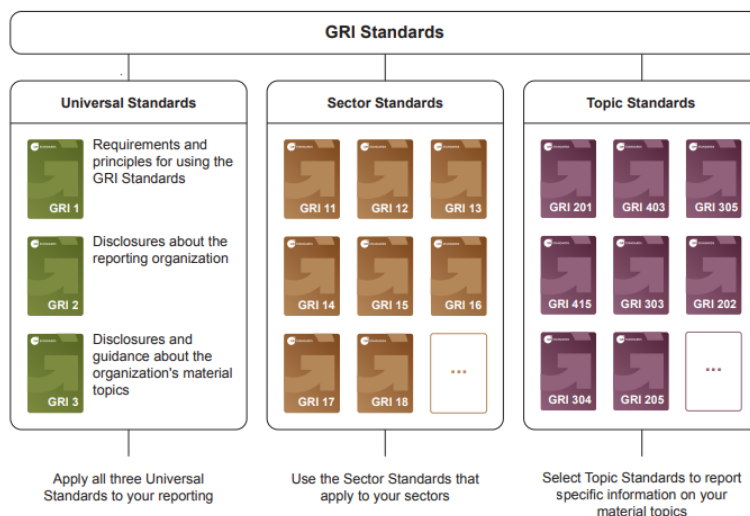


Figura 2 - Normas GRI: Universais, Setoriais e Específicas (GRI, 2024).

THE

A THE é uma revista britânica cujas publicações se focam no universo do ensino superior. A sua missão é serem fonte de dados e conhecimentos sobre o ensino superior em todo o mundo (Rodrigues S., 2023). Desde 2004, a THE tem vindo a criar diversos *rankings* nos quais publica dados sobre várias instituições de ensino superior mundiais caracterizando o seu estado nas três principais áreas de atividade do ensino superior: pesquisa, impacto e ensino (Rodrigues, 2023; THE, 2023).

Criado em 2019, o THE *Impact Ranking* avalia a prestação das instituições de ensino superior no cumprimento dos 17 ODS das Nações Unidas. O THE *Impact Ranking* considerou quatro principais áreas de atuação, para o desenvolvimento dos ODS, para a análise das instituições de ensino: a **investigação** dos temas científicos e sociais relacionados com os ODS, o alcance que a instituição de ensino pode ter na sua comunidade para a **divulgação** destes temas, a **administração** e a **gestão** dos recursos físicos e humanos da instituição e a **educação** e formação de profissionais qualificados em toda a comunidade académica. Para permitir uma comparação equilibrada, perceptível e abrangente entre estas quatro principais áreas de atuação, o THE *Impact Ranking* recorre a indicadores cuidadosamente calibrados para a interpretação dos dados fornecidos (THE, 2023).

Os indicadores THE avaliam o desempenho das instituições de ensino no cumprimento dos 17 ODS. O desempenho das instituições de ensino em cada um dos ODS é calculado com recurso a métricas específicas de cada ODS. As instituições de ensino que submeterem dados relativamente ao ODS 17 e a, pelo menos, mais três ODS são incluídos no THE *Impact Ranking*. No cálculo da pontuação

geral, o ODS 17 tem um peso de 22% e cada um dos restantes tem um peso de 26%, pelo que as instituições são pontuadas tendo por base diferentes conjuntos de ODS. O *THE Impact Ranking* disponibiliza 18 rankings distintos – um por cada ODS e um ranking global (THE, 2023).

2.2. Desenvolvimento Sustentável nas Instituições de Ensino Superior

As Instituições de Ensino Superior (IES) devem estar na vanguarda das alterações de mentalidade e atitudes no que respeita o alcance do DS. Estas devem liderar este processo uma vez que são responsáveis pela formação de pessoas e líderes futuros da sociedade. É nestas instituições que se cria e dissemina parte do conhecimento e dos valores que regem a sociedade, pelo que têm a responsabilidade de se tornarem modelos exemplares da aplicação do DS nas suas atividades. De acordo com a bibliografia, esta mudança – promoção do DS e implementação dos ODS – pode ser implementada de diversas formas e nas diferentes atividades.

A primeira ação prende-se com a incorporação dos conhecimentos sobre o DS nos currículos académicos e a orientação destes para esta temática. Através da passagem dos conhecimentos gerais sobre o DS e da adaptação destes a cada área específica de formação será possível formar profissionais conscientes da realidade ambiental, social e económica que impera na sociedade. Será também possível munir-lhes de ferramentas que lhes permitam melhorar e proteger, na sua área de impacto, os aspetos associados a estas três dimensões e consciencializá-los da importância de toda a sociedade, em todas as áreas, estar em sintonia com o objetivo de alcançar o desenvolvimento sustentável. Formar os futuros líderes da sociedade com o melhor e mais veredicto conhecimento sobre sustentabilidade, conceder-lhes competências para compreender e enfrentar os desafios, consciencializá-los dos perigos e sensibilizá-los para o alcance do DS é garantir um futuro mais justo para a sociedade e para o meio ambiente (Angelaki, Bersimis, Karvounidis, & Douligeris, 2023).

As IES podem direcionar fundos e verbas para a investigação desta área, procurando por soluções cada vez mais eficazes e eficientes que promovam o alcance do DS e o cumprimento dos ODS. Reconhecer o valor e a importância dos ODS é, também, manter a procura incessante por novas tecnologias, novas ideias, novos produtos, novos processos, novas matérias-primas, em suma, novas soluções que permitam atingir cada um dos diferentes ODS, do ser humano aos ecossistemas marinhos e terrestres (Angelaki, Bersimis, Karvounidis, & Douligeris, 2023).

Na sua própria gestão, as IES são também capazes de se tornarem mais sustentáveis e alinhadas com os ODS. Projetarem e desenvolverem alterações no campus que o tornem energeticamente mais

eficiente, com mais espaços verdes, com mais opções de depósitos para recolha seletiva de resíduos, com mensagens de consciencialização para escolhas mais sustentáveis, entre outras inúmeras opções, tornam o espaço físico da instituição um local mais respeitante do ambiente, da sociedade e com mais oportunidade de eficiência económica. Esta alteração de paradigma na forma como a comunidade académica interage com o espaço físico, quer seja pelo contacto mais frequente com a natureza, pela consciencialização para a diminuição e separação de resíduos, ou pelo conforto térmico, terá um impacto e uma influência no dia-a-dia da própria comunidade e poderá promover mudanças na vida quotidiana desta no exterior do campus (Angelaki, Bersimis, Karvounidis, & Douligeris, 2023). As IES devem ser capazes de desenvolver, na sua comunidade, um espírito ativo e um pensamento crítico em matéria de DS e no alcance dos ODS.

2.2.1. Instituições de Ensino Superior Sustentáveis

O conceito de Instituições de Ensino Superior Sustentáveis varia de autor para autor e abrange todo o universo das IES, desde as instalações, aos currículos académicos e à gestão da instituição. Segundo Clugston & Calder (1999), uma IES sustentável é aquela que expõe os alunos às atuais injustiças sociais e ambientais, que os consciencializa sobre a degradação do meio ambiente e os encoraja a procurarem soluções e práticas sustentáveis para a resolução dos problemas que enfrentam. Os autores descrevem ainda diversos passos importantes para que as IES se mantenham no caminho da sustentabilidade. Estas devem desenvolver um compromisso explícito para com a sustentabilidade e incluí-lo nas suas declarações de missão e objetivos gerais da instituição e devem incluir o conceito de sustentabilidade no ensino nos currículos académicos e nas atividades de investigação. Os estudantes devem ser incentivados e estimulados a desenvolverem uma reflexão e um pensamento crítico e construtivo em relação aos problemas ambientais. As IES devem ainda desenvolver e pôr em prática medidas e políticas sustentáveis que visem diminuir a pegada ecológica da instituição, disponibilizar apoios institucionais e medidas no *campus* que permitam aos estudantes desenvolverem uma vida com escolhas mais sustentáveis e promover parcerias locais e globais com o objetivo de melhorar a sustentabilidade de todas as partes (Clugston & Calder, 1999).

De acordo com Bakker (1998), as atas da Conferência *Campus Earth Summit* descrevem uma IES como sustentável se esta: (i) tiver como principal prioridade a sustentabilidade ambiental; (ii) incluir nos seus currículos académicos conhecimento sobre sustentabilidade; (iii) promover oportunidades para os estudantes analisarem as problemáticas ambientais no *campus* e na comunidade local; (iv) realizar auditorias ambientais ao *campus*; (v) priorizar a prática de compras sustentáveis; (vi) promover a redução da produção de resíduos e a maximização da eficiência energética no *campus*; e (vii) disponibilizar apoios aos estudantes que optem por carreiras ambientalmente responsáveis (Bakker, 1998).

O papel das IES no Desenvolvimento Sustentável

A fim de envolver a educação e as IES no caminho para o alcance do DS, surgiram várias declarações e eventos que comprometem as instituições que os assinam a tornarem a sua realidade mais sustentável. A primeira referência ao papel da educação no DS foi na Declaração de Estocolmo sobre o Ambiente Humano, em 1972. O 19º princípio da declaração estipula que a educação ambiental, desde o ensino primário ao ensino superior, é essencial para a responsabilização da comunidade em relação à proteção do ambiente (Madeira, 2008).

Em 1977, a Declaração de Tbilisi, resultante da 1ª Conferência Intergovernamental sobre a Educação Ambiental, veio reforçar o já estabelecido na Declaração de Estocolmo, ou seja, o crucial papel da educação da proteção do meio ambiente. Na Declaração de Tbilisi foram estabelecidos princípios de educação ambiental, diretrizes para a criação de estratégias internacionais, sendo que algumas destas eram específicas para o ensino universitário (Madeira, 2008).

Cientes na importância de uma ação coletiva e da relevância que as IES poderiam ter na criação de um futuro mais sustentável, 22 líderes universitários reuniram-se, em 1990, em Talloires (França) numa Conferência Internacional da qual resultou a Declaração de Talloires. Na conferência foram expostos os principais problemas ambientais, tais como a poluição, a degradação ambiental e o esgotamento dos recursos naturais. Foi determinado que eram necessárias ações com carácter de urgência que resolvessem estes problemas e revertissem as tendências atuais. Para isso, as IES teriam um papel fundamental na educação, na consciencialização, na investigação, no desenvolvimento de tecnologias e ferramentas e na formulação de medidas e políticas que visassem cumprir estes objetivos (Madeira, 2008; Rodrigues S. A., 2023). A Declaração de Talloires foi assinada por mais de 500 líderes de IES, representando mais de 50 países. O documento inclui 10 principais ações que tem como objetivos incorporar a sustentabilidade em vários domínios do ensino superior (Rodrigues S., 2023):

1. Conscientizar sobre o desenvolvimento ambientalmente sustentável;
2. Criar uma cultura institucional de sustentabilidade;
3. Educar para uma cidadania ambientalmente responsável;
4. Promover a literacia ambiental para todos;
5. Praticar a ecologia institucional;
6. Envolver todas as partes interessadas;
7. Colaborar em iniciativas multidisciplinares;
8. Aumentar a capacidade de aprendizagem multidisciplinar em todas as escolas;
9. Expandir os serviços e divulgar os resultados nacional e internacionalmente;
10. Manter o movimento sempre presente nas universidades de todo o planeta.

Dois anos mais tarde, em 1992, aconteceu, na Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento do Rio de Janeiro, a Conferência de Reitores Europeus. Nesta, os reitores presentes concluem sobre a importância das IES na promoção do DS e no aperfeiçoamento das competências individuais para a resolução de problemáticas relacionadas com o meio ambiente e apelam à integração do DS nas IES, através da definição de uma estratégia global que fomentasse a construção de um futuro mais sustentável igual para todas as instituições. Esta estratégia teria como principais focos o desenvolvimento de currículos académicos que incluíssem, ao máximo, em todas as suas disciplinas possíveis, a vertente do DS, promoção na investigação científica na área e a formação de uma rede das diversas partes interessadas que promovessem a consciencialização ambiental e sustentável (Madeira, 2008; Rodrigues S. A., 2023).

Em 1994, o Conselho de Reitores Europeus (atualmente designado por Associação de Universidades Europeias), apresentou a todos os seus membros a Carta de *Copernicus*. Esta carta fora desenvolvida em 1993, pelo Programa COPERNICUS (*COoperation Programme in Europe for Research on Nature and Industry through Coordinated University Studies*), fundado em 1988 aquando da 1ª Conferência de Reitores Europeus e tinha como objetivo dar resposta à Cimeira da Terra do Rio de Janeiro. A carta sublinhava, mais uma vez, a necessidade das IES serem soberanas na criação de uma sociedade mais sustentável. Estas devem proporcionar conhecimento e literacia ambiental tanto aos estudantes, como a todos os colaboradores da instituição, e a criar redes de trabalho entre as várias IES (Madeira, 2008).

Nos anos seguintes, continuaram a realizar-se diversos eventos que abordaram o tema do DS nas IES e o papel destas na criação de uma sociedade mais sustentável.

Ainda em 1994 ocorreu a Cimeira *Campus Earth*; em 1997, na Grécia, foi assinada a Declaração de Thessaloniki como resultado da conferência organizada pela ONU para a Educação, a Ciência e a Cultura, em inglês *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO), intitulada “*Conference on Environment and Society: Education and Public Awareness for Sustainability*” que tinha como objetivo analisar o progresso efetuado desde a Cimeira da Terra em 1992; em 1998, na UNESCO em Paris, ocorreu a Conferência Mundial sobre o Ensino Superior para o Século XXI: Visão e Ação, da qual resultou a Declaração sobre o Ensino Superior para o século XXI: Visão e Ação que destaca a missão das IES que contribuem para o DS.

Em 2001, o Programa COPERNICUS em parceria com a Universidade de Lüneburg organizaram a “*Higher Education for Sustainability: Towards the World Summit on Sustainable Development 2002*”, da qual resultou a Declaração de Lüneburg que estabeleceu objetivos para a integração do DS nas IES e apelou a diversas entidades para que as mesmas contribuíssem para este objetivo.

No ano seguinte, em 2002, ocorre em Joanesburgo a Cimeira Mundial para o DS. Desta resultou a Declaração de Ubuntu, que apela à criação de uma aliança global para promoção do DS e a integração deste nos currículos académicos em todos os níveis de ensino, e resultou também a criação da Década da Educação para o DS (com início em 2005 e término em 2014) que tinha como objetivo promover e integrar o DS na Educação, em todos os níveis de ensino, em todas as dimensões da educação, em estudantes, professores e funcionários e em todos os países. Esta década serviria para pôr em prática todas as discussões, medidas e objetivos propostos até à data no que respeita ao DS na Educação (Madeira, 2008).

Em dezembro de 2005, é formada o *Higher Education Associations Sustainability Consortium*, constituído por várias associações de Ensino Superior que tinha como missão a promoção da sustentabilidade no Ensino Superior e em todos as suas partes interessadas (Madeira, 2008).

Na conferência Rio+20, no Rio de Janeiro em 2012, foi apresentado o compromisso da *Higher Education Sustainable Initiative*, estabelecido entre várias entidades das Nações Unidas e a comunidade académica do ensino superior. Este compromisso previa a incorporação do DS no ensino, a promoção de investigação sobre DS, a gestão mais sustentável dos *campus* e a o envolvimento de toda a comunidade envolvente nestas ações (Rodrigues S. A., 2023; Nações Unidas, s.d.).

A Conferência Mundial da UNESCO sobre Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS), realizada em Aichi-Nagoya, Japão, em 2014, representa o fim da Década da Educação para o DS e desta conferência resultou a Declaração de Aichi-Nagoya que reconhece o papel da EDS na transformação e capacitação da sociedade. Foi ainda apresentado o Plano de Ação sobre EDS que apelava à ação de amplificar e fortalecer o papel da EDS na sociedade, nomeadamente o papel das IES que possui extrema relevância (Rodrigues S., 2023).

A Agenda 2030 e os 17 ODS vêm reiterar o papel da educação para o alcance do DS através do ODS 4 – Educação de Qualidade. Através deste destaque foi possível refletir sobre o papel da educação no desenvolvimento sustentável, que se conclui ser bidirecional. Se, por um lado, o acesso a uma educação de qualidade proporcionará condições para que se fomente a EDS, a EDS capacitará a sociedade de ferramentas que contribuirão para que esta permita o acesso a uma educação de qualidade a nível global, uma vez que a EDS deve ter como missão capacitar os alunos a tomarem decisões conscientes, informadas e em prol da proteção e integridade do meio ambiente e social e da viabilidade económica. Esta relação reforça também a necessidade de integrar os ODS no sistema educacional, apresentando-os como um objetivo de aprendizagem (Rodrigues S., 2023).

Para se obter um enquadramento mais claro da posição sobre o DS das principais escolas de negócio da Europa, foi desenvolvida uma pesquisa, apenas através da informação pública

disponibilizada pelas escolas, sobre a sustentabilidade destas escolas. A INSEAD, em Paris, demonstrou ter um grande compromisso com a sustentabilidade, relatando nas dimensões ambiental, social e económica através de indicadores GRI, desenvolvendo um relatório de sustentabilidade e adotando medidas que vão ao encontro dos ODS. A IESES Business School (Barcelona) tem um plano de ação para o crescimento da sustentabilidade na escola, mas relata apenas impactes social, não disponibilizando informações públicas sobre métricas de sustentabilidade. A London Business School (Londres) não divulga qualquer informação sobre a sustentabilidade na escola. Esta análise permitiu concluir que o relato da informação de sustentabilidade é ainda uma prática não acolhida por muitas instituições.

Rankings

As alterações ambientais que o planeta enfrenta atualmente e as sucessivas crises sociais mundiais vão implicar da nossa sociedade uma clara mudança de paradigma. A precaução e a resolução dos problemas deixarão de ser a prioridade. A sociedade terá de alterar toda a sua visão sob estas dimensões de modo a torná-las em questões prioritárias da sociedade e incorporá-las nas políticas e tomadas de decisão ao mais alto nível. Esta mudança de paradigma implicará a resolver os problemas já existentes e criar uma sociedade que tenha como objetivo construir um futuro compatível com o equilíbrio ambiental e social. Como qualquer mudança de paradigma, também esta traz consigo o desconhecido sobre as medidas a adotar, as referências a considerar e os problemas a evitar. Assim, aquando da preparação para o Fórum Político de Alto Nível de 2021 das Nações Unidas, a *Higher Education Sustainable Initiative* tomou a iniciativa de criar uma equipa de trabalho multifacetada, com partes interessadas de diversas áreas e especialistas na área da sustentabilidade que tinham como missão a criação de orientações e conselhos de boas práticas. Duas das organizações que se comprometeram com estas diretrizes e a sua incorporação nas suas atividades foram o *Times Higher Education* e a *Quacquarelli Symonds*, tendo ambas desenvolvidos os seus próprios rankings de avaliação do desempenho de sustentabilidade das IES com base nas orientações referidas.

O *THE Impact Ranking* caracteriza-se por ser o único que avalia as IES em relação aos ODS, isto é, avalia o desempenho de cada IES no cumprimento de cada ODS (THE, 2023).

Os resultados do *THE Impact Ranking* identificam, anualmente, as IES que se destacam nos vários ODS, demonstrando os seus desempenhos de excelência em áreas individuais e no contributo global para o alcance do DS nas suas variadas dimensões, quer seja a sustentabilidade ambiental, a inclusão social e o crescimento económico. Estas IES demonstram a importância que uma abordagem holística representa no combate às problemáticas globais e o papel de destaque que a academia pode ter no impulso para uma mudança de paradigma onde se destaquem mudanças sustentáveis (THE, 2023).

A analista *Quacquarelli Symonds*, cuja área de atuação é o setor do ensino superior, desenvolveu o *Quacquarelli Symonds World University Rankings: Sustainability* que apresentou, em 2024, a sua 2ª edição. A criação de desenvolvimento deste ranking teve como objetivo classificar e comparar as IES de acordo com o seu desempenho e compromisso para com um mundo mais sustentável. O ranking analisa dados de três categorias com diferentes ponderações: impacto ambiental (45%), impacto social (45%) e governação (10%). A cada categoria estão associados uma série de indicadores de desempenho, compostos eles próprios por um conjunto de métricas individuais.

Um dos destaques associados ao *Quacquarelli Symonds World University Rankings: Sustainability* é a sua procura por provas externas que comprovem os compromissos que as IES divulgam, tais como o impacto que os estudantes antigos têm na investigação por soluções para as questões climáticas ou o seu desempenho para a inclusão social. O ranking avalia o impacto ambiental e social de cada IES, acreditando que estas têm um papel fulcral na investigação, na educação ambiental e social e na criação de uma sociedade sustentável, e avalia os desafios enfrentados por estas para alcançarem uma governação e gestão operacional sustentável (QS, 2024).

A complexidade destes rankings é demonstrativa da relevância das IES no alcance do DS.

3. Metodologia

O tipo de pesquisa utilizada para a realização e concretização dos objetivos deste trabalho é descritiva. No decorrer da realização do trabalho recolheram-se dados, quantitativos e qualitativos, que após uma análise crítica, permitiram determinar conclusões e definir planos de atuação futura que permitam alavancar os resultados já alcançados.

O estudo realizado propõe um conjunto de indicadores que, de forma clara e comparável, permitam avaliar e reportar o nível de implementação da estratégia de sustentabilidade na PBS. As conclusões obtidas permitirão detetar os desafios atuais e futuros que a escola enfrenta ou poderá vir a enfrentar na implementação da sustentabilidade e permitirá conhecer as oportunidades disponíveis para a escola, neste mesmo sentido.

O principal objetivo do trabalho consiste em determinar (i) o estado atual da sustentabilidade na PBS, (ii) novos objetivos a alcançar num período a definir e (iii) conhecer os desafios e as oportunidades disponíveis para impulsionar o desenvolvimento da sustentabilidade na escola. Para isso, e de forma a estruturar os trabalhos desenvolvidos, foram desenvolvidas algumas questões de investigação:

- Quais as dimensões a analisar (ambiente, economia e social)?
- Quais os indicadores, de cada conjunto/dimensão, a selecionar para análise, tendo em conta a realidade da escola?
- Quais são, ou foram, os maiores desafios que a PBS enfrentou na recolha dos dados sobre sustentabilidade?
- Quais foram os principais desafios sentidos, no âmbito desta dissertação, na análise dos dados fornecidos e na obtenção das conclusões?
- Quais os principais objetivos a que a PBS se deverá propor para alcançar o desenvolvimento sustentável na instituição?

O primeiro passo para o desenvolvimento da dissertação foi a revisão literária. Com este processo pretendeu-se conhecer a evolução do DS ao longo das últimas décadas e o panorama atual, a nível nacional, europeu e internacional. Através da revisão da literatura foi também possível esclarecer diversos conceitos abordados ao longo do trabalho e perceber a relevância das IES para o alcance do DS. Esta etapa foi desenvolvida com recurso à consulta de documentos que relatavam trabalhos de pesquisa, de documentos oficiais de diversas entidades oficiais internacionais e livros informativos relacionados com o DS.

Metodologia

O segundo passo foi a caracterização da escola, desde a sua estrutura, às principais atividades e funções, a nível interno e externo.

Depois de conhecida a estrutura e as atividades da PBS, foi necessário selecionar os indicadores que mais se adequam à realidade da escola, isto é, o conjunto de indicadores capazes de avaliar de forma eficiente e eficaz o estado da área de sustentabilidade da escola nos pilares, social, ambiental e económico. Iniciámos este processo pela escolha dos conjuntos de indicadores mais adequados, ao cumprimento do objetivo proposto. Os conjuntos selecionados foram o THE - uma vez que foi desenvolvido especificamente para analisar instituições de ensino superior – e o GRI - por se tratar do conjunto mais utilizado a nível internacional e por se adaptar à realidade de qualquer instituição/empresa. De entre estes dois conjuntos, foram selecionados diversos indicadores, os mais relevantes para a realidade concreta da PBS e o contexto em que a mesma desenvolve a sua atividade, sendo a lista final apresentada nos Anexos A (indicadores GRI) e B (indicadores THE).

Os indicadores selecionados foram importados para a ferramenta de recolha e armazenamento de dados *Aplanet*. A *Aplanet* é uma plataforma e ferramenta que permite a gestão de dados de sustentabilidade, organizando-os e reportando-os. Na ferramenta, os indicadores foram organizados por conjuntos, capítulos e subcapítulos. Após a inserção da lista de indicadores, estes foram distribuídos pelos vários departamentos de acordo com a informação necessária. Na plataforma foi associado um representante de cada um dos departamentos existentes na escola, encarregado de preencher os dados para os indicadores alocados ao seu departamento. Os dados recolhidos foram organizados na plataforma e analisados, quer individualmente, quer quanto ao seu impacto na prestação global da escola em matéria de sustentabilidade.

O único indicador que não foi respondido diretamente na plataforma pela PBS foi o indicador GRI 3-2 que diz respeito à lista de temas materiais relevantes para a escola. Esta lista foi obtida através do cruzamento, para cada um dos temas, entre a média da avaliação realizada pela direção e a média da avaliação dada pelos colaboradores da escola. Através deste cruzamento de dados foi possível detetar quais os temas que são relevantes para ambos os grupos mencionados – direção e colaboradores.

Após a análise de cada um dos indicadores foram apresentadas as conclusões individuais e, nos casos aplicáveis, propostas novas metas a alcançar ou novas medidas a implementar. Por fim, foi desenvolvida uma conclusão geral para cada dimensão e foram apresentadas sugestões de melhoria gerais, desenvolvidas num plano de ação futuro para a PBS.

4. Resultados e Discussão

O presente capítulo apresenta os resultados obtidos através da recolha de informação dentro das instalações da PBS e a discussão dos mesmos. Os dados foram recolhidos pelos vários responsáveis dos departamentos. Não foi possível obter resposta a todos os indicadores solicitados. Os resultados são apresentados na forma da tabela e estão separados de acordo com o conjunto a que correspondem. A organização dos dados foi guiada pela plataforma de recolha de informação utilizada – Aplanet.

Os dados obtidos foram recolhidos pelos vários responsáveis dos departamentos. Os resultados são apresentados na forma da tabela e estão separados de acordo com o conjunto a que correspondem. A organização dos dados foi guiada pela plataforma de recolha de informação utilizada – Aplanet.

A PBS é uma escola de negócios de reduzida dimensão quando comparada com as tradicionais instituições de ensino superior, nomeadamente com as faculdades associadas à mesma universidade a que a PBS está associada – Universidade do Porto.

Assim, para a análise dos resultados obtidos é necessário ter em atenção o contexto em que a escola está inserida nas diversas dimensões. A PBS é uma instituição que confere diplomas de pós-graduação e outros diplomas e certificados de especialização a estudantes que já tenham no currículo os graus de licenciatura e/ou mestrado. Logo, os estudantes que ingressem na PBS já são munidos de um grau académico de ensino superior.

Para além disto, sendo uma escola de negócios, o seu foco de atividade está concentrado nas áreas relacionadas com a gestão e com os negócios, pelo que, naturalmente, não está preparada e munida das ferramentas essenciais para proceder a processos de investigação do foro científico e tecnológico e está mais condicionada, pela sua dimensão, no que toca à criação ou implementação de diversas medidas que impliquem um maior esforço financeiro ou logístico.

Posto isto, os resultados foram analisados tendo em consideração o contexto da escola em cada uma das situações.

4.1. *Global Reporting Initiative*

4.1.1. GRI 2

A Tabela 1 apresenta as respostas obtidas aos indicadores GRI 2 que serviram como resultados a analisar para a determinação do estado de sustentabilidade da PBS como uma organização. Na tabela constam apenas os resultados que foram possíveis de obter.

Tabela 1 - Respostas aos indicadores GRI 2

GRI	
GRI 2-1: Detalhes da organização.	
A. Nome jurídico.	Associação Porto Business School
B. Estrutura societária e forma jurídica.	Associação de direito privado sem fins lucrativos
C. Localização da sede.	Av. Fabril do Norte 425, 4460-314 Sra. da Hora
D. Países em que opera.	Portugal
GRI 2-3: Período de relato, frequência e ponto de contacto.	
A. Especificar o período de relato e a frequência do seu relato de sustentabilidade.	Anual
B. Especificar o período do relato financeiro e, se não estiver alinhado com o relato de sustentabilidade, explicar o motivo.	Anual
C. Relatar a data de publicação do relatório ou das informações relatadas.	Março, 2024
D. Especificar o contacto para perguntas sobre o relatório ou informações relatadas.	Contactar a Porto Business School
GRI 2-5: Verificação externa.	
a. Descrição da política e práticas na procura de garantias externas, incluindo se e como o mais alto órgão de governança e os executivos seniores estão envolvidos.	Em 2023, a PBS não só renovou a sua acreditação AMBA por um período de 5 anos, como se tornou a primeira escola portuguesa a obter o selo <i>Brave Generation Academy</i> (BGA). Para o efeito, a Escola desenvolveu um exercício de gestão responsável e de impacto que foi avaliado na visita da <i>Association of MBAs</i> (AMBA) no final de 2023. A decisão de prosseguir o selo BGA foi tomada em total alinhamento com a estratégia de sustentabilidade e impacto da escola, que reconhece a importância cada vez maior de gerir e monitorizar o impacto também através de creditações internacionais.

Resultados e Discussão

b.1. Se o relatório de sustentabilidade da escola foi garantido externamente, fornecer o <i>link</i> ou referência ao(s) relatório(s) de garantia externa ou declaração(ões) de garantia.	https://www.unprme.org/porto-business-school/
b.2. Se o relatório de sustentabilidade da escola foi assegurado externamente, descreva a relação entre a organização e a entidade asseguradora.	O relatório de sustentabilidade da PBS foi realizado a nível interno e enviado ao PRME.
GRI 2-11: Presidente do mais alto órgão de governança.	
A. Relatar se o presidente do mais alto órgão de governança é também um alto executivo da organização.	Sim
B. Se o presidente for também um alto executivo, descrever sua função na gestão da organização, os motivos para esse acúmulo de funções e como conflitos de interesse são prevenidos e mitigados.	(Não foi possível obter resposta a este indicador por falta de informação proveniente da PBS)
GRI 2-13: Delegação de responsabilidade pela gestão de impostos.	
a. Descrever como o mais alto órgão de governança delega responsabilidade pela gestão dos impactos da organização da economia, no meio ambiente e nas pessoas.	A responsabilidade pela gestão de impactos foi atribuída à área <i>Legal & Institutional Affairs</i> .
b. Descrever o processo e a frequência com que altos executivos e outros empregados devem relatar ao mais alto órgão de governança sobre a gestão dos impactos da organização na economia, no meio ambiente e nas pessoas.	(Não foi possível obter resposta a este indicador por falta de informação fornecida pela PBS)
GRI 2-14: Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança no relato de sustentabilidade.	
a. Relatar se o mais alto órgão de governança é responsável por analisar e aprovar as informações relatadas, incluindo os temas materiais da organização e, se for descrever o	(Não foi possível obter informações sobre o processo de análise e aprovação das informações)

processo de análise e aprovação das informações.	
b. Se o mais alto órgão de governança não for responsável por analisar e aprovar as informações relatadas, incluindo os temas materiais da organização, explicar os motivos para isso.	-
GRI 2-23: Compromissos de política.	
a.i. Descrever os seus compromissos de política para uma conduta empresarial responsável, incluindo os instrumentos intergovernamentais reconhecidos internacionalmente a que os compromissos se referem.	Não existem compromissos de política para uma conduta empresarial responsável.
a.ii. Se os compromissos preveem a realização de devida diligência.	Não aplicável.
a.iii. Se os compromissos preveem a aplicação do princípio da precaução.	Não aplicável.
a.iv. Se os compromissos preveem o respeito para com os direitos humanos.	Não aplicável.
b.i. Descrever o seu compromisso de política específico para com o respeito aos direitos humanos, incluindo os direitos humanos internacionalmente reconhecidos que o compromisso aborda.	Não existem compromissos de política específicos para com os direitos humanos.
b.ii. Descrever o seu compromisso de política específico com os direitos humanos, incluindo as categorias de partes interessadas, como grupos em situação de risco ou vulneráveis, que recebem atenção especial da organização.	Não existem compromissos de política específicos para com os direitos humanos.
c. Fornecer <i>links</i> para os compromissos de política se disponíveis ao público, ou se os compromissos de política não estiverem disponíveis ao público, explicar o motivo para isso.	Não aplicável.
d. Relatar o nível em que cada um dos compromissos de política foi aprovado pela	Não aplicável.

Resultados e Discussão

organização, incluindo se este é o nível mais alto.	
e. Relatar até que ponto os compromissos de política se aplicam às atividades da organização e às suas relações de negócios.	Não aplicável.
f. Descrever como os compromissos de política são comunicados aos trabalhadores, parceiros de negócios e outras partes relevantes.	Não aplicável.
GRI 2-24: Incorporação de compromissos de política.	
i. Como delega responsabilidades para a implementação dos compromissos nos diferentes níveis dentro da organização.	Não aplicável.
ii. Como integra os compromissos nas estratégias organizacionais, nas políticas e procedimentos operacionais.	Não aplicável.
iii. Como implementa os seus compromissos com e por meio das suas relações de negócios.	Não aplicável.
iv. Formação que a organização fornece para a implementação dos compromissos.	Não aplicável.
GRI 2-29: Abordagem para participação ativa e compromisso com as partes interessadas.	
i. As categorias das partes interessadas com as quais ela se compromete e como elas são identificadas.	<i>Students, staff, faculty, alumni, and the business community in the North Region.</i> As categorias de partes interessadas são identificadas através de pesquisas benchmarking.
ii. O propósito do contacto com os as partes interessadas.	O contacto com as partes interessadas na PBS tem como objetivo alinhar os interesses e expectativas de todos os envolvidos, como estudantes, professores, empresas parceiras e a comunidade, para garantir a relevância e qualidade dos programas da escola. Esse envolvimento fortalece parcerias, melhora a experiência dos alunos, apoia o desenvolvimento de carreiras e promove a inovação contínua, assegurando que a escola

	oferece uma educação que responda às necessidades do mercado e da sociedade.
iii. Como a organização procura garantir um compromisso significativo com as partes interessadas.	1. Uso das redes <i>Mighty</i> (plataforma online para criação e comunidades e redes sociais) para promover a colaboração entre todas as partes interessadas da comunidade do Centro de Empreendedorismo.
	2. Produção de um vídeo sobre o impacto das iniciativas de Responsabilidade Social Empresarial (RSE), com entrevistas às partes interessadas.
	3. Painéis e mesas redondas: reuniões regulares de empreendedorismo com as partes interessadas a nível regional.
GRI 2-30: Acordos de negociação coletiva.	
Número total de empregados.	89
Número de empregados cobertos por acordos de negociação coletiva.	0
Percentagem de empregados cobertos por acordos de negociação coletiva.	100
Para empregados não cobertos por acordos de negociação coletiva, relatar se a organização define as condições de trabalho e termos de emprego com base em acordos de negociação coletiva que cubram os outros empregados ou com base em acordos de negociação coletiva de outras organizações.	Não.

A Norma Universal GRI 2 é, como supracitado, de carácter obrigatório para as entidades que pretendam relatar em conformidade com o GRI. Uma vez que o âmbito deste trabalho não foi a criação de um relato não financeiro, mas sim um diagnóstico ao estado atual de sustentabilidade da PBS, não foi seguido à risca os critérios de obrigatoriedade do relato GRI. De modo a perceber qual o estado atual, a Direção da PBS definiu a lista de indicadores GRI que considerava importante analisar nesta fase de diagnóstico, pelo que não foram analisados os resultados que resultariam de uma resposta à

Resultados e Discussão

Norma Universal GRI 1 e nem todos os indicadores da norma GRI 2 foram selecionados. Alguns dos indicadores, mesmo selecionados, não obtiveram resposta aquando dos inquéritos realizados internamente na organização.

No presente subcapítulo pretende analisar as respostas obtidas aos indicadores da Norma Universal GRI 2. Os indicadores GRI 2-1 apresentam os detalhes da organização demonstrando que a PBS está registada como sendo uma associação com sede na freguesia da Senhora da Hora, no concelho de Matosinhos e o indicador GRI 2-3 divulga que a periodicidade do relato não financeiro da PBS é anual, sendo divulgado no final do primeiro trimestre do ano seguinte, alinhado com o relato financeiro da escola. Esta regularidade do relato não financeiro está alinhada com as expectativas do mercado e segue os padrões mais usuais do relato não financeiro, pelo que o resultado é satisfatório.

As respostas ao indicador GRI 2-5 divulgam que a escola apresenta atualmente a creditação *Association of MBAs (AMBA)* e associou-se no ano transato à *Brave Generation Academy (BGA)*. Estas creditações refletem o trabalho ambiental e social realizado pela escola, cada uma com os seus parâmetros de satisfação. O envio do relatório de sustentabilidade para o PRME, alinhado com os requisitos do mesmo, é também prova do esforço realizado até agora pela escola em apresentar medidas de satisfação ambiental, social e económicas.

Os indicadores GRI 2-11 e GRI 2-13 indicam que o presidente do mais alto órgão de governança da escola é também um alto executivo da organização e que cabe a este a delegação da responsabilidade pela gestão dos impactos da organização na economia, no meio ambiente e nas pessoas, sendo que essa responsabilidade se encontra atualmente a cargo da área de *Legal & Institutional Affairs*. Não foram evidenciados, o processo e a frequência com que estes impactos são relatados ao mais alto órgão de governança, pelo que não foi possível confirmar se aquelas são adequadas à realidade da escola e os eventuais impactos que possam surgir. O indicador GRI 2-14 informa que o mais alto órgão de governança analisa e aprova todas as informações relatadas em matéria de relato não financeiro, o que acrescenta credibilidade à informação divulgada.

Os indicadores GRI 2-23 e 2-24 expõem a inexistência de compromissos de política para uma conduta empresarial responsável e para com o respeito pelos direitos humanos. A criação de documentação oficial que promova o respeito por uma conduta empresarial responsável e o respeito pelos direitos humanos reflete um verdadeiro compromisso da entidade para com estas temáticas e credibiliza quaisquer esforços e objetivos realizados em prol destes assuntos. Assim, é importante que a PBS desenvolva esta documentação, demonstrando assim um real compromisso no combate às práticas inapropriadas na gestão financeira e de pessoas, bem como no combate em prol dos direitos humanos de todos os que colaboram com a PBS e de toda a comunidade envolvente. Através destes compromissos

Resultados e Discussão

é possível definir uma estratégia mais estruturada, com objetivos mais concretos e com real impacto nas atividades da escola.

O indicador GRI 2-29 aborda a relação da instituição com as diversas entidades consideradas partes interessadas. A PBS considera como parte interessadas os seus estudantes, os seus colaboradores, antigos estudantes e a comunidade de negócios da região norte do país. Tendo em conta as atividades da entidade em estudo, as categorias de partes interessadas identificadas vão ao encontro do que seria espectável. A relação entre a PBS e as diversas partes interessadas tem como principal objetivo alinhar os interesses e as expectativas de todos os envolvidos permitindo assim o fortalecimento das parcerias estabelecidas, a qualidade de ensino e a qualidade das condições laborais da entidade. O facto de a PBS estabelecer relações e uma comunicação forte e fluida entre as suas partes interessadas é de extrema relevância para a manutenção dos níveis de qualidade nos produtos que a escola oferece e dos níveis de qualidade enquanto entidade empregadora. É também importante que esta comunicação seja frequente, transparente e bilateral, de modo a garantir um constante bom nível de satisfação e possibilitar um aprimoramento dos fatores negativos em todas as partes envolvidas.

A PBS revelou que nenhum dos 89 colaboradores está abrangido por acordos de negociação coletiva. Este indicador não analisa diretamente qual o grau de proteção dos colaboradores em relação aos direitos laborais, mas a inexistência de acordos de negociação coletiva transfere para a PBS uma responsabilidade acrescida em garantir que os direitos dos seus colaboradores estão a ser respeitados e protegidos. O respeito pelos direitos laborais é fulcral para a sustentabilidade social numa organização.

4.1.2. GRI 3

A Tabela 2 apresenta as respostas obtidas aos indicadores GRI 3 que serviram como resultados a analisar para a determinação do estado de sustentabilidade da PBS como uma organização. Na tabela constam apenas os resultados que foram possíveis de obter.

Tabela 2 - Respostas aos indicadores GRI 3

GRI
GRI 3-2: Lista de temas materiais.
Igualdade e Diversidade.
Criação de Emprego.
Política de Anticorrupção.
Desenvolvimento da Carreira.
Consumo energia.
Produção de energia.
Consumo de água.
Produção de efluentes líquidos.

A Norma Universal GRI 3 é, à semelhança da anterior, de carácter obrigatório para as entidades que pretendem relatar em conformidade com o GRI e introduz o passo a passo das orientações que as organizações devem seguir para definir os seus temas materiais.

Os dados apresentados na Tabela 2 estão organizados por ordem decrescente de relevância atribuída aquando da análise de materialidade. A análise de materialidade de impacto foi realizada através de um inquérito à direção da escola e aos restantes colaboradores. Após uma análise do contexto da escola, foram definidos vários temas materiais que poderiam ser do interesse da PBS. A lista desses temas consta na Tabela C.1, do Anexo C. Foi criado um questionário na qual se pediu aos membros da direção e aos colaboradores que avaliassem esses temas de 0 a 5. Obtidos os resultados, foi calculada a média da avaliação dada a cada tema pela direção e a média da avaliação dada a cada tema pelos colaboradores. Estes valores foram colocados num gráfico e foram considerados temas materiais aqueles cuja interseção entre a avaliação da direção e a avaliação dos colaboradores resultava num ponto no quadrante superior direito do gráfico. Definiram-se assim quais os temas materiais mais relevantes para a PBS.

Os temas materiais definidos demonstram uma preocupação em várias frentes no âmbito da sustentabilidade. Existe uma clara preocupação no que diz respeito a fatores ambientais – consumo de eletricidade e de água, entre outros – e a fatores sociais – luta pela igualdade e diversidade, política de anticorrupção, criação de emprego, entre outros.

Esta lista de temas materiais resultantes do processo explicado anteriormente é composta por temas relevantes em matéria de sustentabilidade, tanto para a gestão da escola, como para aqueles que nela exercem as suas funções laborais e para aqueles que a frequentam como instituição de A mesma demonstra objetividade naquilo que são as prioridades aquando das tomadas de decisão da escola e está

em concordância com aquele que deverá ser o caminho a percorrer pela PBS em matéria de sustentabilidade.

4.1.3. GRI 201

A Tabela 3 apresenta as respostas obtidas aos indicadores GRI 201 que serviram como resultados a analisar para a determinação do estado de sustentabilidade da PBS como uma organização. Na tabela constam apenas os resultados que foram possíveis de obter.

Tabela 3 - Respostas aos indicadores GRI 201

GRI		
GRI 201-1: Valor económico direto gerado e distribuído.		
Valor económico direto gerado.	Euro (€)	11 032 103
Valor económico distribuído.		10 939 494
Valor económico retido.		92 606
GRI 201-2: Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades devido às mudanças climáticas.		
Danos nos ativos.	Físico.	Eventos climáticos extremos podem causar danos significativos às infraestruturas físicas da empresa. Elevados custos de reparação e substituição.
Impacto nos seguros.	Outro.	Aumento dos prémios de seguros devido aos riscos climáticos. Maior custo.
Aumento dos custos operacionais.	Outro.	Por exemplo, nas matérias-primas utilizadas. Maior custo.
GRI 201-3: Obrigações do plano de benefício definido e outros planos de aposentadoria.		
A organização não possui planos de benefício definido ou outros tipos de benefícios de aposentadoria.		
GRI 201-4: Assistência financeira recebida do governo [1/2].		
Portugal.	Subsídio.	Subsídio para a Biodiversidade.
Portugal.	Subsídio.	Subsídio para o Turismo.
GRI 201-4: Assistência financeira recebida do governo [2/2]: se, e até que ponto, algum governo está presente na estrutura acionista.		
O governo português não está presente na estrutura acionista da escola.		

Resultados e Discussão

As respostas à Norma Temática 201 relatam os impactos associados ao desempenho económico da PBS no ano em análise.

O indicador 201-1 revelou que a associação teve um valor económico retido de 92 606€ resultantes da diferença entre o valor económico direto gerado (11 032 103€) e o valor económico distribuído (10 939 494€). A revelação destes dados demonstra que a empresa tem controlo sob a própria situação financeira, bem como apresenta capital retido que poderá ser alocado a futuros investimentos.

O indicador 201-2 expõe a análise que a PBS realizou relativamente às implicações financeiras, riscos e oportunidades associadas às alterações climáticas. Em resposta ao indicador, a escola considerou os seguintes riscos: danos aos ativos, impacto nos seguros e aumento dos custos operacionais. O risco “danos aos ativos” foi considerado um risco físico inerente aos danos físicos nas infraestruturas que possam ser causados por eventos climáticos extremos, bem como a reparação dos mesmos. O risco “impacto nos seguros”, que não teve uma designação específica, está associado ao possível aumento dos prémios dos seguros devido aos riscos climáticos. O risco “aumento dos custos operacionais”, que há semelhança do risco anterior, também não teve classificação, está relacionado com o aumento dos custos das matérias primas devido à escassez destas, provocada pelas alterações climáticas.

É possível uma organização como a PBS detetar mais riscos e oportunidades com implicações financeiras associadas às mudanças climáticas. Como oportunidade, podemos considerar o aumento de procura de planos de estudo que abordem a temática, munindo o estudante de ferramentas essenciais para, dentro do seu meio pessoal, social e laboral, promova a sustentabilidade no meio onde está inserido e o combate às alterações climáticas. A gestão ambiental é uma área que aborda a questão referida anteriormente e que se enquadra na área de estudo da PBS. Outros riscos associados são as condições de bem-estar dentro da escola, tais como qualidade do ar interior ou o fornecimento de água potável constante. Estes são riscos que implicam ações de prevenção que a escola pode implementar antes de se confrontar com os mesmos, minimizando assim os impactos associados. É também importante que, para todos os riscos e oportunidades, a escola estude a probabilidade, a magnitude e a direção destes impactos e que analise o prazo previsto para que estes causem reais impactos financeiros e os custos associados a estes impactos, estando assim preparada para os gerir da forma mais eficiente.

A PBS relatou que não possui planos de benefício definido ou quaisquer outros tipos de benefícios de aposentadoria (201-3).

Resultados e Discussão

As respostas ao indicador 201-4 revelam que o estado português não está presente na estrutura acionista da escola, contudo a mesma tem tido acesso a financiamento europeu de natureza competitiva para financiar diversos projetos, nomeadamente um muito relevante na área da biodiversidade – BIOPOLIS, um consórcio com o CIBIO da Universidade do Porto.

Seria interessante a escola ter apoio financeiro estatal que estivesse direcionado a estudantes com maiores dificuldades financeiras ou com dificuldades na inserção social para que estes pudessem ter maior facilidade no acesso aos serviços oferecidos pela escola. A PBS pode também trabalhar no sentido de criar parcerias com fundações que apoiem a área do ensino, disponibilizando este tipo de financiamento para os estudantes em situações de maior precaridade.

4.1.4. GRI 203

A Tabela 4 apresenta as respostas obtidas aos indicadores GRI 203 que serviram como resultados a analisar para a determinação do estado de sustentabilidade da PBS como uma organização. Na tabela constam apenas os resultados que foram possíveis de obter.

Tabela 4 - Respostas aos indicadores GRI 203

GRI		
GRI 203-1: Investimentos em infraestruturas e apoio a serviços.		
INVESTIMENTOS	IMPACTOS	DESCRIÇÃO DOS IMPACTOS
Instalação painéis solares.	Sim.	Produção de energia renovável e menos custos de eletricidade
Sensores de luzes com movimento.	Não.	-
Reutilização das águas pluviais.	Sim.	Reserva de água pluvial no lago artificial. Utilização da água do lago para o autoclismo das casas de banho. Poupança de recurso e menos custo com água proveniente da rede de abastecimento pública.
GRI 203-2: Impactos económicos indiretos significativos.		
Desafios logísticos.	Negativo.	Interrupções no fornecimento de materiais para as aulas e a dependência de fornecedores e prestadores de serviços que também são impactados pelas alterações climáticas pode criar desafios logísticos.

Resultados e Discussão

Financiamento e incentivos.	Positivo.	Disponibilidade de financiamento ou incentivos para instituições que implementam práticas sustentáveis pode representar oportunidades para reduzir custos.
Mudança na regulamentação.	Negativo.	Novas regulamentações ambientais podem exigir que a escola adapte as suas operações e infraestruturas, resultando em custos adicionais.
Investimento em infraestruturas.	Negativo.	Necessidade de investimentos em infraestruturas resilientes às alterações climáticas, como sistemas de aquecimento e refrigeração mais eficientes, ou proteção contra inundações.
Alteração na procura por programas focados na sustentabilidade.	Positivo.	-

A Norma GRI 203 procura relatar os impactos económicos indirectos da entidade, incluindo impactos de investimentos em infraestrutura e em apoio a serviços. Segundo os documentos oficiais do GRI, *“um impacto económico pode ser definido como uma mudança no potencial produtivo da economia que influencia o bem-estar de uma comunidade ou de um stakeholder e as perspetivas de desenvolvimento de longo prazo”*. Assim, a PBS procurou analisar os investimentos nas suas infraestruturas e os apoios que fornece a serviços, bem como identificar os impactos económicos indirectos significativos, positivos e negativos.

No indicador 203-1, a PBS relatou os investimentos realizados nas suas infraestruturas da Senhora da Hora, tendo identificado a instalação de painéis solares, de sensores de luzes com movimento e a reutilização de águas pluviais. Identificou impactos positivos na instalação dos painéis solares - produção de energia renováveis e menores custos em eletricidade – e na reutilização das águas pluviais – utilização da água do lago para o autoclismo das casas de banho, logo poupança de recurso e menos custo com água. Não foram partilhados, no âmbito desta dissertação, valores numéricos que permitissem comprovar, nem averiguar o real impacto destas alterações, contudo a informação foi fornecida diretamente pela escola, pelo que foi considerada real. Analisando as respostas dadas é possível concluir que os investimentos realizados tiveram impactos positivos, sendo que, mesmo que não identificado, a aplicação de sensores de luzes com movimento está associada a uma redução do consumo de eletricidade refletindo uma diminuição dos custos operacionais. A PBS poderá ainda

Resultados e Discussão

refletir sobre a possibilidade de instalar mais reservatórios de águas pluviais, instalar painéis fotovoltaicos ou instalar redutores de caudais nas torneiras das casas de banho. Estes investimentos, alguns de maior dimensão que outros, terão, à partida, impactos ambientais positivos e potencialmente impactos económicos positivos.

O indicador 203-2 expõe os impactos económicos indiretos significativos que identificou, classificando-os e explicando-os. O primeiro impacto negativo reconhecido são os eventuais desafios logísticos associados a possíveis interrupções no fornecimento de materiais para as aulas e na dependência de fornecedores e prestadores de serviços que também possam ser impactados pelas alterações climáticas. Foi identificado, e classificado como impacto negativo, as mudanças nas regulamentações ambientais que podem vir a exigir que a escola adapte as suas operações e infraestruturas, sendo assim identificado um outro impacto negativo que foi o investimento em infraestruturas para que estas se tornem resilientes às alterações climáticas, como por exemplo a instalação de sistemas de aquecimento e refrigeração mais eficientes e eficazes, ou a proteção dos edifícios contra inundações. Os impactos negativos foram identificados corretamente, uma vez que todos eles impactam diretamente a PBS, vão ao encontro daquilo que é a realidade atual da escola e albergam todos os pilares que são necessários analisar: a logística da organização, as infraestruturas da mesma e a gestão regulamentar a que esta está sujeita.

Assim, não será necessária a análise de mais nenhum impacto negativo associado, mas sim a especificação e descrição, em cada um dos impactos, de situações mais concretas que possam ser impactadas.

Foi identificado somente um impacto positivo – financiamento e incentivos. Este impacto está associado à disponibilidade de financiamento ou incentivos para instituições que implementam práticas sustentáveis. Estes incentivos podem ajudar a reduzir os custos associados aos impactos negativos.

A temática das alterações climáticas e a crescente preocupação da sociedade em estar preparada para o combate às mesmas e para minimizar os impactos que estas provocam cria, na PBS como escola de formação superior, uma oportunidade de negócio, identificada pela escola como um impacto positivo, através do desenvolvimento de planos de estudo que tenham a temática ambiental como principal foco. Analisando a realidade atual da PBS, bem como o core business da escola, é possível afirmar que esta está capacitada para a criação destes planos de estudo.

4.1.5. GRI 205

A Tabela 5 apresenta as respostas obtidas aos indicadores GRI 205 que serviram como resultados a analisar para a determinação do estado de sustentabilidade da PBS como uma organização. Na tabela constam apenas os resultados que foram possíveis de obter.

Tabela 5 - Respostas aos indicadores GRI 205

GRI	
GRI 205-2: Comunicação e capacitação em políticas e procedimentos de combate à corrupção: membros dos órgãos de governança.	
Número total de membros do órgão de governança.	3
Número total de membros do órgão de governança aos quais as políticas e procedimentos anticorrupção da organização foram comunicados.	3
Número total de membros do órgão de governança que receberam capacitação em combate à corrupção.	3
Porcentagem de membros do órgão de governança aos quais as políticas e procedimentos anticorrupção da organização foram comunicados.	100
Porcentagem de membros do órgão de governança que receberam capacitação em combate à corrupção.	100
GRI 205-2: Comunicação e capacitação em políticas e procedimentos de combate à corrupção: funcionários.	
Número total de empregados.	89
Número total de empregados aos quais foram comunicados os procedimentos e as políticas de combate à corrupção adotados pela organização.	89
Número total de membros do órgão de governança que receberam capacitação em combate à corrupção.	3

Resultados e Discussão

Percentagem de empregados aos quais foram comunicados os procedimentos e as políticas de combate à corrupção adotados pela organização.	100
Percentagem de membros do órgão de governança que receberam capacitação em combate à corrupção.	100
GRI 205-3: Incidentes confirmados de corrupção e medidas tomadas.	
Número total dos casos confirmados de corrupção.	0
Breve descrição da natureza dos casos confirmados.	-
Número total de casos confirmados em que contratos com parceiros de negócios foram rescindidos ou não renovados em decorrência de violações relacionadas à corrupção.	0
Processos judiciais relacionados à corrupção movidos contra a organização ou seus empregados no período de relato e o resultado desses processos.	0
Breve descrição do resultado destes casos.	-

O indicador 205 pretende analisar os impactos na PBS relacionados a potencial corrupção e sobre como é que a escola gere esses mesmos impactos. A PBS optou por não constatar o número de operações avaliadas quanto aos riscos relacionados com a corrupção e não identificar os riscos significativos que derivassem da análise anterior.

No indicador 205-2, a escola relata o número de funcionários e membros dos órgãos de governança que receberam capacitação em relação ao combate à corrupção, concluindo-se que todos os funcionários e todos os membros dos órgãos de governança foram capacitados.

O indicador 205-3 revela que não foi confirmado nenhum incidente de corrupção.

Apesar de capacitar todos os seus colaboradores em medida de corrupção e de no ano em análise não se ter registado nenhum caso, é necessário que a escola averigue quais as operações suscetíveis de serem corrompidas e quais os riscos, principalmente os riscos significativos, associados ao risco de corrupção nas operações da escola. O conhecimento destes fatores é essencial para que a gestão da

escola se possa prevenir em caso de futuros incidentes que envolvam corrupção nas suas operações. Esta análise daria resposta ao indicador 205-1.

4.1.6. GRI 302

A Tabela 6 apresenta as respostas obtidas aos indicadores GRI 302 que serviram como resultados a analisar para a determinação do estado de sustentabilidade da PBS como uma organização. Na tabela constam apenas os resultados que foram possíveis de obter.

Tabela 6 - Respostas aos indicadores GRI 302

GRI	
GRI 302-1: Consumo de energia dentro da organização	
Consumo de energia: combustível não renovável (J).	Não foi possível determinar qual o valor exato de energia consumida proveniente de fontes de energia renováveis.
Consumo de energia: eletricidade (kW h).	483 268
Consumo de energia: aquecimento.	Não calculado. Volume da caldeira: 9 452 m ³ Volume do termoacumulador: 1 011 m ³
Consumo de energia: arrefecimento.	Não calculado
Consumo total da organização.	-
Normas, metodologias, premissas e/ou ferramentas de cálculo utilizadas.	Recolha de dados a partir da leitura de contadores
Fonte dos fatores de conversão utilizados.	Não aplicável.

A Norma GRI 302 pretende relatar os consumos energéticos da PBS em toda a sua atividade. A escola divulgou apenas os resultados dos consumos internos (302-1).

Os resultados divulgados indicam que a PBS não controla o consumo de energia proveniente de combustíveis não renováveis e apenas tem informações sobre o consumo energético para eletricidade.

A diminuta resposta a esta norma indica que a escola não tem total controlo sobre os seus consumos energéticos, não conseguindo ter assim noção do seu real impacto ambiental, nomeadamente, no impacto da sua pegada ecológica. Para que possa visualizar o seu impacto ambiental e adotar medidas que o minimizem, a PBS deverá tomar conhecimento sobre o total de energia que consome em todas as suas atividades (eletricidade, aquecimento, arrefecimento, entre outras) e que consome em atividades no exterior da infraestrutura. De notar que a informação sobre o consumo interno é mais fácil de obter

e ser calculado, pelo que deverá ser uma prioridade no que toca à temática de consumo energético. Tendo conhecimento do consumo total de energia em todos estes âmbitos, a PBS poderá desenvolver e adotar medidas que visem a redução dos mesmos ou a transformação destes em consumos de energias verdes. Estas medidas irão permitir uma diminuição dos impactos ambientais e económico associados à produção e utilização de energia.

De ressaltar que a adoção de medidas como a instalação dos painéis solares, a instalação sugerida de painéis fotovoltaicos, a instalação de luzes com sensores de movimento e a instalação de lâmpadas LEED são medidas que impactam diretamente o consumo energético da escola e que não estão dependentes de uma mudança de atitude humana no quotidiano. Naturalmente que essa mudança é essencial e a principal fonte de redução de consumo energético.

4.1.7. GRI 303

A Tabela 7 apresenta as respostas obtidas aos indicadores GRI 303 que serviram como resultados a analisar para a determinação do estado de sustentabilidade da PBS como uma organização. Na tabela constam apenas os resultados que foram possíveis de obter.

Tabela 7 - Respostas aos indicadores GRI 303

GRI		
GRI 303-3: Captação de água: todas as áreas.		
Superfície	Megalitros	0
Água subterrânea		1,5
Água do mar		0
Água produzida		0
Água de terceiros		1,6
Total		3,1
GRI 303-4: Descarte de água: todas as áreas de água doce		
Água superficial	Megalitros	0
Água subterrânea		1,2
Água do mar		0
Água de terceiros		1,6
Total		2,8

A Norma GRI 303 pretende que as organizações relatem informações sobre os seus impactos relacionados com o consumo de água e sobre como os gerem. Assim, é essencial detetar esses impactos e, posteriormente, relatar quais as medidas adotadas para os mitigar ou minimizar.

Resultados e Discussão

Não foi possível obter respostas à grande maioria dos indicadores associados a esta norma, pelo que não é possível aceder ao consumo de água total (não divulgado) e, consequentemente, não é possível analisar de forma real os resultados divulgados para a captação de água e descarte da mesma, nem perceber em que nível estão os consumos de água. Também não foi providenciado a informação relativa ao descarte da água utilizada, nem da qualidade da mesma.

Os dados fornecidos não esclarecem sobre o destino dado à água captada em cada uma das fontes, pelo que não foi possível perceber em que circunstâncias está a ser gasta a água proveniente de captação subterrânea. Dada a substancial diferença entre o volume captado e o volume descartado desta água, aconselha-se a PBS a averiguar quais os fins deste volume de água diferencial e a perceber que medidas são passíveis de implementar para diminuir este consumo.

O relato do consumo real da água, da quantidade de água captada e descartada é essencial para a gestão dos impactos causados no meio ambiente pelo consumo de água. É necessário averiguar se os consumos per capita estão demasiado elevados quando comparados com os valores médios e os valores desejados e solicitados pelas várias organizações ambientais, bem como perceber se a quantidade de água captada e descartada pode ser diminuída por meio da implementação de sistemas de reciclagem e reutilização ou pela alteração de processos de captação e descarte (analisar eventuais fugas nos caminhos de água).

Para além disso, é de extrema importância ambiental garantir a qualidade da água descartada na bacia hidrográfica. A análise destes fatores, a determinação dos impactos associados e a mitigação dos mesmos reflete-se em melhorias ambientais e acréscimos financeiros por diminuição de gastos associados ao consumo.

O controlo das atividades que requerem consumo hídrico é também muito importante. É necessário que a escola tenha consciência sobre quais as atividades em que a água está a ser consumida e tente monitorizar o consumo em cada uma delas. Desta forma, será possível controlar com maior eficácia e ser mais eficiente nas medidas a tomar para minimizar o consumo em cada atividade.

4.1.8. GRI 306

A Tabela 8 apresenta as respostas obtidas aos indicadores GRI 306 que serviram como resultados a analisar para a determinação do estado de sustentabilidade da PBS como uma organização. Na tabela constam apenas os resultados que foram possíveis de obter.

Tabela 8 - Respostas aos indicadores GRI 306

GRI		
GRI 306-1: Produção de resíduos e impactos significativos relacionados aos resíduos.		
Entradas, atividades e saídas que conduzem aos impactos reais e potenciais relacionados com os resíduos.	Fornecimento de material de escritório.	Papel para impressão, tinteiros, canetas e outros materiais.
	Material escolar.	Manuais escolares e materiais para projetos.
	Fornecimento de alimentos e bebidas.	Embalagens, resíduos alimentares e materiais descartáveis.
	Fornecimento de energia – eletricidade.	Iluminação, aquecimento, arrefecimento e em aparelhos eletrônicos.
	Consumo de água.	Consumo nas casas de banho, cozinhas e para limpeza.
	Tecnologia.	Computadores e aparelhos eletrônicos, tais como, computadores portáteis, projetores e impressoras.
	Recursos humanos.	Comportamento dos colaboradores e alunos que impactam a produção de resíduos.
	Operações e atividades administrativas.	Trabalho de escritório: fotocopiar, imprimir e outras atividades gerais.
	Processos académicos.	Ensino e aprendizagem: utilização das salas de aula e materiais, recursos digitais.
	Catering, receção e hospitalidade.	Serviços de cafetaria: preparação de alimentos e serviço de alimentos e bebidas.

	Máquinas de venda automática.	Venda de comida e bebidas.
	Limpeza.	Utilização de produtos de limpeza e consumo de água.
	Manutenção das instalações.	Manutenção regular dos equipamentos e das instalações.
Se os impactos estão relacionados aos resíduos gerados nas próprias atividades da escola, ou se são gerados a montante ou a jusante na cadeia de valor.	Resíduos produzidos nas próprias atividades da escola. (atividades internas)	<u>Material de Escritório</u> Resíduos de papel, tinteiros e artigos de papelaria.
		<u>Materiais de sala de aula</u> Resíduos de manuais, sebatas e materiais de projeto. Gerado através de processos educativos e exames.
		<u>Fornecimentos para Alimentos e Bebidas</u> Resíduos de embalagens de serviços de cafetaria e máquinas de venda automática. Desperdício de alimentos provenientes de sobras.
		<u>Lixo Eletrônico</u> Computadores, impressoras e outros dispositivos obsoletos. Gerado através de atualizações e manutenção tecnológica.
		<u>Manutenção e limpeza</u> Resíduos de materiais de limpeza e equipamentos avariados. Gerado através da manutenção regular e manutenção das instalações.
	Resíduos produzidos a montante na cadeia de valor.	<u>Produção de Material de Escritório e Materiais de Sala de Aula</u> Resíduos gerados no fabrico de papel, toner e papelaria. Inclui resíduos de

		embalagens e subprodutos do processo produtivo.
		<u>Cadeia de Abastecimento de Alimentos e Bebidas</u> Resíduos gerados durante a produção, embalagem e transporte de alimentos. Inclui resíduos agrícolas, resíduos de processamento e resíduos de embalagens.
		<u>Fabricação de Equipamento Eletrónico</u> Resíduos da produção de computadores, impressoras e outros aparelhos eletrónicos. Inclui resíduos de mineração para matérias-primas, subprodutos de fabrico e embalagens.
	Resíduos produzidos a jusante na cadeia de valor.	<u>Resíduos Pós-Consumo</u> Resíduos gerados pelos alunos e funcionários após consumirem produtos no campus. Inclui embalagens, talheres descartáveis e recipientes para alimentos.
		<u>Antigos alunos e Impacto na Comunidade</u> Resíduos gerados por antigos alunos que aplicam práticas aprendidas na escola. Podem influenciar as práticas de gestão de resíduos nos seus futuros locais de trabalho ou de negócio.
		<u>Eliminação de resíduos eletrónicos</u> Resíduos gerados quando os dispositivos eletrónicos são eliminados ou reciclados. Inclui o descarte inadequado levando à contaminação ambiental.

A Norma GRI 306 procura identificar os impactos, nas organizações, associados aos resíduos e o método de gestão dos mesmos. Nesta norma é relatado como é que a organização evita a produção

Resultados e Discussão

de resíduos, como é que a mesma gere os resíduos que não podem ser evitados nas suas próprias atividades bem como a montante e a jusante na sua cadeia de valor.

A PBS divulgou apenas informação sobre a geração de resíduos e os impactos significativos associados à sua produção (306-1).

A escola identificou como entradas, atividades e saídas que possam conduzir a impactos reais relacionados com os resíduos as seguintes secções: fornecimento de materiais de escritório e de material escolar, o fornecimento de alimentos e bebidas, o fornecimento de energia para eletricidade, o consumo de água, tecnologia, recursos humanos, operações e atividades administrativas, processos académicos, catering receção e hospitalidade, máquinas de venda automática, limpeza e manutenção das instalações.

Os resíduos gerados nestas atividades estão identificados na Tabela 8. A produção de muitos destes resíduos apresenta um potencial de redução.

A escola pode implementar medidas de sensibilização que visem controlar o número de impressões, diminuindo assim o consumo de papel, de tinta, de plástico associado aos toneres e de eletricidade. Paralelamente, pode adotar o papel de impressão reciclado, diminuindo assim a seu impacto na produção do material que dará origem ao resíduo.

Em relação aos materiais de estudo, a PBS deverá seguir a evolução que a sociedade já está a fazer para a transição para os meios digitais, digitalizando assim os materiais de estudo fornecidos na sua totalidade.

No que diz respeito às embalagens, resíduos alimentares e materiais descartáveis, os colaboradores da PBS devem estar sensibilizados para a causa do desperdício alimentar e optarem por alimentos o menos embalados possível.

A produção de resíduos eletrónicos pode ser minimizada se os equipamentos em análise forem submetidos a sessões de manutenção e reparação com frequência suficiente que permite maximizar o tempo de vida útil dos mesmos.

A PBS deverá diminuir o máximo possível a permanência de máquinas de venda automática nas instalações, promovendo, paralelamente, o incremento de oferta nas cafetarias e bares disponíveis no edifício, nomeadamente de produtos semelhantes aos das máquinas de venda automática. Estas máquinas apresentam elevados consumos de energia e elevada produção de resíduos, uma vez que todos os alimentos estão embalados.

Estes impactos analisados foram considerados impactos associados às atividades diretas ou indiretas da escola.

Resultados e Discussão

Foram ainda identificados impactos associados aos resíduos produzidos a montante na cadeia de valor. Alguns destes impactos são os resíduos associados à produção de papel, de toneres e de outros materiais de papelaria, à produção, embalagem e transporte de alimentos (inclui resíduos agrícolas, resíduos de processamento e resíduos de embalagens) e resíduos associados à fabricação de equipamento eletrónico. Não tendo acesso direto a estes processos que geram resíduos, a PBS tem a responsabilidade de diminuir o consumo destes bens, diminuindo assim os impactos causados pela geração de resíduos aquando da sua produção.

A jusante da cadeia de valor, foram identificados impactos com os resíduos do pós-consumo, os resíduos gerados por antigos alunos que aplicam práticas aprendidas na escola (podem influenciar as práticas de gestão de resíduos nos seus futuros locais de trabalho ou de negócio) e a eliminação dos resíduos eletrónicos (incluindo um descarte adequado ou inadequado). A produção destes resíduos pode ser diminuída através da sensibilização dos alunos e colaboradores para a temática, para além das medidas já supracitadas a adotar nos impactos gerados pela produção de resíduos nas atividades da escola.

4.1.9. GRI 413

A Tabela 9 apresenta as respostas obtidas aos indicadores GRI 413 que serviram como resultados a analisar para a determinação do estado de sustentabilidade da PBS como uma organização. Na tabela constam apenas os resultados que foram possíveis de obter.

Tabela 9 - Respostas aos indicadores GRI 413

GRI		
GRI 413-1: Número e percentagem de operações com envolvimento da comunidade local, avaliações de impacto e/ou programas de desenvolvimento.		
Avaliações de impacto social, incluindo avaliações de impacto de género, baseadas em processos participativos.	0	0%
Avaliações de impacto ambiental e monitoramento contínuo.	0	0%
Divulgação pública dos resultados das avaliações de impacto ambiental e social.	0	0%
Programas de desenvolvimento comunitário local baseados nas	0	0%

Resultados e Discussão

necessidades das comunidades locais.		
Planos de interação das partes interessadas com base no mapeamento das partes interessadas.	0	0%
Comitês e processos de consulta ampla à comunidade local incluindo grupos vulneráveis.	0	0%
Conselhos de trabalho, comissões de saúde e segurança do trabalho e outras entidades representativas de trabalhadores para discutir impactos.	0	0%
Processos formais de queixas por parte de comunidades locais.	0	0%

A Norma GRI 413 tem como objetivo o relato, por parte das organizações, dos seus impactos provocados nas comunidades locais.

Ainda que a resposta direta ao cada indicador tenha sido negativa em todos os parâmetros (devido à especificidade da questão) é necessário realçar que o trabalho da PBS no âmbito das operações com envolvimento da comunidade local. A escola divulgou que, no ano de 2023, desenvolveu diversas atividades tais como:

- Semana da Diversidade – uma iniciativa da PBS que visa destacar instituições que promovem e ajudam a fomentar a diversidade cultural e social, tanto dentro das organizações como na sociedade em geral.
- *BioCapital Investors Summit* – evento dirigido a empresas, especialistas, *start-ups*, empreendedores, fundos de Capital de Risco e *Corporate Venture Capital*, investidores institucionais e outros intervenientes de diferentes setores, que se reúnem para discutir como a sustentabilidade e o pensamento inovador estão no centro de tudo o que o futuro nos revelará.
- Palestras com a *Noocity* – a PBS aprofundou a sua parceria com a *Noocity*, uma *start-up* portuguesa especializada em horticultura urbana. Foram realizadas onze palestras envolventes sobre vários temas, incluindo "Infusões de Inverno", "Plantas de Morango", "Plantas Companheiras", "Terra Talk" e "Farmácia do Jardim".
- Evento de Capitalização AfriConEU – em 2023, a PBS acolheu o Evento de Capitalização AfriConEU, que se centrou no reforço da colaboração entre os ecossistemas de inovação digital africanos e europeus. O evento reuniu empreendedores, responsáveis políticos e líderes da

indústria para explorar oportunidades de parcerias transcontinentais e de intercâmbio de conhecimento, sublinhando o papel das tecnologias digitais no crescimento económico e no desenvolvimento sustentável.

- Apoio à Comunidade e Colaborações com Organizações Não Governamentais (ONGs) – a PBS envolve-se ativamente com organizações sem fins lucrativos através de várias iniciativas de apoio. Estas incluem o acesso aos programas da escola, a disponibilização das suas instalações e a participação em programas de voluntariado. Colaborações notáveis incluem o apoio a causas como a assistência a refugiados, projetos educativos na Guiné-Bissau e apoio a mulheres grávidas e recém-nascidos. Funcionários da PBS também participaram em programas de voluntariado, como o programa de voluntariado Junior Achievement Portugal contribuindo para o desenvolvimento comunitário e o bem-estar social. Estas colaborações visam garantir que as ONGs têm o apoio necessário para continuar a ter um impacto positivo.
- Campanhas de Doação – entre 2021 e 2023, a PBS participou em várias campanhas de doação para apoiar diversas causas. Estas campanhas incluíram a recolha de bens para refugiados ucranianos, o apoio a uma iniciativa educativa na Guiné-Bissau, o auxílio a mulheres grávidas e aos seus recém-nascidos, e a participação na campanha de Natal da Bagos D'Ouro. Outra importante campanha foi a de doação de sangue e medula óssea, em parceria com o Instituto Português do Sangue e da Transplantação. Estes esforços demonstram o compromisso da PBS em responder a necessidades urgentes e apoiar populações vulneráveis através de ações solidárias.
- Parcerias com Organizações Sem Fins Lucrativos – a PBS colaborou com organizações sem fins lucrativos dedicadas à responsabilidade social corporativa (RSC) para oferecer programas de formação aos seus colaboradores. Estes programas capacitaram os profissionais com o conhecimento e as competências necessárias para integrar práticas responsáveis nas suas organizações.

Os dados partilhados pela PBS demonstram que a escola tem uma presença social ativa e que opera em diversos âmbitos. As atividades listadas demonstram um amadurecimento dos trabalhos já realizados e um real interesse em criar um impacto positivo na comunidade, local e não local, pelo que a escola deve continuar os trabalhos já desenvolvidos.

Para dar continuidade aos trabalhos já desenvolvidos e continuar a promover a criação de valor por parte da PBS na comunidade local, a escola poderia desenvolver atividades pedagógicas, de acesso gratuito à comunidade local, relacionadas com várias temáticas, desde a gestão financeira pessoal à sustentabilidade, ou outros temas que a escola tenha como relevantes. Estas atividades seriam direcionadas à comunidade mais próxima e disponível para todos, sendo independentes de parcerias e

não tendo como alvo um público específico. Esta ação iria permitir à PBS abrir as suas portas a todo o público e aproximar a escola da comunidade local.

4.1.10. GRI 417

A Tabela 10 apresenta as respostas obtidas aos indicadores GRI 417 que serviram como resultados a analisar para a determinação do estado de sustentabilidade da PBS como uma organização. Na tabela constam apenas os resultados que foram possíveis de obter.

Tabela 10 - Respostas aos indicadores GRI 417

GRI		
GRI 417-3: Número total de casos de não conformidade com regulamentos e/ou códigos voluntários relativos a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio		
Número de incidentes de descumprimento de regulamentos que resultem em multa ou penalidade.	0	-
Número de incidentes de não conformidade com regulamentos que resultaram em advertência.	0	-
Número de incidentes de não conformidade com códigos voluntários.	0	-

Os resultados da Tabela 10 refletem o cumprimento dos regulamentos e/ou códigos por parte da área de comunicação da escola o que reflete a ideia de respeito perante estas regulamentações.

4.2. Times Higher Education

4.2.1. THE 1

A Tabela 11 apresenta as respostas obtidas aos indicadores THE 1 que serviram como resultados a analisar para a determinação do estado de sustentabilidade da PBS como uma instituição de ensino superior, para além de uma escola de negócios. Na tabela constam apenas os resultados que foi possível de obter.

Tabela 11 - Respostas aos indicadores THE 1

THE	
THE 1. No poverty.	
THE 1.2. Proportion of students receiving financial aid to attend university because of poverty.	
THE 1.2.1. Low income students receiving financial aid.	
Número de estudantes.	(não divulgado)
Número de estudantes com baixos rendimentos que recebem ajuda financeira.	2
Porcentagem de estudantes com baixos rendimentos que recebem ajuda financeira.	-
THE 1.3. University anti-poverty programmes.	
THE 1.3.3. Low-income student support.	
A organização presta apoio (por exemplo, alimentação, habitação, transporte, serviços jurídicos) a estudantes de famílias com baixos rendimentos para que possam concluir a universidade?	Não.
THE 1.3.4. Bottom financial quintile student support.	
A organização tem programas ou iniciativas para ajudar os estudantes que se enquadram no grupo dos 20% mais pobres do rendimento familiar (ou uma meta mais bem definida) no país a concluir com êxito os seus estudos?	Sim.
THE 1.3.5. Low or lower-middle income countries student support.	
A organização planeia apoiar os alunos pobres de países de baixo ou médio-baixo rendimento (por exemplo, oferecendo educação gratuita, bolsas)?	Sim.
Descrição da evidência.	Parceria com Nexus 3 onde recebemos refugiados com bolsas a 100%.
THE 1.4. Community anti-poverty programmes.	
THE 1.4.1. Local start-up assistance.	
A organização presta assistência à comunidade local apoiando o arranque de empresas financeira e socialmente sustentáveis através de	Sim.

Resultados e Discussão

educação ou recursos relevantes (por exemplo, programas de mentoria, <i>workshops</i> de formação, acesso a instalações universitárias)?	
A assistência é gratuita?	Sim.
É prestada assistência subsidiada?	Não.
THE 1.4.2. <i>Local start-up financial assistance.</i>	
A organização presta assistência financeira à comunidade local apoiando o arranque de empresas financeira e socialmente sustentáveis?	Não.
THE 1.4.3. <i>Programmes for services access.</i>	
A organização organiza formação ou programas para melhorar o acesso aos serviços básicos para todos?	Não.

O indicador THE 1 pretende analisar o trabalho em desenvolvimento por parte da escola para dar resposta ao primeiro ODS.

Neste âmbito, a escola divulgou ter dois estudantes com baixos rendimentos que são auxiliados financeiramente. Não houve divulgação sobre o número total de estudantes, nem sobre o número total de estudantes com baixos rendimentos, pelo que não é possível analisar qual a proporção de estudantes nesta condição financeira e qual a percentagens dos mesmos que estão a usufruir de apoios financeiros.

A escola deverá trabalhar em prol de todos os estudantes em condições financeiras precárias e garantir que estes recebem algum tipo de apoio disponíveis para a sua situação, quer seja por parte da escola, ou por parte de qualquer outra entidade governamental ou institucional, tal como analisado anteriormente.

Ainda que a PBS não apoie diretamente estudantes de famílias com baixos rendimentos – apoio na prestação de serviços e bens essenciais –, a escola desenvolveu programas que tem como objetivo ajudar os estudantes em condições de elevada precaridade financeira a concluir os estudos com êxito. Tendo em conta a dimensão da escola, é justificável que esta não tenha capacidade de prestar apoios personalizados aos estudantes mais necessitados, contudo, a implementação de programas e incentivos que visem ajudar estes estudantes a concluir com êxito os seus estudos demonstra a iniciativa da escola na integração de todos os estudantes e na luta para tornar o ensino superior acessível ao maior número de pessoas possível. A escola estabeleceu ainda uma parceria com uma entidade externa que permite o apoio financeiro a estudantes refugiados através da atribuição de bolsas que financiam a 100% o valor do curso.

Resultados e Discussão

Numa perspectiva de impacto na comunidade local, a PBS apoiou o arranque de novas empresas financeira e socialmente sustentáveis através da prestação de serviços de educação e oferta de outros recursos relevantes à atividade da empresa e objetivos da mesma, de forma gratuita. A escola não fornece apoio financeiro a estas novas empresas que surgem na comunidade local.

O trabalho da PBS no sentido de apoiar as comunidades locais já é notório na sua atividade, contudo tem espaço para se desenvolver. A escola poderá tentar aumentar a frequência dos serviços já prestados, tentando abranger um maior número de empresas, e pode ainda desenvolver novos programas de consultoria, partilhando assim o seu conhecimento de gestão com a comunidade local que se espelhará num aumento da probabilidade de sucesso destas empresas e num consequente aumento da economia local. Desta forma, não financiando diretamente as empresas, a PBS estaria a contribuir para o sucesso das mesmas e para o sucesso de toda a economia local.

A escola divulgou ainda que não organiza formações ou programas para melhorar o acesso aos serviços básicos para todos. O futuro desenvolvimento deste tipo de produtos não terá um impacto direto na economia local, mas impactará a consciencialização, formação e literacia de toda a comunidade o que, a longo prazo, se traduz numa evolução positiva da sociedade – sociedade onde a PBS está inserida.

4.2.2. THE 4

A Tabela 12 apresenta as respostas obtidas aos indicadores THE 4 que serviram como resultados a analisar para a determinação do estado de sustentabilidade da PBS como uma instituição de ensino superior, para além de uma escola de negócios. Na tabela constam apenas os resultados que foram possíveis de obter.

Tabela 12 - Respostas aos indicadores THE 4

THE	
THE 4. <i>Quality Education.</i>	
THE 4.3. <i>Lifelong learning measures.</i>	
THE 4.3.5. <i>Lifelong learning access policy.</i>	
A organização tem uma política que garanta que o acesso a estas atividades é acessível a todos, independentemente da etnia, religião, deficiência, estatuto de imigração ou género?	Sim.
Descrição da evidência.	Um dos pilares de atuação da área <i>Alumni</i> é “<i>Lifelong learning</i>” para <i>alumni</i> da PBS (os outros 3 pilares são “<i>Networking</i>”, “<i>Career development</i>” e “<i>Give back</i>”). Nesta dimensão, a PBS organiza <i>Alumni Talk</i>, speakers no âmbito do <i>Alumni Day</i>, etc.. Todas estas atividades, seja neste pilar, seja nos outros, são destinados a todos os <i>alumni</i> independentemente da religião, etnia ou género. Relativamente ao “estado de imigração”, a escola parte do princípio que os <i>alumni</i> se enquadram nos critérios de emigração do estado português. As atividades que decorreram até ao momento, e em resposta à questão do “estado de deficiência”, tiveram como pressuposto pessoas com capacidade de audição e visão. Estes comentários não incluem a política para “participantes externos”.

A PBS tem, dentro da área de *Alumni*, o programa “*lifelong learning*” e as atividades organizadas (acima descritas) são acessíveis a todos os estudantes e antigos estudantes, independentemente etnia, religião, deficiência, estatuto de imigração ou género. Assim, os trabalhos desenvolvidos neste pilar vão ao encontro do solicitado no indicador THE 4.3.5, pelo que não existem melhorias a implementar, na perspetiva de sustentabilidade ambiental.

4.2.3. THE 5

A Tabela 13 apresenta as respostas obtidas para os indicadores THE 5 que contribuem também para a determinação do estado de sustentabilidade da PBS como uma instituição de ensino superior e escola de negócios. Na tabela constam apenas os resultados que foi possível de obter.

Tabela 13 - Respostas aos indicadores THE 5

THE	
THE 5. Gender Equality.	
THE 5.3. Students access measures.	
THE 5.3.1. Tracking access measures.	
A organização mede e acompanha sistematicamente a taxa de candidatura e a taxa de aceitação ou entrada das mulheres?	Sim.
THE 5.3.3. Women's access schemes.	
A organização oferece esquemas de acesso para mulheres, incluindo mentoria, bolsas de estudo ou outras disposições?	Sim.
Descrição da evidência.	Bolsas para mulheres
THE 5.3.4. Women's application in underrepresented subjects.	
A organização incentiva candidaturas de mulheres em áreas onde estão sub-representadas? Através da divulgação universitária ou através da colaboração com outras universidades, grupos comunitários, governo ou Organizações Não Governamentais em campanhas regionais ou nacionais?	Sim.
THE 5.6. Women's progress measures.	
THE 5.6.1. Policy of non-discrimination against women.	
A organização tem uma política de não discriminação contra as mulheres?	Sim.
Descrição da evidência.	Código de Conduta da PBS (pág. 16): codigo-de-etica.pdf (up.pt) Está também a ser desenvolvido uma política de diversidade, equidade e inclusão.
THE 5.6.2. Non-discrimination policies for transgender.	

Resultados e Discussão

A organização tem uma política de não discriminação para pessoas transgéneras?	Sim.
Descrição da evidência.	Código de Conduta da PBS (pág. 16): codigo-de-etica.pdf (up.pt) Está, também, a ser desenvolvido uma política de diversidade, equidade e inclusão.
THE 5.6.3. Maternity and paternity policies.	
A organização tem políticas de maternidade e paternidade que apoiem a participação das mulheres?	Não.
Comentários.	A PBS promove a parentalidade. Um exemplo deste valor é a contratação de diversas colaboradoras já grávidas.
THE 5.6.4. Childcare facilities for students.	
A organização dispõe de creches acessíveis para estudantes que permitam às mães recentes frequentar os cursos?	Não.
THE 5.6.5. Childcare facilities for staff and faculty.	
A organização dispõe de creches para funcionários e professores?	Não.
THE 5.6.6. Women's mentoring schemes.	
A organização tem programas de mentoria para mulheres, nos quais participam pelo menos 10% das estudantes do sexo feminino?	Não.
THE 5.6.8. Policies protecting those reporting discrimination.	
A organização tem uma política que protege aqueles que denunciam a discriminação devido a desvantagens educativas ou laborais?	Sim.
A política foi criada ou revista nos últimos 5 anos?	Sim.
Descrição da evidência.	Código de Conduta da PBS: codigo-de-etica.pdf (up.pt)

O indicador THE 5 pretende avaliar a prestação da escola no que diz respeito à igualdade de género em todo o universo da escola. Foi analisado o indicador THE 5.3 (medidas de admissão dos estudantes) e o THE 5.6 (medidas de avaliação do progresso das mulheres).

Resultados e Discussão

As respostas ao indicador THE 5.3. (apenas foram respondidos os subindicadores THE 5.3.1., THE 5.3.3. e THE 5.3.4., todos respeitantes ao acesso das mulheres à PBS) indicaram que a PBS acompanha e analisa a taxa de candidatura e de admissão de estudantes do género feminino, que disponibiliza bolsas de estudo para mulheres e que incentiva a candidaturas destas a áreas onde estão sub-representadas.

Estas medidas em prol das mulheres demonstram a consciencialização da escola para a problemática relacionada com a discrepância ainda existente entre as oportunidades para homens e para mulheres. Ainda que esta discrepância se tenha vindo a atenuar nos últimos anos, é necessário manter os trabalhos desenvolvidos em prol desta temática até se atingir de facto a equidade entre homens e mulheres. As medidas apresentadas pela PBS permitem dotar as mulheres das mesmas competências académicas que os homens e assim, contribuir para que se atinja a igualdade em níveis salariais e em cargos de chefia.

A PBS deverá continuar a desenvolver as medidas já implementadas e, se possível, desenvolver novas medidas, nomeadamente dirigidas a mulheres com baixas possibilidades financeiras.

O indicador THE 5.6. permitiu constatar que a PBS desenvolveu uma política de não discriminação (Código de Conduta) que inclui, entre outros, não discriminação para com as mulheres e transgéneros; não tem políticas diretamente relacionadas com as licenças de maternidade e paternidade, mas apoia a contratação de mulheres em estado de gestação, demonstrando que as licenças de maternidade e paternidade não são um entrave à empregabilidade na escola, nem no acesso aos programas de estudo; não dispõe de creches para os filhos dos funcionários e estudantes; não tem desenvolvido programas de mentoria nos quais participem pelo menos 10% das estudantes do sexo feminino; e que, no Código de Conduta, está estipulada uma política de proteção para com aqueles que denunciem casos de discriminação. Face aos resultados apresentados neste indicador é possível afirmar que a escola está já a elaborar um trabalho substancial em matéria de discriminação contra mulheres e transgéneros e proteção do direito dos mesmos.

A existência de políticas neste sentido no Código de Conduta confere uma credibilidade às medidas adotadas e à missão da PBS nesta temática, uma vez que todos os intervenientes na escola têm de ler e respeitar o estipulado no código, promovendo assim antidiscriminação no ambiente da escola. Em relação à inexistência de uma creche para os filhos dos estudantes e funcionários, dada a dimensão e o foco atual da escola, é compreensível que a criação da mesma não seja uma prioridade. Contudo, é necessário ressaltar que a existência de creches públicas existe apenas para crianças a partir dos 3 anos, pelo que a escola deverá preocupar-se em garantir que os seus colaboradores têm condições para regressar ao trabalho após os meses de licença. Uma das medidas passíveis de adotar é a adaptação do

serviço desempenhado pelo colaborador para que este possa usufruir do direito ao teletrabalho nas condições estipuladas na legislação portuguesa.

4.2.4. THE 6

A Tabela 14 apresenta as respostas obtidas aos indicadores THE 6 que também contribuem para determinar o estado de sustentabilidade da PBS como uma instituição de ensino superior e escola de negócios. Na tabela constam apenas os resultados que foi possível obter.

Tabela 14 - Respostas aos indicadores THE 6

THE	
THE 6. Clean Water and Sanitation.	
THE 6.5. Water in the community.	
THE 6.5.1. Water management education opportunities.	
A organização oferece oportunidades educativas para as comunidades locais aprenderem sobre a boa gestão da água?	Não.
THE 6.5.2. Promoting conscious water usage	
A organização promove ativamente o uso consciente da água no campus e na comunidade em geral?	Sim.
Descrição da evidência.	Campanhas divulgadas pelo edifício da PBS.
THE 6.5.3. Off-campus water conservation support	
A organização apoia a conservação da água fora do campus?	Não.
THE 6.5.4. Sustainable water extraction on campus	
Onde a água é extraída (por exemplo, de aquíferos, lagos ou rios), isso é feito utilizando tecnologias sustentáveis de extração de água em áreas universitárias associadas, dentro e fora do campus?	Sem informação.
THE 6.5.5. Cooperation on water security	
A organização coopera com os governos locais, regionais, nacionais ou globais em matéria de segurança hídrica?	Não.

Resultados e Discussão

O indicador THE 6 analisa as medidas de investigação da escola relacionadas com a água, como é gerida a sua utilização e no compromisso em garantir uma boa gestão da água na comunidade em geral.

A escola revelou que não tem qualquer atividade em curso que promova a investigação nesta área ou que suporte as medidas de gestão e conservação das águas fora das instalações da escola. Dentro das instalações da PBS, a escola promove ativamente um uso consciente da água através de campanhas de sensibilização e cartazes informativos espalhados pelo edifício.

Sendo a PBS uma escola da área de finanças e negócios e sem atividades laboratoriais, naturalmente não estará munida das condições para criar atividades de investigação das áreas de gestão e tratamentos de águas. Todavia, poderá financiar projetos no ativo, nomeadamente com outras instituições de ensino, que promovam desenvolvimentos científicos na área. A PBS poderá também associar-se à Camara Municipal de Matosinhos, ou à Junta de Freguesia da Senhora da Hora, e a outras instituições locais para que juntas criem projetos de promoção e sensibilização para o uso conscientes dos recursos hídricos e para uma correta gestão da água por toda a comunidade.

4.2.5. THE 10

A Tabela 15 apresenta as respostas obtidas para os indicadores THE 10 que também contribuem para determinar o estado de sustentabilidade da PBS como uma instituição de ensino superior e escola de negócios. Na tabela constam apenas os resultados que foi possível obter.

Tabela 15 - Respostas aos indicadores THE 10

THE	
THE 10. <i>Reduced Inequalities.</i>	
THE 10.3. <i>International students from developing countries.</i>	
THE 10.3.1. <i>Proportion of international students from developing countries.</i>	
Número de estudantes.	-
Número de estudantes provenientes de países em desenvolvimento.	21
Proporção de estudantes internacionais provenientes de países em desenvolvimento (%).	-
THE 10.4. <i>Proportion of students with disabilities.</i>	
THE 10.4.1. <i>Proportion of students with disabilities.</i>	
Número de estudantes.	-

Resultados e Discussão

Número de estudantes com deficiência.	0
Proporção de estudantes com deficiência (%).	-
THE 10.6. Measures against discrimination.	
THE 10.6.2. Access to university track underrepresented groups applications.	
A organização mede e acompanha as candidaturas e admissões de grupos sub-representados (e potencialmente sub-representados), incluindo minorias étnicas, estudantes de baixos rendimentos, estudantes não tradicionais, mulheres, estudantes LGBT, estudantes com deficiência e estudantes refugiados recém-estabelecidos?	Sim.
THE 10.6.3. Access to university underrepresented groups recruit.	
A organização toma ações planeadas para recrutar estudantes, funcionários e professores de grupos sub-representados?	Sim.
THE 10.6.4. Anti-discrimination policies.	
A organização tem políticas anti-discriminação e anti-assédio?	Sim.
A política foi criada ou revista nos últimos 5 anos?	Sim.
THE 10.6.5. University diversity officer.	
A organização possui um comité, gabinete ou diretor de diversidade e igualdade (ou equivalente) encarregado pela administração ou órgão de governo para aconselhar e implementar políticas, programas e formação relacionados com a diversidade, equidade, inclusão e direitos humanos no campus?	Sim.
Descrição da evidência.	Parceria com Associação Portuguesa para a Diversidade e Inclusão. https://www.pbs.up.pt/pt/artigos-e-eventos/artigos/porto-business-school-subscribe-a-carta-portuguesa-para-a-diversidade-e-inclusao/

	Está a ser desenvolvido uma política para a diversidade, equidade e inclusão da PBS.
THE 10.6.6. Support for underrepresented groups.	
A organização oferece programas de mentoria, aconselhamento ou apoio interpares para apoiar estudantes, funcionários e professores de grupos sub-representados?	Não.
THE 10.6.7. Accessible facilities.	
A organização oferece instalações acessíveis para pessoas com deficiência?	Sim.
THE 10.6.9. Disability access scheme.	
A organização disponibiliza esquemas de acesso para pessoas com deficiência, tais como mentoria ou outro apoio direcionado?	Sim.

O indicador THE 10 pretende averiguar os esforços desenvolvidos pela instituição em matéria de desigualdades sociais, das suas políticas sobre discriminação e no compromisso da mesma em contratar funcionários e permiti o acesso a estudantes, ambos de grupos sub-representados.

A PBS divulgou que tem, à data, inscritos 21 estudantes provenientes de países em desenvolvimento e nenhum estudante portador de qualquer tipo de deficiência. Uma vez que não foi revelado o número total de estudantes, não é possível analisar a proporção de estudantes provenientes de países em desenvolvimento face ao número total. Contudo, a inscrição dos 21 estudantes evidencia a inexistência de desigualdades tendo em conta o país de origem no processo de acesso à escola. A falta de estudantes portadores de deficiência acontece devido à falta de candidaturas.

A PBS divulgou neste indicador algumas das medidas que adota e que são consideradas anti discriminatórias. A escola analisa e acompanha candidaturas e admissões de estudantes provenientes de grupos sociais sub-representados; desenvolveu ações que promovem o recrutamento de estudantes, funcionários e professoras provenientes de grupos sociais sub-representados; tem no seu Código de Conduta políticas de anti discriminação e anti assédio; tem um comité encarregado de aconselhar, desenvolver e implementar políticas, programas e formação relacionados com a diversidade, equidade, inclusão e direitos humanos; não oferece aconselhamento ou programas de mentoria que visem apoiar estes estudantes, funcionários ou professores; nas suas instalações existe acessibilidade para pessoas portadores de deficiência e que disponibiliza esquemas de acesso para pessoas com deficiência, tais como mentoria ou outro apoio direcionado.

As medidas divulgadas demonstram que a escola trabalha no combate à discriminação nas suas atividades e no seu edifício. Não tendo sido divulgadas evidências que comprovem os factos acima mencionados, não é possível avaliar com mais pormenor as medidas adotadas e não é possível perceber qual o real impacto que estas podem ter e em que condições. A escola deverá estar preparada para, em caso de relato não financeiro, fornecer estas evidências e contextualizá-las dentro do cenário de funcionamento da escola. Todavia, assumindo a informação divulgada, é possível constatar que o combate à discriminação em todos os eixos é uma das missões atuais da escola. Posto isto, e uma vez que estão preparados para receber estudantes, funcionários e colaboradores provenientes de qualquer grupo sub-representado é importante que desenvolvam medidas que visem apoiar estas pessoas quando já estiverem inseridas nas atividades da escola. É necessário perceber se estão a ser devidamente acompanhadas, se as suas condições sociais não afetam o seu desempenho escolar ou profissional e muni-las das ferramentas necessárias para que possam enfrentar os desafios diários inerentes às suas condições físicas, sociais e/ou financeiras mais precárias.

4.2.6. THE 11

A Tabela 16 apresenta as respostas obtidas para os indicadores THE 11 que serviram para determinar o estado de sustentabilidade da PBS como uma instituição de ensino superior, e uma escola de negócios. Na tabela constam apenas os resultados que foi possível de obter.

Tabela 16 - Respostas aos indicadores THE 11

THE	
THE 11. Sustainable Cities and Communities.	
THE 11.2. Support of arts and heritage.	
THE 11.2.1. Public access to buildings.	
A organização proporciona o acesso público a edifícios e/ou monumentos ou paisagens patrimoniais naturais de importância cultural?	Não.
THE 11.2.2. Public access to libraries.	
A organização disponibiliza o acesso público às bibliotecas, incluindo livros e publicações?	Não.
THE 11.2.3. Public access to museums.	
A organização proporciona o acesso público a museus, espaços expositivos ou galerias, ou obras de arte e artefactos?	Não.
THE 11.2.4. Public access to green spaces.	

Resultados e Discussão

A organização oferece acesso público gratuito a espaços abertos e espaços verdes?	Sim.
Descrição da evidência.	Espaço exterior do edifício. https://www.jardinsabertos.com/jardins/horta-porto-business-school/
THE 11.2.5. Arts and heritage contribution.	
A organização contribui para as artes locais, em termos do número de apresentações públicas anuais de coros universitários, grupos de teatro, orquestras, etc., quer ad hoc, quer como parte de um programa contínuo?	Sim.
Foram contribuídas mais de 15 apresentações, mas menos de 30?	Sim.
THE 11.2.6. Record and preserve cultural heritage.	
A organização desenvolve projetos para registar e preservar o património cultural imaterial, como o folclore, as tradições, a língua e o conhecimento locais? Isto pode incluir o património das comunidades deslocadas.	Não.
THE 11.4. Sustainable practices.	
THE 11.4.1. Sustainable practices target.	
A organização mede e define metas para deslocações mais sustentáveis (a pé, de bicicleta ou outro transporte não motorizado, boleias, autocarro ou transporte público, motociclo, scooter ou ciclomotor, ou veículos elétricos)?	Sim.
THE 11.4.2. Promote sustainable commuting.	
A organização realiza ações para promover deslocações mais sustentáveis?	Não.
THE 11.4.3. Allow remote working.	
A organização promove ou permite o teletrabalho ou o trabalho remoto para os colaboradores como uma questão de política ou prática padrão, ou oferece uma semana de trabalho condensada para reduzir as deslocações dos colaboradores?	Sim.

THE 11.4.5. <i>Affordable housing for students.</i>	
A organização oferece alojamento acessível para estudantes?	Sim.
Existe oferta direta de habitação?	Não.
Existe apoio financeiro?	Sim.
THE 11.4.7. <i>Local authority collaboration regarding planning and development.</i>	
A organização trabalha com as autoridades locais para abordar questões de planeamento e desenvolvimento, incluindo a garantia de que os residentes locais têm acesso a habitação a preços acessíveis?	Não.
THE 11.4.8. <i>Planning development - new build standards.</i>	
A organização constrói novos edifícios de acordo com padrões sustentáveis?	Sim.
Descrição da evidência.	O edifício da PBS está alinhado com os critérios de sustentabilidade (certificação <i>Leadership in Energy and Environmental Design</i> (LEED), por exemplo), mas a escola não constrói novos edifícios.

O foco deste indicador é analisar qual o papel ativo da instituição de ensino na manutenção e preservação da herança das comunidades, nas pesquisas sobre sustentabilidade e quais as suas abordagens internas à sustentabilidade, bem como e o seu papel como zeladores de artes e património.

A PBS não proporciona o acesso público a edifícios, monumentos ou paisagens patrimoniais naturais de importância cultural, nem a bibliotecas, museus, espaços expositivos, galerias e obras de arte e artefactos. Para combater estas lacunas, a PBS poderia criar parceria com diversos museus ou entidades gestoras de espaços exteriores com este carácter que permite o acesso de forma gratuita ou mais acessíveis aos espaços por parte de todos aqueles que estão relacionados diretamente com a escola. Este acesso poderia ser restrito (por exemplo, com uso único), mas iria promover a cultura dentro da comunidade da PBS e daria destaque a estes monumentos, museus ou espaços culturais.

Em relação ao acesso a espaços verdes sem carácter patrimonial, a PBS permite o acesso aos seus jardins interiores, o que se revela uma agradável medida, uma vez que as instalações da escola estão inseridas numa zona muito urbanizada da cidade e onde o contacto com a natureza é restrito.

Resultados e Discussão

A PBS revela ainda que contribui para as artes locais, contudo não partilhou evidências de quais apresentações apoiou e em que medidas. Uma contribuição financeira, de divulgação ou apoio logístico são boas iniciativas para se apoiar este tipo de apresentações públicas de coros universitários, grupos de teatro ou orquestras.

Em relação às práticas sustentáveis desenvolvidas pela PBS para contribuir para uma comunidade mais sustentável, a escola: mede e define metas para deslocações mais sustentáveis, mas não realiza ações para promover estas mesmas deslocações; permite o regime laboral híbrido, minimizando o número de deslocações por colaborador e estudante; apoia financeiramente estudantes para permitir o acesso a alojamento mais acessível; não trabalha com as autoridades locais para abordar questões de planeamento urbano (que poderia ter impacto no desenvolvimento de habitações mais acessíveis e maiores redes de transportes públicos); e alinhou o seu edifício com os critérios de sustentabilidade, nomeadamente com os critérios da certificação *Leadership in Energy and Environmental Design* (LEED).

Estes resultados indicam uma clara preocupação da escola em implementar práticas ambiental e socialmente mais sustentáveis, contudo ainda existe margem para desenvolver ações que ponham em prática as ambições da escola neste sentido.

Em relação às deslocações mais sustentáveis, a escola pode: criar uma comunidade interna de boleias entre colaboradores que vivam próximos; tentar desenvolver um protocolo com os transportes da área metropolitana do Porto que permita o acesso menos oneroso aos transportes públicos por parte dos colaboradores, incentivando-os a usufruírem com maior regularidade dos mesmos; criar o seu próprio sistema de transporte para a recolha de colaboradores e estudantes que vivam em zonas afastadas da área metropolitana, mas relativamente próximos, permitindo assim que utilizem o mesmo meio de transporte.

Relativamente às certificações do edifício, a PBS pode trabalhar para conseguir a certificação *WELL*, a qual promove o bem-estar e a saúde dos utilizadores do edifício, bem como obter a certificação de eficiência energética e eficiência hídrica.

4.2.7. THE 12

A Tabela 17 apresenta as respostas obtidas para os indicadores THE 12 que serviram para determinar o estado de sustentabilidade da PBS como uma instituição de ensino superior e uma escola de negócios. Na tabela constam apenas os resultados que foi possível de obter.

Tabela 17 - Respostas aos indicadores THE 12

THE	
THE 12. Responsible Consumption and Production.	
THE 12.2. Operational measures.	
THE 12.2.1. Ethical sourcing policy.	
A organização tem uma política sobre o fornecimento ético de alimentos e mantimentos?	Não.
THE 12.2.4. Policy waste disposal – landfill policy.	
A organização tem uma política de deposição de resíduos – para medir a quantidade de resíduos enviados para aterro e reciclados?	Sim.
THE 12.2.5. Policy for minimisation of plastic use.	
A organização possui políticas sobre a minimização do uso de plástico?	Sim.
A política foi criada ou revista nos últimos 5 anos?	Sim.
Descrição da evidência.	Lançar desafios online que incentivem a comunidade a participar em ações de sustentabilidade, como a redução do uso de plástico, a conservação da água ou a adoção de práticas de energias renováveis. Apresente histórias e resultados dos participantes. A PBS deixou de comprar garrafas de plástico, atingindo o objetivo de ser uma Escola “sem plástico”.
THE 12.2.7. Disposable policy: extensions to services.	
A organização garante que estas políticas se estendem aos serviços externalizados e à cadeia de abastecimento?	Não.
THE 12.4. Publications of a sustainability report.	
THE 12.4.1. Publications of a sustainability report.	
A organização publica relatórios de sustentabilidade?	Sim, a cada 3 anos a PBS publica o Relatório do PRME. O Relatório passará a ser publicado anualmente.

Resultados e Discussão

Este indicador foca-se na utilização eficiente dos recursos e na minimização do desperdício. As instituições devem desempenhar o seu papel para garantir que o seu consumo é minimizado, especialmente no que concerne aos recursos não são renováveis.

A PBS revelou que não possui uma política sobre o fornecimento ético dos alimentos e mantimentos consumidos na escola. A responsabilidade em matéria de sustentabilidade de cada indivíduo, organização ou qualquer outra entidade começa no início da cadeia de valor e termina no fim da mesma, princípio que se adequa também ao ciclo de vida de um produto. Assim, deve ser garantido a ética social e ambiental em cada ação ou decisão tomada se se pretende tornar uma entidade sustentável. Garantir que os alimentos e mantimentos consumidos na escola têm uma origem ambientalmente sustentável e que o caminho percorrido até à escola foi socialmente ético é essencial se a PBS pretende implementar práticas sustentáveis na escola. Desta forma, a PBS deverá estudar o mercado e analisar os seus fornecedores no que toca à sua sustentabilidade ambiental e social de modo a ter informação suficiente que permita tomar uma decisão mais sustentável.

A escola possui políticas para a disposição dos resíduos e controlo do seu destino final, bem como possui políticas que permitem a minimização do uso de plástico, contudo não garante que estas políticas se alarguem a toda a cadeia de valor. O controlo da deposição de resíduos e do seu destino final é importante pois permite ter consciência do caminho que os resíduos percorrem após a sua geração, mas é necessário, em primeiro lugar, minimizar a produção dos mesmos, isto é, implementar medidas que promovam a consciencialização para a diminuição da produção de resíduos.

Relativamente ao uso de plásticos na escola, as medidas internas da mesma ditam que esta é uma real preocupação para o órgão gestor da escola, todavia, é necessário garantir que todos os serviços prestados nas instalações da escola (ex: bares, cafetarias e máquinas de venda automáticas) estão sintonizados com a política “sem plástico”. Até todas estas atividades conseguirem estar livres do uso de plástico, a escola continuará associada a esta prática. Como supracitado, a PBS deverá garantir que as práticas sustentáveis em que acredita e que põe em prática diariamente são asseguradas a jusante na cadeia de valor, caso contrário não terão o efeito pretendido – tornar a sua atividade sustentável.

Em termos de relato de sustentabilidade, a PBS publica, a cada três anos, um relatório de sustentabilidade alinhado com PRME, mas tem pretensão de começar a relatar anualmente. O relato não financeiro anual é de extrema relevância para a própria organização uma vez que permite um diagnóstico e reflexão mais frequente, em relação ao nível de sustentabilidade da entidade. Este diagnóstico permite perceber se as medidas implementadas estão a obter os resultados pretendidos, o que é necessário alterar e o que é necessário implementar de raiz para que se atinjam os objetivos principais em matéria de sustentabilidade. Para além disto, a nível global, europeu e até nacional, as regulamentações na área da responsabilidade sustentável dos mais variados setores estão a evoluir

muito rápido, sendo necessário as organizações adaptarem as suas ações de modo a responderem com eficiência e eficácia aos requisitos legais. Por isso mesmo, é importante que as organizações conheçam com periodicidade mais curta a sua posição em matéria de sustentabilidade.

4.2.8. THE 13

A Tabela 18 apresenta as respostas obtidas para os indicadores THE 13 que serviram para determinar do estado de sustentabilidade da PBS como uma instituição de ensino superior e escola de negócios. Na tabela constam apenas os resultados que foi possível obter.

Tabela 18 - Respostas aos indicadores THE 13

THE	
THE 13. <i>Climate Action.</i>	
THE 13.3. <i>Environmental education measures.</i>	
THE 13.3.1. <i>Local education programmes on climate.</i>	
A organização disponibiliza programas ou campanhas educativas locais sobre riscos, impactos, mitigação, adaptação, redução de impactos e alerta precoce das alterações climáticas?	Sim.
Descrição da evidência.	https://www.pbs.up.pt/pt/artigos-e-eventos/artigos/porto-business-school-reitera-o-pacto-do-porto-para-o-clima/
THE 13.3.2. <i>Climate Action Plan, shared</i>	
A organização possui um plano universitário de Ação Climática, partilhado com o governo local e com os grupos comunitários locais?	Sim.
Descrição da evidência.	https://www.pbs.up.pt/en/articles-and-events/artigos/porto-business-school-reaffirms-the-porto-climate-pact/ A PBS iniciou a criação de um Roteiro para a Neutralidade de Carbono, com o objetivo de alcançar a sustentabilidade nas suas operações.
THE 13.3.4. <i>Inform and support government.</i>	
A organização informa e apoia o governo local ou regional em caso de desastres causados pelas	Não.

Resultados e Discussão

alterações climáticas locais ou arrisca alertas e monitorização precoces?	
THE 13.3.5. <i>Environmental educations collaborate with NGO.</i>	
A organização colabora com ONGs na adaptação climática?	Não.
THE 13.4. <i>Commitment to carbon neutral university.</i>	
THE 13.4.1. <i>Commitment to carbon neutral university.</i>	
A organização tem uma data prevista para se tornar neutra em carbono de acordo com o <i>Greenhouse Gas Protocol</i> ?	Sim.
Existem metas para o Âmbito 1?	Sim.
Existem metas para o Âmbito 2?	Sim.
Existem metas para o Âmbito 3?	Sim.
Descrição da evidência.	https://www.pbs.up.pt/media/6263/pegada-de-carbono.pdf . https://www.pbs.up.pt/en/articles-and-events/artigos/porto-business-school-reaffirms-the-porto-climate-pact/
THE 13.4.2. <i>Achieve by date</i>	
Quando se prevê que a neutralidade carbónica para ambos os âmbitos 1 e 2 seja atingida (ou já tenha sido atingida)?	Até 2029.

O indicador THE 13 tem como foco analisar o nível de investigação das instituições sobre as alterações climáticas, a sua utilização de energia e a sua preparação para lidar com as consequências das alterações climáticas.

A PBS reiterou, em abril deste ano, a sua assinatura da Carta de Compromisso para o Contrato Cidade Climática que consta no Pacto do Porto para o Clima, iniciativa desenvolvida pela Câmara Municipal do Porto. Esta ação comprova o compromisso da escola na criação de ações que visem a mitigação, redução de impactos e alerta das alterações climáticas.

Para além do compromisso para com a comunidade local, a PBS desenvolver um Roteiro com medidas para atingir a neutralidade carbónica até 2029. Este roteiro está em concordância com o *Greenhouse Gas (GHG) Protocol* e tem como área de ação os três âmbitos definidos no protocolo. A criação e o desenvolvimento de um plano para se atingir a neutralidade carbónica é o primeiro passo

para se atingir este grande objetivo. Para que a PBS consiga atingir o objetivo da neutralidade carbônica em 2029 – objetivo ambicioso – em todos os âmbitos definidos do *GHG Protocol* é necessário que tenha um total conhecimento de toda a sua cadeia de valor e da forma como ocorrem as emissões de gases de efeito de estufa diretas e indiretas. Todos os intervenientes na cadeia de valor e de fornecimento, bem como todos os intervenientes nas atividades da escola devem estar alinhados com este compromisso, caso contrário o objetivo de atingir a neutralidade carbônica é colocada em causa, principalmente no âmbito 3 do *GHG Protocol*. O primeiro passo é tomar consciência de todas as atividades da escola, a montante e a jusante, de modo a monitorizar todas as atividades que entram no cálculo das emissões de GEE da PBS. Após este controlo, é necessário recolher dados das emissões em todas estas atividades, ação que requer uma comunicação honesta e transparente entre a escola e as partes interessadas. O somatório das emissões em cada âmbito irá permitir à PBS ter conhecimento do estado atual da sua pegada de carbono e tomar as devidas providências para a neutralizar. Os passos mencionados requerem muito esforço de todas as partes interessadas, requerem tempo e disponibilidade de dados, pelo que é um processo complexo. A escola pode recorrer a entidades externas competentes na matéria de neutralidade carbônica, contratando este serviço.

Apesar de interessante, o objetivo definido para a neutralidade carbônica pela PBS é ambicioso e por isso a escola deverá analisar os dados recolhidos e perceber se conseguirá, face aos resultados, neutralizar as suas emissões até 2029.

4.2.9. THE 16

A Tabela 19 apresenta as respostas obtidas para os indicadores THE 16 que serviram para determinar o estado de sustentabilidade da PBS como uma instituição de ensino superior e escola de negócios. Na tabela constam apenas os resultados que foi possível obter.

Tabela 19 - Respostas aos indicadores THE 16

THE	
THE 16. <i>Peace, Justice and Strong Institutions.</i>	
THE 16.2. <i>University governance measures.</i>	
THE 16.2.1. <i>Elected representation.</i>	
A organização tem representação eleita no mais alto órgão de governo da universidade de estudantes?	Não.
A organização tem representação eleita no mais alto órgão de governo da universidade de docentes?	Sim.

Resultados e Discussão

A organização tem representação eleita no mais alto órgão de governo da universidade de funcionários?	Não.
THE 16.2.3. <i>Identify and engage with local stakeholders.</i>	
A organização possui políticas e procedimentos escritos para identificar as partes interessadas locais externas à universidade e interagir com elas?	Sim.
A política foi criada ou revista nos últimos 5 anos?	Sim.
THE 16.2.4. <i>Participatory bodies for stakeholders engagement.</i>	
A organização garante que as partes interessadas locais na universidade – incluindo os residentes locais, o governo local e os representantes da sociedade civil (que podem incluir grupos como as agências de reinstalação de refugiados) – têm um mecanismo significativo ou para participar na tomada de decisões da universidade?	Não.
THE 16.2.5. <i>University principles on corruption and bribery.</i>	
A organização publica os princípios e compromissos da universidade sobre crime organizado, corrupção e suborno?	Sim.
Descrição da evidência.	https://www.pbs.up.pt/pt/regime-geral-da-prevencao-da-corrupcao/
THE 16.2.6. <i>Academic freedom policy.</i>	
A organização tem uma política de apoio à liberdade académica (liberdade para escolher áreas de investigação e para falar e ensinar publicamente sobre a área da sua investigação)?	Não.
THE 16.2.7. <i>Publish financial data.</i>	
A organização publica dados financeiros da universidade?	Sim.
THE 16.3. <i>Working with government.</i>	
THE 16.3.1. <i>Provide expert advice to government.</i>	
A organização presta aconselhamento especializado específico ao governo local?	Sim.

Resultados e Discussão

A organização presta aconselhamento especializado específico ao governo regional?	Sim.
A organização presta aconselhamento especializado específico ao governo nacional?	Sim.
Descrição da evidência.	<i>A Porto Business School</i> é uma das seis instituições de ensino que se uniram ao Instituto Nacional de Administração Pública, I.P. (INA) e à <i>Microsoft</i>, lançaram o primeiro curso de Inteligência Artificial para a Administração Pública portuguesa, agendado de 6 de novembro a 13 de dezembro de 2023. https://www.pbs.up.pt/pt/artigos-e-eventos/artigos/lancamento-do-primeiro-curso-de-ia-para-a-administracao-publica/
THE 16.3.2. Policy and lawmakers outreach and education.	
A organização proporciona sensibilização, educação geral, melhoria de competências e capacitação para políticos e legisladores sobre temas relevantes, incluindo economia, direito, tecnologia, migração e deslocação, e alterações climáticas?	Sim.
Descrição da evidência.	https://www.pbs.up.pt/pt/innovation-x-hub/
THE 16.3.4. Neutral platform to discuss issues.	
A organização proporciona uma plataforma neutra e um espaço “seguro” para que diferentes intervenientes políticos se reúnam para discutir francamente os desafios?	Não.

Este indicador centra-se na forma como as instituições de ensino superior podem apoiar instituições fortes nos seus países e promover a paz e a justiça, explora a investigação das universidades sobre direito e relações internacionais, a sua participação como conselheiros do governo e as suas políticas em matéria de liberdade académica.

A PBS não tem representação eleita no mais alto órgão de governança da Universidade do Porto, universidade a quem está associada, pelo que não tem impacto direto nas decisões tomadas por este órgão de governança. Dentro da própria escola promove a identificação das partes locais interessadas, externas à universidade, e interage com elas para promover a justiça e eficácia nas

Resultados e Discussão

organizações da comunidade, todavia estas partes interessadas não têm poder nas tomadas de decisão da escola. Relativamente às políticas de prevenção do crime organizado, suborno e corrupção, a escola desenvolveu um conjunto de políticas publicadas no Regime Geral da Prevenção da Corrupção. A PBS não tem divulgado oficialmente nenhum documento que apoie a liberdade académica de cada estudante. A relato financeiro da escola é feito anualmente.

Os dados obtidos neste indicador permitem concluir que a ação da PBS para contribuir para a paz, a justiça e a eficácia das instituições é, essencialmente, de carácter interno, isto é, da gestão da própria escola, não havendo oportunidade para interferir nas tomadas de decisão superiores (e que impactam a realidade da escola), nem permitindo que a comunidade impacte de alguma forma nas tomadas de decisão internas.

A criação de políticas de prevenção contra a corrupção, o suborno e o crime organizado são relevantes para contribuir para a justiça dentro da organização uma vez que estas ações impactam diretamente pessoas e entidades relacionadas, direta ou indiretamente, com as atividades da escola.

A interação com as partes locais interessadas neste âmbito, mesmo que estas não tenham um impacto direto nas tomadas de decisão, deve ser aproveitada para perceber qual a perceção das partes interessadas face as decisões tomadas e que mudanças, ou decisões, poderiam ser implementadas que impactassem positivamente estas partes, sem prejudicar outras partes ou a própria escola.

Em relação ao trabalho da PBS com os diversos governos, a escola presta aconselhamento especializado específico, nas suas áreas de estudo, aos governos local, regional e nacional, proporcionando ainda sensibilização, educação geral, melhoria de competências e capacitação para políticos e legisladores sobre temas relevantes, incluindo economia, direito, tecnologia, migração e deslocação, e alterações climáticas. O trabalho da escola com os mais altos órgãos de governança nacionais e decisores políticos é importante e evidencia o impacto da escola na criação de uma sociedade mais justa e eficaz.

A criação de uma plataforma neutra e um espaço “seguro” para que diferentes intervenientes políticos se reúnam para discutir francamente os desafios é uma ideia interessante e passível de ser organizada pela escola que teria um enorme impacto no conhecimento dos reais problemas que a sociedade enfrenta e na procura por soluções para as mesmas tendo em atenção diversas opiniões e perspetivas.

4.2.10. THE 17

A Tabela 20 apresenta as respostas obtidas para os indicadores THE 17 que serviram para determinar o estado de sustentabilidade da PBS como uma instituição de ensino superior e escola de negócios. Na tabela constam apenas os resultados que foi possível obter.

Tabela 20 - Respostas aos indicadores THE 17

THE	
THE 17. Partnerships for the goals.	
THE 17.2. Relationships to supports the goals.	
THE 17.2.1. Relationships with regional NGOs and government for SDG policy.	
A organização tem um envolvimento direto ou contribui para o desenvolvimento de políticas governamentais nacionais ou regionais não governamentais para os ODS - incluindo a identificação de problemas e desafios, o desenvolvimento de políticas e estratégias, a modelação de futuros prováveis com e sem intervenções, a monitorização e a elaboração de relatórios sobre as intervenções, e permitindo a gestão adaptativa?	Não.
THE 17.2.2. Cross sectoral dialogue about SDGs.	
A organização inicia e participa no diálogo intersectorial sobre os ODS, p. conferências que envolvam governos ou ONG?	Não.
THE 17.2.3. International collaboration data gathering for SDG.	
A organização participa na colaboração internacional na recolha ou medição de dados para os ODS?	Sim.
Descrição da evidência.	Relatório PRME.
THE 17.2.4. Collaboration for SDG best practice.	
A organização, através da colaboração e investigação internacional, analisa abordagens comparativas e desenvolve melhores práticas internacionais na abordagem dos ODS?	Não.

THE 17.2.5. <i>Collaboration with Non-Governmental Organizations for Sustainable Development Goals</i>	
A organização colabora com as ONG para abordar os ODS através de programas de voluntariado estudantil?	Sim.
A organização colabora com as ONG para abordar os ODS através de programas de investigação?	Sim.
A organização colabora com as ONG para abordar os ODS através de programas de desenvolvimento de recursos educativos?	Sim.
Descrição da evidência.	Iniciativa social MBA para construção e fortalecimento de equipas: para assinalar o início dos programas MBA da PBS, envolvemos 130 alunos do MBA numa iniciativa de <i>team building</i> orientada para o impacto social. O objetivo consiste em promover boas condições para os jovens do Centro Juvenil de Campanhã através de um ambiente acolhedor e, acima de tudo, seguro, que é fundamental para o seu desenvolvimento emocional, social e académico. 2023 - <i>Team building</i> de programas MBA que visava o impacto social (https://www.pbs.up.pt/pt/articles-and-events/artigos/mba-programs-team-building-targets-social-impact/). A PBS faz parte do consórcio BIOPOLIS, que visa estabelecer um instituto de excelência na investigação em biologia ambiental para enfrentar os desafios contemporâneos em áreas avançadas como a genómica, a biologia computacional, a bioinformática e a monitorização ambiental. A BIOPOLIS colabora com diversas instituições nacionais e internacionais. No âmbito do projeto

	BIOPOLIS, o então Centro de Inovação Empresarial PBS concebeu e implementou o Programa de Valorização da Inovação, que visa criar um serviço de apoio à avaliação e avaliação do potencial de valorização económica e viabilidade dos resultados de investigação e desenvolvimento, bem como fornecer orientação aos Gabinete de Transferência de Tecnologia BIOPOLIS. Através do <i>Innovation X Hub</i>, a PBS pretende avançar na construção e disseminação do impacto da investigação, concentrando-se em iniciativas de investigação aplicada. Isto inclui o fornecimento de apoio financeiro para projetos de investigação aplicada e a oferta de bolsas de doutoramento. Os esforços de colaboração com a PBS serão aproveitados para facilitar projetos de investigação para estudantes de mestrado executivo e de licenciatura, melhorando as suas competências académicas e práticas nestes programas.
THE 17.3. Publication of SDG reports.	
A organização publica o progresso em relação a cada um dos ODS, individualmente ou num relatório anual?	Sim.
Descrição da evidência.	A cada três anos, a PBS publica o Relatório PRME, detalhando as práticas em educação em gestão sustentável. Consequentemente, reporta o seu progresso nos ODS. O PRME será agora reportado anualmente. https://www.unprme.org/porto-business-school/
THE 17.4. Education for the SDGs.	
THE 17.4.1. Education for SDGs commitment to meaningful education.	
A organização tem um compromisso com uma educação significativa em torno dos ODS em toda a universidade, relevante e aplicável a todos os estudantes?	

Resultados e Discussão

Existe um compromisso com uma integração significativa em todo o currículo?	Sim.
Existe compromisso com uma educação obrigatória significativa para todos?	Sim.
Existe compromisso com uma educação opcional significativa para todos?	Sim.
Descrição da evidência.	Na PBS temos programas dedicados que abordam a sustentabilidade, bem como disciplinas optativas (em programas de MBA e Pós-Graduação) dedicadas ao tema (ver anexos). Todas as informações sobre os programas e disciplinas optativas disponíveis são públicas e estão disponíveis no nosso site.
THE 17.4.2. Education for SDGs: specific courses on sustainability.	
A organização possui cursos dedicados (licenciaturas completas ou opcionais) que abordem a sustentabilidade e os ODS?	Sim.
Descrição da evidência.	A PBS tem programas completos que abordam o tema da sustentabilidade (um programa de Pós-Graduação e alguns programas OPEN <i>Executive Education</i>) e também disciplinas optativas (em MBAs e Pós-Graduações) sobre o tema (conforme podem ser consultadas nos anexos). Toda esta informação é pública e está disponível no website da PBS e nas brochuras das mesmas.

Este indicador avalia as diversas formas como as instituições de ensino apoiam os ODS através da colaboração com outros países, da promoção das melhores práticas e da publicação de dados.

A PBS respondeu apenas aos subindicadores que diziam respeito às relações estabelecidas que visam suportar os ODS, às publicações para relato dos trabalhos desenvolvidos no âmbito dos ODS e qual o seu papel educacional nesta temática.

A PBS não tem envolvimento, direto e indireto, no contributo para o desenvolvimento de políticas governamentais nacionais ou regionais não governamentais para os ODS, não participa no diálogo intersectorial sobre estes e não analisa abordagens comparativas ou desenvolve melhores

Resultados e Discussão

práticas internacionais na abordagem dos ODS através, por exemplo da colaboração e investigação internacional. O contacto da PBS com entidades exteriores, de maior ou menor relevância política e com maior ou menor peso de decisão, é relevante para o cumprimento dos ODS, uma vez que, a menos que todos os parceiros trabalhem em conjunto para alcançar os ODS, estes não poderão ser alcançados. Assim, é fulcral que a escola contacte com organizações exteriores ao seu ecossistema para perceber de que forma está a impactar e pode vir a impactar nesta jornada de alcance dos ODS.

Internamente, a escola participa na colaboração internacional na recolha ou medição de dados para os ODS através do relato do relatório do PRME.

A nível internacional, a PBS colabora com ONG para abordar os ODS através de programas de voluntariado estudantil, o que demonstra uma ação direta e positiva na divulgação e no cumprimento dos objetivos.

O compromisso da PBS com os ODS está evidenciado nos programas de educação significativa em torno dos ODS através da criação de cursos que abordam a sustentabilidade e os ODS. Neste âmbito, a escola pode trabalhar para implementar a temática dos ODS em todos os cursos que disponibiliza, uma vez que estes abordam todas as áreas de conhecimento.

5. Conclusão

Este projeto de dissertação permitiu realizar um diagnóstico da PBS, tendo em consideração as suas dimensões como de organização, por um lado, e de instituição de ensino superior, por outro. Tendo em consideração estes dois âmbitos da escola, as obrigações e as potenciais ações de sustentabilidade enfrentam diferentes desafios

A análise de cada uma destas dimensões foi realizada com base em indicadores dos três pilares fundamentais, a saber, ambiental, social e económico. No decorrer do projeto, o foco acabou por incidir mais nos pilares ambiental e social, com a análise do pilar económico prejudicada pela insuficiência de dados e termos de comparação. Para análise da situação da PBS na sua dimensão como organização, aplicaram-se as regras de relato do GRI. Para a análise na dimensão de instituição de ensino superior “genérica”, utilizaram-se os conjuntos de indicadores desenvolvidos pela THE. Por último, na análise enquanto escola de negócios, utilizou-se o relato financeiro que a PBS publica atualmente.

Com a direção da escola, para cada um destes conjuntos de indicadores, realizou-se uma seleção daqueles que se consideraram ser mais relevantes para a sua realidade concreta. Para alguns destes indicadores previamente selecionados, não foi possível recolher dados, o que limita um pouco uma conclusão mais rigorosa para tais indicadores. Ainda assim, a análise permitiu conclusões muito relevantes.

No que concerne ao pilar ambiental do DS, a PBS evidencia consciência do caminho que deverá percorrer e das medidas de atuação para atingir a neutralidade carbónica, reduzir o uso de plástico, minimizar a produção de resíduos, diminuir o consumo energético, com principal foco no consumo de energia proveniente de fontes não renováveis, e o consumo hídrico, entre outros. Isto é, controlar os impactos ambientais, diretos e indiretos, associados à sua atividade. Entre as medidas implementadas, destacam-se a instalação de painéis solares, reutilização de águas pluviais, instalação de contentores para reciclagem. A escola tem também objetivos estabelecidos, tais como a obtenção da neutralidade carbónica em 2029 e tornar-se uma “escola sem plástico”.

Todavia, os resultados obtidos comprovaram que é necessário aprofundar estes objetivos e intensificar as medidas tornando-as mais interventivas, para que os objetivos sejam de facto alcançados. Para que a PBS consiga reduzir a produção de resíduos e o consumo de plásticos descartáveis deverá garantir que todos os seus fornecedores e outras partes interessadas estão alinhados com estes objetivos, nomeadamente as áreas de cafetarias e de máquinas de venda automática presentes no edifício.

Para atingir a neutralidade carbónica de todas as suas emissões, diretas e indiretas, a PBS terá que conhecer todas as emissões associadas à sua atividade, tais como as provocadas pela ação dos

Conclusão

estudantes, colaboradores e professores quando estão no exercício das suas funções para com a escola, mas também das emissões, dos seus fornecedores e todas as partes interessadas. Ou seja, é essencial conhecer as emissões associadas à sua atividade, mas também as que são geradas a montante e a jusante da sua cadeia de valor.

No pilar social, a PBS apresenta indicadores de uma posição muito relevante no combate à discriminação, à corrupção e na luta pela igualdade a todos os níveis. A escola tem desenvolvido vários documentos oficiais que visam a proteção, de todos os seus associados, quer de discriminação, quer de corrupção ou subornos, garantindo a igualdade em todos os seus processos, para todos os envolvidos nos mesmos. Paralelamente, a PBS tem desenvolvido projetos para a comunidade local, juntamente com outras entidades. Para alargar o portefólio de atividades sociais, a PBS deverá começar a desenvolver outros projetos para a comunidade local, isoladamente ou em conjunto com outras entidades ou escolas da mesma comunidade. A PBS poderia promover a realização de seminários ou *workshops* – por exemplo sobre fiscalidade, gestão de investimentos sustentáveis, créditos pessoais ou habitação, gestão de finanças pessoais, empreendedorismo – acessíveis à comunidade local que visem partilhar o conhecimento presente no ecossistema da escola sobre temas do quotidiano relacionados com a área de estudo da PBS, finanças e negócios. Estas iniciativas proporcionariam à comunidade local informações fidedignas e importantes para o dia a dia de qualquer cidadão. Para além disto, a escola poderá promover ações de voluntariado, ou associar-se a organizações que o façam, entre a comunidade local, envolvendo os estudantes, professores e funcionários.

A PBS, como organização e instituição de ensino superior, demonstrou ter desenvolvido um plano bem desenhado em matéria de sustentabilidade, estabelecendo objetivos ambiciosos e criando um roteiro para a sua prossecução. Os próximos passos deverão passar, pela maior especificação dos objetivos, pelo aperfeiçoamento e aprofundamento das medidas já implementadas, a criação de novas medidas que permitam tornar o caminho da prossecução de objetivo algo mais sistematizado e mensurável em cada estágio. Objetivos intermédios mais específicos e metas mais focadas em cada objetivo vai permitir à PBS um foco total nos verdadeiros problemas a resolver e uma maior clareza no caminho a percorrer para se tornar uma instituição totalmente alinhada com o desenvolvimento sustentável.

6. Avaliação do Trabalho Realizado

6.1. Cumprimento dos Objetivos

A presente dissertação tinha como principal objetivo o diagnóstico do alinhamento da PBS com o desenvolvimento sustentável, assumindo a escola como uma organização e uma instituição de ensino superior.

Por opção da PBS, a lista de indicadores finais a reportar foi mais reduzida do que o esperado inicialmente, o que levou à exclusão de informação e consequente inibição de conclusões mais alargadas e propostas de ação mais restritas. A lista final de indicadores está em sintonia com as atividades praticadas na escola, permitindo uma análise contextualizada, favorecendo positivamente o trabalho desenvolvido. O diagnóstico realizado permitiu ter noção do estado geral da escola a nível de sustentabilidade e qual o alinhamento desta com alguns dos ODS.

Todas as respostas obtidas foram analisadas com base nesse contexto da escola, tendo sido realizada uma avaliação construtiva, valorizando o existente e sugerindo melhorias nos casos aplicáveis.

A correspondência entre as respostas obtidas e os ODS ocorreu de forma mais natural aquando da discussão dos resultados obtidos através das respostas aos indicadores THE, uma vez que estes têm como base os 17 ODS.

Foi também possível desenvolver um plano de ação com medidas novas e melhorias nas que já estão em curso, que a PBS poderá implementar, sem, contudo, se associar às mesmas, objetivos numéricos ou temporais.

6.2. Limitações do Trabalho

Por razões alheias à escola, no início dos trabalhos, a mesma ficou sem responsável pela área de sustentabilidade e foi difícil atribuir o papel a alguém especializado na área a tempo da realização destes trabalhos. Este fator dificultou a obtenção dos dados e a orientação do trabalho, uma vez que, na escola não havia um conhecimento holístico dos trabalhos que se realizavam no departamento de sustentabilidade, os dados não estavam centralizados e os procedimentos não eram conhecidos.

6.3. Desenvolvimentos Futuros – Plano de Ação

O plano de ação desenvolvido foca-se essencialmente nos pilares ambiental e social do desenvolvimento sustentável. Algumas das medidas mais relevantes e urgentes que a PBS deverá implementar são:

PILAR AMBIENTAL

- Obtenção de certificação energética e hídrica;
- Implementação de redutores de caudal nas torneiras da escola;
- Implementação de lâmpadas LEED em todas as divisões da escola;
- Estabelecimento de acordo com os fornecedores dos espaços de venda de alimentos presentes na escola para que estes se foquem na redução de plásticos de uso único, bem como na redução dos resíduos produzidos;
- Substituição do papel de impressão branco por papel reciclado (salvo em situações mais formais que impliquem a impressão em papel branco);
- Monitorização e recolha dos dados relativos às emissões dos âmbitos 2 e 3 (emissões indiretas). Esta ação requer uma permanente comunicação entre a PBS e todas as partes interessadas, bem como total transparência nesta comunicação;
- Desenvolvimento de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA).

PILAR SOCIAL:

- Estabelecimento de acordos de financiamento e/ou bolsas dirigidas a apoiar o suporte de custos com os cursos dirigido a estudantes com maiores dificuldades financeiras, ajudando-os a finalizar com sucesso o ciclo de estudos a que se propuseram;
- Certificação *WELL* que avalia a qualidade do edifício no que diz respeito ao bem-estar e à saúde daqueles que o frequentam;
- Aproximação à comunidade local através da criação de eventos formativos e acessíveis que permitam informar a população e aumentar a literacia em temas como, finanças pessoais e sustentabilidade;
- Criação de eventos de voluntariado com os estudantes, professores e colaboradores em locais mais vulneráveis na comunidade local (estes eventos podem ser desenvolvidos em parceria com organizações da área da comunidade e são excelentes atividades de conexão entre os intervenientes diretos nas atividades da escola);
- Presença em eventos organizados por entidades especializadas na área da sustentabilidade social que permitam uma atualização constante dos cenários atuais e das medidas que estão a ser implementadas por entidades nacionais e internacionais.

Avaliação do Trabalho Realizado

O prazo a implementar todas estas medidas deverá ser o mais breve possível, mas está dependente da disponibilidade, em cada momento, dos responsáveis por cada área na escola.

De ressaltar que este plano foi desenvolvido tendo em conta a informação fornecida pela escola e desde então algumas das sugestões apresentadas podem já estar em curso de implementação.

Para além das estratégias a implementar, a escola deve estar preparada para os futuros relatos de sustentabilidade mais frequentes. Assim, a PBS deverá, tendo como base o trabalho elaborado nesta dissertação, (i) definir internamente o conjunto de indicadores a reportar anualmente, ou noutro período de tempo que melhor se adegue, (ii) definir uma estratégia para a recolha dos dados que darão resposta a esses indicadores (iii) construir uma base de dados onde constarão essas mesmas respostas, à qual a escola poderá recorrer quando precisar de avaliar progressos em determinados âmbitos. Estes passos farão parte da estratégia de sustentabilidade da PBS e implicarão total compromisso por parte de todos os colaboradores e uma comunicação constante e transparente por parte de todos.

7. Contribuição para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Como mencionado ao longo da dissertação, o projeto desenvolvido teve como uma das principais bases os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Conclui-se que os ODS aos quais o projeto deu mais ênfase foram os seguintes: ODS 1 “Erradicação da Pobreza”, ODS 4 “Educação de Qualidade”, ODS 5 “Igualdade de Gênero”, ODS 7 “Energia Limpa e Acessível”, ODS 10 “Redução das Desigualdades”, ODS 11 “Cidades e Comunidades Sustentáveis”, ODS 13 “Ação Contra a Mudança Global do Clima” e ODS 16 “Paz, Justiça e Instituições Eficazes”.



Figura 3 - Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Nações Unidas, 2015).

Na Tabela 21 estão descritos os ODS, as metas, as respectivas contribuições e indicadores de desempenho para os quais o trabalho desenvolvido contribui, direta e indiretamente, para alcançar.

Contribuição para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Tabela 21 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, as respetivas metas, contribuições e indicadores de desempenho abordadas na presente dissertação

ODS	META	CONTRIBUIÇÃO	INDICADORES DE DESEMPENHO
1	3	Criação de bolsas, programas de incentivo e apoios financeiros a estudantes com baixos rendimentos.	Programas de anti pobreza na escola.
4	3	Promover a não discriminação por género, religião, etnia, etc, no acesso à escola	- Existência de políticas de não discriminação contra mulheres. - Existência de políticas de não discriminação para pessoas transgéneras. - Existência de políticas de antidiscriminação e anti assédio.
	4	Criação de bolsas, programas de incentivo e apoios financeiros a estudantes com baixos rendimentos.	Programas de anti pobreza na escola.
	5	- Oferta de bolsas de estudo para mulheres. - Promoção de um Código de Conduta anti discriminatório.	- Oferta de esquemas de acesso para mulheres, incluindo mentoria, bolsas de estudo ou outras disposições. - Disponibilização de medidas internas de combate à discriminação.
	6	Criação de bolsas, programas de incentivo e apoios financeiros a estudantes com baixos rendimentos	Programas de anti pobreza na escola.
	7	Implementação da temática da sustentabilidade em alguns currículos.	A organização possui cursos dedicados (licenciaturas completas ou opcionais) que abordem a sustentabilidade e os ODS.
5	1	Promoção de um código de conduta anti discriminatório.	- Índice de recuperação de custos totais através da receita tarifária - Impactes económicos (custos) - Volume de água tratada.

Contribuição para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

			Necessidades de consumo humano (consumo de água da população servida).
7	2	Promoção para o uso de energia verde nas instalações da escola.	Investimento em infraestruturas.
10	2	Promoção de um código de conduta anti discriminatório.	Disponibilização de medidas internas de combate à discriminação.
11	2	Promoção e incentivo à utilização dos transportes públicos com preços mais reduzidos	A organização mede e define metas para deslocações mais sustentáveis.
	7	Promoção do acesso ao espaço verde, com segurança, das instalações da escola	A organização oferece acesso público gratuito a espaços abertos e espaços verdes.
12	3	Incentivo à diminuição de resíduos produzidos dentro das instalações da escola	Medidas implementadas que promovam uma eficaz gestão dos resíduos produzidos e que sensibilizem para minimização da produção destes.
	5	Incentivo à diminuição de resíduos produzidos dentro das instalações da escola	Medidas implementadas que promovam uma eficaz gestão dos resíduos produzidos e que sensibilizem para minimização da produção destes.
13	3	Implementação, nos currículos de todos os cursos, da temática do DS, bem como a criação de cursos dedicados totalmente ao DS.	A organização possui cursos dedicados (licenciaturas completas ou opcionais) que abordem a sustentabilidade e os ODS.
16	5	Promoção de um código de Conduta que defende medidas contra a corrupção e o suborno.	A organização publica os princípios e compromissos da universidade sobre crime organizado, corrupção e suborno.

Contribuição para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

	6	Contribuição para um relato de sustentabilidade responsável e transparente	_____
--	---	--	-------

8. Referências Bibliográficas

- Abad-Segura, E., & González-Zamar, M.-D. (2021). Sustainable economic development in higher education institutions: A global analysis within the SDGs framework. *ELSEVIER*.
- Angelaki, M. E., Bersimis, F., Karvounidis, T., & Douligeris, C. (2023). *Towards more sustainable higher education institutions: Implementing the sustainable development goals and embedding sustainability into the information and computer technology curricula*. Springer.
- APA. (2021). *Missão, Visão e Objetivos*. Obtido de APA: <https://apambiente.pt/apa/missao-visao-e-objetivos>
- Bakker, D. E. (1998). *In Search of Green Campuses: An Investigation of Canadian Universities Environmental Initiatives and Implications for Dalhousie University*. Halifax: Dalhousie University.
- Batista, B. N. (2022). *Sustentabilidade: Análise de divulgação dos indicadores GRI em empresas portuguesas*. Lisboa: Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa.
- BCSD. (2022). *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. Obtido de BCSD Portugal: <https://ods.pt/>
- CCE, C. (2001). Livro Verde. Bruxelas: Comissão das Comunidades Europeias.
- Clugston, R. M., & Calder, W. (1999). Critical Dimensions of Sustainability in Higher Education. Em W. L. Filho, & ed, *Sustainability and University Life*. Peter Lang.
- CNADS. (2010). *CNADS Historial*. Obtido de CNADS: https://www.cnads.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=46&Itemid=53
- Cravo, R. D. (2018). *A Evolução do Desenvolvimento Sustentável em Portugal nos*. Lisboa: Faculdade de Ciência da Universidade de Lisboa.
- Earth Charter Commission. (2000). *A Carta da Terra*. Earth Charter International.
- Eurostat. (2023). *Sustainable development in the European Union - Statistical annex to the EU voluntary review*. Luxemburgo: European Union.
- GRI. (2024). *A Short Introduction to GRI Standards*. GRI.
- GRI. (2024). *GRI Standards*. Obtido de Global Reporting Initiative: <https://www.globalreporting.org/how-to-use-the-gri-standards/gri-standards-english-language/>
- GRI. (2024). *Our Mission and History*. Obtido de Global Reporting Initiative: <https://www.globalreporting.org/about-gri/mission-history/>
- Madeira, A. (2008). *Indicadores de Sustentabilidade para Instituições de Ensino Superior*. Porto: Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

Referências Bibliográficas

- Nações Unidas. (2000). *Declaração do Milénio das Nações Unidas*. Nova Iorque: Nações Unidas.
- Nações Unidas. (2015). *The 2030 Agenda for Sustainable Development*. Nações Unidas.
- Nações Unidas. (2015). *The Millennium Development Goals Report*. Nova Iorque: Nações Unidas.
- Nações Unidas. (s.d.). *Sustainable Development Knowledge Platform*. Obtido de United Nations Department of Economic and Social Affairs: https://sustainabledevelopment.un.org/commitments_hesi.html
- Nações Unidas. (1973). *Report of The United Nation Conference on The Human Environment*. Nova Iorque: Nações Unidas.
- QS, Q. (2024). *QS Sustainability Rankings*. Obtido de QS Quacquarelli Symonds: <https://support.qs.com/hc/en-gb/articles/8551503200668-QS-Sustainability-Rankings>
- República Portuguesa. (2017). *Relatório nacional sobre a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, Portugal*. Nova Iorque: Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- República Portuguesa. (2023). *Relatório Voluntário Nacional*. República Portuguesa.
- República Portuguesa. (2024). *Consulta Pública: Roteiro Nacional para o Desenvolvimento Sustentável*. Obtido de PTSustentável.
- República Portuguesa. (2024). *Roteiro Nacional para o Desenvolvimento Sustentável*.
- Rodrigues, A. (2022). *O Desenvolvimento Sustentável e a Sustentabilidade na União*. Lisboa: AAFDL.
- Rodrigues, S. (2023). *Indicadores-Chave de Sustentabilidade das Instituições de Ensino Superior em Portugal: referencial comum para a avaliação do desempenho*. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Santos, A. S. (2016). *Avaliação do uso de indicadores de sustentabilidade ambiental nos Planos Diretores Municipais*. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- SEI, S. (2023). *Sustainable Development*. Stockholm: Stockholm Environment Institute.
- THE. (2023). *Impact Rankings*. Obtido de Times Higher Education: <https://www.timeshighereducation.com/impactrankings>
- União Europeia. (s.d.). *EUR-Lex*. Obtido de European Union: <https://eur-lex.europa.eu/PT/legal-content/glossary/kyoto-protocol.html>

ANEXOS

Anexo A – Lista dos Indicadores GRI selecionados para avaliação

A Tabela A.1 contém os indicadores GRI, que foram selecionados em conjunto com a PBS, utilizados para realizar a análise deste trabalho. Como supracitado, não foi possível obter resposta a todos estes indicadores.

Tabela A. 1- Lista de indicadores GRI selecionados para avaliação (nomes originais dos indicadores)

GRI Standards
GRI 2. General Disclosures 2021
GRI 2-1. Organizational details
GRI 2-2. Entities included in the organization's sustainability reporting
GRI 2-3. Reporting period, frequency and contact point
GRI 2-4. Restatements of information
GRI 2-5. External assurance
GRI 2-7. Employees
GRI 2-8. Workers who are not employees
GRI 2-9. Governance structure and composition
GRI 2-10. Nomination and selection of the highest governance body
GRI 2-11. Chair of the highest governance body
GRI 2-12. Role of the highest governance body in overseeing the management of impacts
GRI 2-13. Delegation of responsibility for managing impacts
GRI 2-14. Role of the highest governance body in sustainability reporting
GRI 2-15. Conflicts of interest
GRI 2-16. Communication of critical concerns
GRI 2-17. Collective knowledge of the highest governance body
GRI 2-18. Evaluation of the performance of the highest governance body
GRI 2-22. Statement on sustainable development strategy
GRI 2-23. Policy commitments
GRI 2-24. Embedding policy commitments
GRI 2-27. Compliance with laws and regulation
GRI 2-28. Membership associations
GRI 2-29. Approach to stakeholder engagement
GRI 2-30. Collective bargaining agreements
GRI 3. Material Topics 2021
GRI 3-1. Process to determine material topics
GRI 3-2. List of material topics
GRI 3-3. Management of material topics
GRI 201. Economic Performance 2016
GRI 201-1. Direct economic value generated and distributed
GRI 201-2. Financial implications and other risks and opportunities due to climate change
GRI 201-3. Defined benefit plan obligations and other retirement plans

Anexos

GRI 201-4. Financial assistance received from government

GRI 203. Indirect Economic Impacts 2016

GRI 203-1. Infrastructure investment and services supported

GRI 203-2. Significant indirect economic impacts

GRI 205. Anti-corruption 2016

GRI 205-1. Operations assessed for risks related to corruption

GRI 205-2. Communication and training about anti-corruption policies and procedures

GRI 205-3. Confirmed incidents of corruption and actions taken

GRI 301. Materials 2016

GRI 301-1. Materials used by weight or volume

GRI 301-2. Recycled input materials used

GRI 302. Energy 2016

GRI 302-1. Energy consumption within the organization

GRI 302-3. Energy intensity

GRI 302-4. Reduction of energy consumption

GRI 302-5. Reduction in energy requirements of products and services

GRI 303. Water and Effluents 2018

GRI 303-1. Interactions with water as a shared resource

GRI 303-2. Management of water discharges-related impacts

GRI 303-3. Water withdrawal

GRI 303-4. Water discharge

GRI 303-5. Water consumption

GRI 305. Emissions 2016

GRI 305-1. Direct (Scope 1) GHG emissions

GRI 305-2. Energy Indirect (Scope 2) GHG emissions

GRI 305-3. Other Indirect (Scope 2) GHG emissions

GRI 306. Effluents and Waste 2016

GRI 306. Waste 2020

GRI 306-1. Waste generation and significant waste-related impacts

GRI 401. Employment 2016

GRI 401-1. New employee hire and employee turnover

GRI 401-2. Benefits provided to full-time employees that are not provided to temporary or part-time employees

GRI 401-3. Parental leave

GRI 402. Labor/Management Relations 2016

GRI 402-1. Minimum notice periods regarding operational changes

GRI 403. Occupational Health and Safety 2018

GRI 403-1. Occupational health and safety management system

GRI 403-2. Hazard identification, risk assessment and incident investigation

GRI 403-3. Occupational health services

GRI 403-4. Worker participation, consultation and communication on occupational health and safety

GRI 403-5. Worker training on occupational health and safety

GRI 403-6. Promotion of worker health

GRI 403-7. Prevention and mitigation of occupational health and safety impacts directly linked by business relationships

GRI 403-8. Workers covered by an occupational health and safety management system

GRI 403-9. Work-related injuries

Anexos

GRI 403-10. Work-related ill health

GRI 404. Training and Education 2016

GRI 404-1. Average hours of training per year per employee

GRI 404-2. Programs for upgrading employee skills and transition assistance programs

GRI 404-3. Percentage of employees receiving regular performance and career development reviews

GRI 405. Diversity and Equal Opportunity 2016

GRI 405-1. Diversity of governance bodies and employees

GRI 405-2. Ratio of basic salary and remuneration of women to men

GRI 406. Non-discrimination 2016

GRI 406-1. Incidents of discrimination and corrective actions taken

GRI 413. Local Communities 2016

GRI 413-1. Operations with local community engagement, impact assessments and development programs

GRI 417. Marketing and Labeling 2016

GRI 417-1. Requirements for products and services information and labeling

GRI 417-2. Incidents of non-compliance concerning product and service information and labeling

GRI 417-3. Incidents of non-compliance concerning marketing communications

Anexo B – Lista de Indicadores THE selecionados para avaliação

A Tabela B.1 contém os indicadores THE, que foram selecionados em conjunto com a PBS, utilizados para realizar a análise deste trabalho. Como supracitado, não foi possível obter resposta a todos estes indicadores.

Tabela B. 1- Lista de indicadores THE selecionados para avaliação

<i>THE Indicators</i>
<i>THE 1. No poverty</i>
<i>THE 1.2. Proportion of students receiving financial aid to attend university because of poverty</i>
<i>THE 1.2.1. Low income students receiving financial aid</i>
<i>THE 1.3. University anti-poverty programmes</i>
<i>THE 1.3.3. Low-income student support</i>
<i>THE 1.3.4. Bottom financial quintile student support</i>
<i>THE 1.3.5. Low or lower-middle income countries student support</i>
<i>THE 1.4. Community anti-poverty programmes</i>
<i>THE 1.4.1. Local start-up assistance</i>
<i>THE 1.4.2. Local start-up financial assistance</i>
<i>THE 1.4.3. Programmes for services access</i>
<i>THE 2. Zero Hunger</i>
<i>THE 2.2. Campus food waste</i>
<i>THE 2.2.1. Campus food waste tracking</i>
<i>THE 2.2.2. Campus food waste</i>
<i>THE 2.3. Students hunger</i>
<i>THE 2.3.3. Sustainable food choice on campus</i>
<i>THE 2.3.4. Healthy and affordable food choices</i>
<i>THE 3. Good Health and Well-being</i>
<i>THE 3.3. Collaborations and health services</i>
<i>THE 3.3.1. Current collaborations with health institutions</i>
<i>THE 3.3.2. Health outreach programmes</i>
<i>THE 3.3.3. Shares sports facilities</i>
<i>THE 3.3.5. Mental health support</i>
<i>THE 4. Quality Education</i>
<i>THE 4.1. Research on early years and lifelong learning education</i>
<i>THE 4.1.1. Quality Education: paper views</i>
<i>THE 4.1.2. Quality Education: CiteScore</i>
<i>THE 4.1.3. Quality Education: publications</i>
<i>THE 4.2. Proportion of graduates with teaching qualification</i>
<i>THE 4.2.1. Proportion of graduates with relevant qualifications for teaching</i>
<i>THE 4.3. Lifelong learning measures</i>
<i>THE 4.3.1. Public resources (lifelong learning)</i>

Anexos

<i>THE 4.3.2. Public events (lifelong learning)</i>
<i>THE 4.3.3. Vocational training events (lifelong learning)</i>
<i>THE 4.3.4. Education outreach activities beyond campus</i>
<i>THE 4.3.5. Lifelong learning access policy</i>
<i>THE 5. Gender Equality</i>
<i>THE 5.1. Research on gender equality</i>
<i>THE 5.1.1. Proportion of female authors</i>
<i>THE 5.1.2. Gender Equality: CiteScore</i>
<i>THE 5.1.3. Gender Equality: publication</i>
<i>THE 5.3. Students access measures</i>
<i>THE 5.3.1. Tracking access measures</i>
<i>THE 5.3.2. Policy for women applications and entry</i>
<i>THE 5.3.3. Women's access schemes</i>
<i>THE 5.3.4. Women's application in underrepresented subjects</i>
<i>THE 5.4. Proportion of senior female academics</i>
<i>THE 5.4.1. Proportion of senior female academics</i>
<i>THE 5.5. Proportion of women receiving degrees</i>
<i>THE 5.5.1. Proportion of female degrees awarded - Total</i>
<i>THE 5.5.1. Proportion of female degrees awarded, by subject area</i>
<i>THE 5.6. Women's progress measures</i>
<i>THE 5.6.1. Policy of non-discrimination against women</i>
<i>THE 5.6.2. Non-discrimination policies for transgender</i>
<i>THE 5.6.3. Maternity and paternity policies</i>
<i>THE 6. Clean Water and Sanitation</i>
<i>THE 6.2. Water consumption per person</i>
<i>THE 6.2.1. Water consumption tracking</i>
<i>THE 6.2.2. Water consumption per capita</i>
<i>THE 6.3. Water usage and care</i>
<i>THE 6.3.1. Wastewater treatment</i>
<i>THE 6.3.2. Preventing water system pollution</i>
<i>THE 6.3.3. Free drinking water provided</i>
<i>THE 6.3.4. Water-conscious building standards</i>
<i>THE 6.3.5. Water-conscious planting</i>
<i>THE 6.4. Water reuse</i>
<i>THE 6.4.1. Water reuse policy</i>
<i>THE 6.4.2. Water reuse measurement</i>
<i>THE 6.5. Water in the community</i>
<i>THE 6.5.1. Water management education opportunities</i>
<i>THE 6.5.2. Promoting conscious water usage</i>
<i>THE 6.5.3. Off-campus water conservation support</i>
<i>THE 6.5.4. Sustainable water extraction on campus</i>
<i>THE 6.5.5. Cooperation on water security</i>
<i>THE 7. Affordable and Clean Energy</i>
<i>THE 7.2. University measures toward affordable and clean energy</i>
<i>THE 7.2.1. Energy-efficient renovation and building</i>
<i>THE 7.2.2. Upgrade building to higher energy efficiency</i>

Anexos

<i>THE 7.2.3. Carbon reduction and emissions re</i>
<i>THE 7.2.4. Plan to reduce energy consumption</i>
<i>THE 7.2.5. Energy wastage identification</i>
<i>THE 7.3. Energy use density</i>
<i>THE 7.3.1. Energy use per sqm</i>
<i>THE 7.4. Energy and the community</i>
<i>THE 7.4.1. Local community outreach for energy efficiency</i>
<i>THE 7.4.2. 100% renewable energy pledge</i>
<i>THE 7.4.3. Energy efficiency services for industry</i>
<i>THE 7.4.4. Policy development for clean energy technology</i>
<i>THE 7.4.5. Assistance to low-carbon innovation</i>
<i>THE 8. Decent Work and Economic Growth</i>
<i>THE 8.2. Employment practice</i>
<i>THE 8.2.1. Employment practice living wage</i>
<i>THE 8.2.3. Employment policy on discrimination</i>
<i>THE 8.2.5. Employment practice equivalent rights outsourcing</i>
<i>THE 8.3. Expenditure per employee</i>
<i>THE 8.3.1. Expenditure per employee</i>
<i>THE 8.4. Proportion of students taking work placements</i>
<i>THE 8.4.1. Proportion of students with work placements</i>
<i>THE 8.5. Proportion of employees on secure contracts</i>
<i>THE 8.5.1. Proportion of employees on secure contracts</i>
<i>THE 10. Reduced Inequalities</i>
<i>THE 10.1. Research on reduced inequalities</i>
<i>THE 10.1.1. Reduced Inequalities: Cite Score</i>
<i>THE 10.1.2. Reduced Inequalities: FWCI</i>
<i>THE 10.1.3. Reduced Inequalities: publications</i>
<i>THE 10.3. International students from developing countries</i>
<i>THE 10.3.1. Proportion of international students from developing countries</i>
<i>THE 10.4. Proportion of students with disabilities</i>
<i>THE 10.4.1. Proportion of students with disabilities</i>
<i>THE 10.5. Proportion of employees with disabilities</i>
<i>THE 10.5.1. Proportion of employees with disabilities</i>
<i>THE 10.6. Measures against discrimination</i>
<i>THE 10.6.1. Non-discriminatory admissions policy</i>
<i>THE 10.6.2. Access to university track underrepresented groups applications</i>
<i>THE 10.6.3. Access to university underrepresented groups recruit</i>
<i>THE 10.6.4. Anti-discrimination policies</i>
<i>THE 10.6.5. University diversity officer</i>
<i>THE 11. Sustainable Cities and Communities</i>
<i>THE 11.2. Support of arts and heritage</i>
<i>THE 11.2.1. Public access to buildings</i>
<i>THE 11.2.2. Public access to libraries</i>
<i>THE 11.2.3. Public access to museums</i>
<i>THE 11.2.4. Public access to green spaces</i>
<i>THE 11.2.5. Arts and heritage contribution</i>

Anexos

<i>THE 11.3. Expenditure on arts and heritage</i>
<i>THE 11.3.1. Arts and heritage expenditure</i>
<i>THE 11.4. Sustainable practices</i>
<i>THE 11.4.1. Sustainable practices target</i>
<i>THE 11.4.2. Promote sustainable commuting</i>
<i>THE 11.4.3. Allow remote working</i>
<i>THE 11.4.5. Affordable housing for students</i>
<i>THE 12. Responsible Consumption and Production</i>
<i>THE 12.2. Operational measures</i>
<i>THE 12.2.1. Ethical sourcing policy</i>
<i>THE 12.2.3. Policy waste disposal – hazardous materials</i>
<i>THE 12.2.4. Policy waste disposal – landfill policy</i>
<i>THE 12.2.5. Policy for minimisation of plastic use</i>
<i>THE 12.2.6. Policy for minimisation of disposal items</i>
<i>THE 12.3. Proportion of recycled</i>
<i>THE 12.3.1. Waste tracking</i>
<i>THE 12.3.2. Proportion of waste recycled</i>
<i>THE 12.4. Publications of a sustainability report</i>
<i>THE 12.4.1. Publications of a sustainability report</i>
<i>THE 13. Climate Action</i>
<i>THE 13.2. Low-carbon energy use</i>
<i>THE 13.2.1. Low-carbon energy tracking</i>
<i>THE 13.2.2. Low-carbon energy use</i>
<i>THE 13.3. Environmental education measures</i>
<i>THE 13.3.1. Local education programmes on climate</i>
<i>THE 13.3.2. Climate Action Plan, shared</i>
<i>THE 13.3.3. Co-operative planning for climate change disasters</i>
<i>THE 13.3.4. Inform and support government</i>
<i>THE 13.3.5. Environmental educations collaborate with NGO</i>
<i>THE 13.4. Commitment to carbon neutral university</i>
<i>THE 13.4.1. Commitment to carbon neutral university</i>
<i>THE 13.4.2. Achieve by date</i>
<i>THE 15. Life on Land</i>
<i>THE 15.2. Supporting land ecosystems</i>
<i>THE 15.2.1. Events about sustainable use of land</i>
<i>THE 15.2.2. Sustainable farmed food on campus</i>
<i>THE 15.2.3. Maintain and extend current ecosystem's biodiversity</i>
<i>THE 15.2.4. Educational programmes on ecosystems</i>
<i>THE 15.2.5. Sustainable management of land for agriculture and tourism (educational outreach)</i>
<i>THE 15.4. Land sensitive waste disposal</i>
<i>THE 15.4.1. Water discharge guidelines and standards</i>
<i>THE 15.4.2. Policy on plastic waste reduction</i>
<i>THE 15.4.3. Policy on hazardous waste disposal</i>
<i>THE 16. Peace, Justice and Strong Institutions</i>
<i>THE 16.2. University governance measures</i>
<i>THE 16.2.1. Elected representation</i>

Anexos

<i>THE 16.2.2. Student's union</i>
<i>THE 16.2.3. Identify and engage with local stakeholders</i>
<i>THE 16.2.4. Participatory bodies for stakeholders engagement</i>
<i>THE 16.2.5. University principles on corruption and bribery</i>
<i>THE 16.3. Working with government</i>
<i>THE 16.3.1. Provide expert advice to government</i>
<i>THE 16.3.2. Policy and lawmakers outreach and education</i>
<i>THE 16.3.3. Participation in government research</i>
<i>THE 16.3.4. Neutral platform to discuss issues</i>
<i>THE 16.4. Proportion of graduates in law and civil enforcement</i>
<i>THE 17. Partnerships for the goals</i>
<i>THE 17.1. Research into partnership for the goals</i>
<i>THE 17.1.1 Proportion of output co-authored with low or lower-middle income countries</i>
<i>THE 17.1.2. Partnerships for the goals: publications</i>
<i>THE 17.2. Relationships to supports the goals</i>
<i>THE 17.2.1. Relationships with regional NGOs and government for SDG policy</i>
<i>THE 17.2.2. Cross sectoral dialogue about SDGs</i>
<i>THE 17.2.3. International collaboration data gathering for SDG</i>
<i>THE 17.2.4. Collaboration for SDG best practice</i>
<i>THE 17.2.5. Collaboration with NGOs for SDGs</i>
<i>THE 17.3. Publication of SDG reports</i>
<i>THE 17.3.1. Publication of SDG report – per SDG</i>
<i>THE 17.4. Education for the SDGs</i>
<i>THE 17.4.1. Education for SDGs commitment to meaningful education</i>
<i>THE 17.4.2. Education for SDGs: specific courses on sustainability</i>
<i>THE 17.4.3. Education for SDGs in the wider community</i>

Anexo C – Lista de Temas Materiais considerados para a Análise de Materialidade

Tabela C.1 - Lista de Temas Materiais considerados para análise

Lista de temas materiais
Saúde e Segurança no Trabalho
Formação e Educação
Comunidades Locais
Resíduos
Emissões de GEE
Avaliação ambiental de fornecedores
Avaliação social de fornecedores
Igualdade e Diversidade
Criação de Emprego
Política de Anticorrupção
Desenvolvimento da Carreira
Consumo energia
Produção de energia
Consumo de água
Produção de efluentes líquidos
Inovação
Capacidade económica
Crescimento empresarial
Condições de trabalho (benefícios, vida profissional vs vida pessoal, remuneração)
Ética corporativa
Investigação e Desenvolvimento
Economia circular
Práticas de marketing responsáveis